Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br QUARTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2021 Nº 24.880 Preço banca: R$ 3,50

Ipea projeta crescimento de 3% do Produto Interno Bruto em 2021

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou na terça-feira (30) que projeta crescimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país) em 2021, com queda estimada de 0,5% no primeiro trimestre do ano, na comparação com ajuste sazonal.

"Além do impacto da pandemia e do endurecimento das medidas de isolamento social por parte de governos estaduais e municipais sobre o ritmo da economia, as previsões para 2021 também levam em conta as incertezas quanto à capacidade de se promover os ajustes nas contas públicas necessários para uma trajetória fiscal equilibrada", disse o Ipea.

Segundo o estudo, outro fator de risco é a aceleração inflacionária, refletindo a alta nos preços administrados acima do esperado no início deste ano e a desvalorização cambial, com impactos principalmente nos preços dos alimentos e dos bens industriais. Página 3

Comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica deixam cargos

Página 20

Antecipação de feriados em SP fez isolamento aumentar, diz prefeito

Página 2

Conselho Europeu e OMS defendem Tratado sobre Pandemias como "legado"

O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Ghebreyesus, defenderam na terça-feira (30) um Tratado Internacional sobre Pandemias como "legado" que os líderes atuais têm o dever de deixar após a experiência da covid-19.

Em entrevista conjunta e virtual, transmitida de Bruxelas e Genebra, Charles Michel, que lançou no ano passado a ideia do tratado, e Ghebreyesus fizeram a defesa desse pacto global, apontando-o como um "legado" que os líderes têm o dever de deixar às próximas gerações.

Isso porque, afirmaram, "a próxima pandemia não é uma questão de "se", mas "quando"" e é preciso aprender com as lições da covid-19, que "expôs fraquezas e divisões", disse o presidente do Conselho Europeu.

A entrevista foi antecedida da publicação de um texto, em órgãos de comunicação social de todo o mundo, que defende a proposta do tratado e de "uma arquitetura sanitária internacional mais robusta". O texto é assinado por Charles Michel, Ghebreyesus e mais 25 líderes mundiais.

"O tempo de agir é agora. O mundo não pode esperar pelo fim desta pandemia para começar a preparar-se para a próxima. Não podemos permitir que as recordações desta pandemia se esvaneçam e voltemos à vida como antes. Não podemos fazer as coisas como fazíamos antes e esperar um resultado diferente", afirmou o diretor-geral da OMS, que pediu uma "ação robusta". Página 3

Caged: Brasil gera mais de 400 mil novos empregos formais em fevereiro

Fotomontagem Casal Jr/ABr

Página 3

Governo defende nova suspensão de reajuste em planos de saúde

Página 3

Anvisa concede certificados às farmacêuticas da Janssem e Sputnik V

Duas empresas que produzem vacinas contra covid-19, a Janssen-Cilag Farmacêutica e a Inovat Indústria Farmacêutica/União Química, responsável pela produção da Sputnik V obtiveram certificação de boas práticas de fabricação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na terça-feira (30). A certificação é o documento necessário para obtenção do registro de medicamentos biológicos. Ela garante que as empresas cumprem com as boas práticas necessárias para assegurar a qualidade, eficácia e segurança dos medicamentos. Página 20

Dólar tem primeira queda depois de quatro altas seguidas

Página 17

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com muitas nuvens. Períodos de céu nublado com chuva. À noite o tempo fica firme.

25º C
17º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,75
Venda: 5,75

Turismo
Compra: 5,69
Venda: 5,89

EURO
Compra: 6,74
Venda: 6,74

Esporte

Thaisa e Carol lideram equipes para decisão Superliga Banco do Brasil 20/21

Duas centrais tiveram papéis determinantes na classificação do Itambé/Minas (MG) e do Dentil/Praia Clube (MG) para grande decisão da Superliga Banco Do Brasil 20/21. Thaisa, do time de Belo Horizonte (MG), e Carol, da equipe de Uberlândia (MG), brilharam no confronto decisivo das semifinais e foram eleitas as melhores jogadoras em quadra. As duas mostram confiança para grande decisão e esperam uma série melhor de três de muito equilíbrio. O primeiro jogo do playoff final será às 20h desta quinta-feira (01), no Centro De Desenvolvimento De Voleibol (CDV), em Saquarema (RJ). O SporTV 2 transmitirá ao vivo.

A central Thaisa destaca o trabalho em equipe no grupo do treinador Nicola Negro. Para a jogadora, suas boas atuações são resultado de um trabalho conjunto.

"Estou feliz com o meu momento por tudo que eu passei e continuo passando. É gratificante ver os resultados. Tenho minhas metas pessoais, mas principalmente objetivos com o time. A felicidade é por estar ajudando a equipe com minha performance e isso me deixa cada vez mais motivada para treinar e buscar mais", explicou Thaisa, que espera uma decisão equilibrada entre equipes que se conhecem bastante.

"Será um grande clássico, uma final "pão de queijo". Já nos enfrentamos várias vezes nessa temporada e sabemos da força do Dentil/Praia Clube. Estudamos muito a equipe delas. Esperamos um jogo difícil, duro, como todos os jogos contra elas. Estou muito confiante, vamos para cima para dar o nosso melhor dentro de quadra e buscar esse título", afirmou Thaisa.

Do outro lado da rede, a central Carol também vive uma grande fase. A atacante foi eleita a melhor em quadra nas duas partidas das semifinais contra o Osasco São Cristóvão Saúde (SP). Segundo a meio de rede, o jogo coletivo da equipe do treinador Paulo Coco tem sido um diferencial na temporada.

Foto: Wander Roberto

Carol *em ação no bloqueio*

"Fica um sentimento de alegria e confiança pelo resultado das semifinais. Todo o trabalho que foi construído nessa temporada nos permitiu chegar nesse momento especial que é jogar mais uma final. Fico feliz com os dois troféus, mas o voleibol é um esporte coletivo. Temos um time em que todas as jogadoras podem entrar em quadra e contribuir. O que nos fez chegar até aqui foi nossa união e o jogo coletivo"", explicou Carol, que também chamou a atenção para a velocidade do Itambé/Minas.

"Estou muito feliz de estar em mais uma final com essa camisa. Já enfrentamos o Itambé/Minas algumas vezes nessa temporada e sabemos que serão jogos difíceis. Elas têm excelentes atacantes que jogam com muita velocidade com a Macris. Estamos estudando ainda mais o time delas para saber qual caminho vamos tomar dentro de quadra. Espero que possamos dar o nosso melhor e que o nosso coletivo faça a diferença", disse Carol.

Nesta temporada, Itambé/Minas e Dentil/Praia Clube duelaram duas vezes na Superliga Banco Do Brasil. O time do treinador Nicola Negro levou a melhor no turno e no returno, por 3 sets a 0 e 3 sets a 1. Na final da Copa Brasil e do Campeonato Mineiro, novas vitórias do Itambé/Minas, por 3 sets a 2 e 3 sets a 1.

Federação Paulista de Motociclismo tem novo presidente

Em Assembleia Geral realizada em São Paulo no último fim de semana, o ex-piloto e empresário Marcos Rogério Moreira (56) foi eleito para presidir a Federação Paulista de Motociclismo (FPM), no quadriênio 2021/2025. O vice-presidente será o advogado Gerson Bellani, igualmente dedicado ao esporte a motor.

"Eu nasci e vivo para o motociclismo. Começando pela inicial de meu nome, o M de motociclismo", comemora o simpático presidente Marcos Rogério Moreira.

Em sua nova gestão, a FPM tem como prioridade resgatar a tradição do Campeonato Paulista de Motociclismo, em todas as suas modalidades – Motovelocidade, Supermoto, Motocross, Supercross, Enduro, Veloterra, Rally, Trial, UTV -, prestigiando os pilotos e suas equipes para o desenvolvimento do esporte em competições sérias, organizadas e, principalmente seguras. Outra meta é buscar incentivos fiscais que possibilitem reduzir os custos e democratizar o esporte aos amantes do motociclismo.

"Acima de tudo, é um momento histórico para o motociclismo paulista, que reclama mais atenção e dedicação da entidade frente a necessidade de transformação e de mudanças. E nossos objetivos serão alcançados com a colaboração de todos aqueles que desejam o imediato restabelecimento da tradição e da importância do motociclismo dentro do esporte a motor", ressaltou Marcos Rogério Moreira.

No cumprimento da ordem do dia, na Assembleia Geral para votação da nova presidência da FPM, um total de seis clubes elegeu a chapa formada por Marcos Rogério Moreira e Gerson Bellani, respectivamente, presidente e vice-presidente. A chapa recebeu os votos de Associação Motociclística e Atlética Tietê, Automóvel Clube da Lapa, Centauro Motor Clube, Daytona Motor Clube, Interlagos Motor Clube e Paulistano Motor Clube. O Clube Verde & Rosso se absteve.

"Agradeço o reconhecimento e confiança dos Clubes que votaram, e com a ajuda deles vamos atingir nossas metas e voltar ao crescimento de nosso esporte após a Pandemia do Covid-19", reforçou Moreira.

Antecipação de feriados em SP fez isolamento aumentar, diz prefeito

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, disse na terça-feira, (30) que a antecipação dos feriados na capital paulista, que criou no município um período de dez dias seguidos sem dias úteis, iniciados na última sexta-feira (26), está fazendo com que o isolamento social na cidade aumente. Segundo o prefeito, apesar de "ser muito cedo ainda para poder colher os resultados desse grande feriado", a decisão está se mostrando acertada.

"A medida do isolamento pela prefeitura de São Paulo, que é um índice diferente daquele utilizado pelo governo do estado, mostra uma evolução no isolamento social. Nós utilizamos aqui dados de catraca de ônibus, notas fiscais emitidas, trânsito na cidade de São Paulo. Isso vem mostrando um aumento das pessoas que permanecem dentro de casa, o que mostra o acerto da decretação dos feriados", disse Covas em entrevista coletiva.

O prefeito, no entanto, não deu detalhes sobre o aumento do isolamento social na capital paulista. Pelo Sistema de Monitoramento Inteligente (Simi) do governo do estado de São Paulo, o isolamento social na cidade de São Paulo não apresentou melhora desde o início dos feriados antecipados, em comparação com a semana anterior.

Na última sexta-feira (26), o Simi apontou isolamento na capital paulista de 42% da população, resultado igual ao da sexta-feira anterior, dia 19. No sábado (27), o isolamento foi de 45%, ante 46% do sábado (20). No domingo (28), foi de 50%, ante 51% do domingo (21). E ontem (29), o isolamento foi de 44%, ante 42% da segunda-feira (22).

Ocupação de UTIs

Covas destacou que a taxa de ocupação dos leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) na cidade de São Paulo não aumentou e ficou estável no último final de semana, em torno dos 90%. "Nós tivemos nesse final de semana uma manutenção em 90%, sem crescimento, o que já é uma boa notícia da ocupação de leitos de UTIs", disse.

De acordo com dados do governo do estado, ontem (29), a ocupação dos leitos de UTIs na capital paulista estava em 88%, praticamente a mesma taxa de duas semanas atrás, de 88,5%, registrado no último dia 15.

Reabertura das escolas

O prefeito de São Paulo disse também que ainda não há decisão tomada quanto ao retorno das aulas presenciais nas escolas da cidade. De acordo com Covas, a prefeitura detectou um aumento dos focos de covid-19 na cidade no período em que as escolas voltaram a receber alunos, principalmente a partir de fevereiro.

"Todo mundo sabe que a atividade de educação é atividade mais do que essencial, ação transformadora da realidade, uma das mais importantes e das mais nobres realizadas aqui dentro da cidade de São Paulo. Só que nós temos uma preocupação que é preocupação com a vida. O que nós tivemos aqui na cidade de São Paulo, no período de retorno às aulas, foi aumento na quantidade de focos de covid-19", explicou. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

A coluna de política do jornalista **Cesar Neto** vem sendo publicada na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Na Internet desde 1996, www.cesarneto.com foi se tornando referência das liberdades possíveis. No Twitter **@CesarNetoReal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

.

PREFEITURA (SÃO PAULO)

Com a presença do vereador Holiday (PATRIOTA), que sempre manteve uma boa relação com o ex-vereador e hoje vice-prefeito Ricardo Nunes (MDB), o reeleito Bruno Covas (PSDB) comandou ontem mais uma entrevista coletiva sobre medidas pro combate à pandemia Covid 19

.

ASSEMBLEIA (SÃO PAULO)

Deputado Arthur do Val (expulso do DEM no PATRIOTA), bem votado pra prefeitura paulistana em 2020, já usa suas redes sociais como pré-campanha pra Câmara Federal em 2022. A real é que a ALESP ficou pequena pro tamanho político que tomou o personagem do 'Mamãe Falei'

.

GOVERNO (SÃO PAULO)

Doria (PSDB 'liberal de centro') vai morar pelo tempo que for necessário pra residência do Palácio Bandeirantes. Justo ele que dizia não precisar morar lá. Justifica que é por causa da insegurança das manifestações extremistas - por causa da Covid 19 - contra sua família na casa (Jardins)

.

CONGRESSO (BRASIL)

Uma pergunta tá na cabeça dos alinhados por convicção, aliados de ocasião - tipo deputados federais pelas bancadas do chamado 'centrão' - e por fim as bancadas das oposições : do jeito que foi maquiado o Orçamento 2021, o Bolsonaro pode ter que pedalar e se dar mal como a Dilma ?

.

PRESIDÊNCIA

Técnico da seleção política, Jair Bolsonaro sacou o general Azevedo e Silva que jogou no time do Toffoli (Supremo via PT Lulista), colocando no Ministério (Defesa) o general Braga Neto, interventor no Rio durante o governo Temer (MDB). Ele assumiu, demitindo os comandos das ...

.

REPÚBLICA

... Forças Armadas. Pra Casa Civil, escalou o general Ramos, que agora terá que tomar conta da Secretária do Governo, a deputada federal Flávia Arruda (PL - DF). André Mendonça volta a jogar na AGU, aguardando uma 'escalação evangélica' pro Supremo. Nas Relações Exteriores, ...

.

(BRASIL)

... Ernesto Araújo (expulso do time pelo VAR do Senado) deu lugar a quem tava no banco de reservas, o diplomata Franco França. Finalmente, vindo do time da Polícia Federal, foi escalado pro Ministério (Justiça) o delegado Anderson Torres, que já jogava no time da Segurança Nacional

.

PARTIDOS (BRASIL)

Com legenda garantida pelo PODEMOS (ex-PTN), Sérgio Moro diz ter orgulho e não se arrepender de nada que fez como juiz nas condenações de corruptos e ladrões através da 'Lava Jato'. Pode ser candidato em 2022. Na pior das hipóteses, pra Câmara dos Deputados ou pro Senado

.

HISTÓRIAS

31 março 1964 : Exército, Marinha e Aeronáutica tomaram o Poder de quem queria implantar uma ditadura comunista no Brasil, como já rolava em Cuba. Tiveram apoio das maiorias do povo, imprensa e igreja católica. Os governos militares dos generais duraram até 15 março 1985

cesar@cesarneto.com

Prefeitura investe mais de R$ 2,8 bilhões para combater efeitos econômicos da pandemia

A Prefeitura de São Paulo realizou um investimento extra de R$ 2.872 bilhões em ações sociais para combater os efeitos da crise econômica causada pela pandemia e assim, auxiliar principalmente a população mais vulnerável. Durante coletiva de imprensa virtual realizada na terça-feira (30), o prefeito Bruno Covas apresentou um balanço com as principais ações emergenciais realizadas na capital.

"A determinação da Prefeitura foi para não deixar ninguém passando necessidade na cidade de São Paulo. Não vemos uma dicotomia entre desenvolvimento econômico e saúde. O nosso inimigo é o vírus, que tem causado essa recessão mundial, que não é diferente aqui no país", disse Covas.

Desde o início da pandemia, o município tem desenvolvido uma série de ações que serão reforçadas neste segundo pico da doença, quando a população se esforça para evitar a circulação e a aglomeração de pessoas.

Segurança alimentar, higiene e proteção

Desde o ano passado, o programa Cidade Solidária distribuiu 2.451.431 cestas básicas, 2,8 milhões de máscaras e 1.167.530 kits de higiene e limpeza. Já pelo programa Rede Cozinha Cidadã, foram distribuídas 2.391.575 marmitas.

Os equipamentos de Assistência Social serviram 18.016.635 refeições entre cafés da manhã, almoços e jantares. Pelo Banco de Alimentos, foram distribuídas 2,9 mil toneladas de frutas, verduras e outros mantimentos.

As ações são o resultado de um trabalho feito entre a Prefeitura, a Sociedade Civil e que contaram com o apoio do Governo do Estado. Para que não houvesse um trabalho duplicado, com comunidades beneficiadas mais de uma vez e outras esquecidas, tudo foi distribuído pelo território da capital ao longo de 2.706 pontos de distribuição.

Auxílios

Três programas de transferência de renda, aprovados pela Câmara Municipal, ajudam a população neste período.

O programa Renda Básica Emergencial, que no ano passado complementou o auxílio federal, terá 1.287.422 pessoas beneficiadas na capital. Além disso, 1.039.387 alunos foram beneficiados com o Cartão Merenda e 284 mulheres vítimas de violência receberam um auxílio hospedagem no valor de R$ 400,00.

Trabalho

Uma parceria entre a Prefeitura, Câmara Municipal e o Tribunal de Contas do Município ajudou a manter 108 mil empregos de contratos ativos com empresas terceirizadas.

O programa POT Volta às aulas lançou 4.590 vagas para mães de alunos da rede municipal, com salários em R$ 1.155. Os programas Costurando Pela Vida e Cozinhando Pela Vida foram responsáveis pela contratação de 600 costureiras e 119 cozinheiras.

Além disso, os Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATe) prestaram neste período 286 mil atendimentos, 10 mil deles esclarecendo dúvidas da população sobre o auxílio do Governo Federal. A Central Telefônica Adesampa fez 138 mil atendimentos a microempresários.

Pop Rua

Com relação à população em situação de rua, desde o início da pandemia a Prefeitura criou 8.959 vagas de acolhimento e atendimento, totalizando hoje mais de 39 mil vagas em toda a rede. Entre as ações estão a implantação de oito centros de acolhida emergenciais e a disponibilização de vagas em hotéis para idosos.

O Projeto Vidas no Centro conta com sete polos de higienização, banho e lavanderia, que já realizaram 1.5 milhão de atendimentos.

Instalação de pias

Para incentivar a higienização constante das mãos, 11 pias foram instaladas na região central da cidade e 378 em comunidades e ocupações de alta vulnerabilidade social, que não tinham acesso à água potável.

Cultura

Neste ano, a Prefeitura lançou o Plano de Amparo à Cultura, no valor de R$ 100 milhões.

No ano passado, a capital suplementou em R$ 20 milhões o valor do Governo Federal pela Lei Aldir Blanc, totalizando R$ 90,4 milhões, que beneficiaram 8 mil profissionais (em 936 estabelecimentos e 3.963 grupos ou indivíduos).

Próximas ações

A Prefeitura está incrementando a quantidade de cestas básicas, marmitas e de refeições distribuídas. A pretensão é chegar a 1.853.334 cestas básicas; 1.353.000 marmitas; e 1.187.910 refeições já no próximo mês, além da confecção de mais 1 milhão de máscaras pelo programa Costurando pela Vida e mais 170 vagas em hotéis para idosos em situação de rua (totalizando 600 vagas).

Todo o trabalho realizado é fruto de uma parceria com organizações do terceiro setor e comunidades que realizam ações sociais. Para organizar e divulgar esses pontos de distribuição de alimentos, a Prefeitura lançou na última semana a plataforma Sampa Mais Solidária, que organiza os esforços no território, com o objetivo de evitar a sobreposição de iniciativas em um mesmo local, favorecendo a capilaridade. Já estão cadastradas 65 entidades que fornecem 227.580 mil refeições por mês, um trabalho que completa às 2.540.910 fornecidas pela Prefeitura.

Isenção de rodízio para vans de ONGs

Atendendo a uma reivindicação as ONGs, foi publicado nesta terça-feira (30) o Decreto nº 60.155, que isenta do rodízio municipal de veículos as vans de ONGs que estejam inscritas no Programa Sampa Mais Solidária. Clique aqui para saber mais detalhes.

Renda Básica Emergencial

Os auxílios permanecerão na cidade, com a continuidade do Renda Básica Emergencial, que iniciou sua segunda etapa na semana passada. O Cartão Merenda continuará a ser distribuído para 1.039.387 alunos da rede municipal com créditos que variam entre R$ 55,00 e R$ 101,00. Além disso, a previsão é ampliar a capacidade de atendimento para mais 500 mulheres vítimas de violência com o auxílio de R$ 400,00.

Comitê de Blitze flagra 150 pessoas aglomeradas em tabacaria da zona Leste

O Comitê de Blitze flagrou cerca de 150 pessoas aglomeradas em uma tabacaria, na madrugada de terça-feira (30), na Praça Nossa Senhora das Vitórias, na Vila Formosa, na zona Leste da Capital. Dez pessoas, incluindo o proprietário, funcionários e frequentadores, foram conduzidas à delegacia e autuadas. Ao todo, entre a noite de segunda-feira, (29) e a madrugada de hoje, 294 dispersões foram realizadas e 11 eventos clandestinos encerrados na capital.

A ação na tabacaria foi deflagrada pela Polícia Civil, por meio do Grupo Armado de Repressão a Roubos (Garra), do Departamento de Operações Especiais de Polícia (Dope), com o apoio do Procon e da Vigilância Sanitária Estadual para a fiscalização do cumprimento das medidas restritivas contra a pandemia.

No estabelecimento, as equipes flagraram uma confraternização às portas fechadas, com som operado por DJ, farta quantidade de bebidas alcóolicas, brasas de narguilé, máquinas de cartão, uma central de monitoramento eletrônico e centenas de tickets de bebidas destacados. A maioria das pessoas local desrespeitava o distanciamento social e algumas não usavam a máscara de proteção ou quaisquer outros equipamentos de proteção individual, descumprindo o Decreto Estadual que visa a combater a disseminação do Covid-19.

Com a chegada dos policiais civis, alguns frequentadores tentaram fugir do estabelecimento, mas foram interceptados e qualificados. Dez pessoas, incluindo o proprietário do espaço, funcionários e clientes, foram levados ao Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC), onde foram autuados em um termo circunstanciado por infração de medida sanitária preventiva.

Alguns objetos, como dois rádios transmissores, cinco máquinas de cartão, equipamentos do DJ, notebook e três celulares foram apreendidos na ação. A ocorrência foi encaminhada para o Juizado Especial Criminal (Jecrim).

Balanço

Para garantir o cumprimento das determinações estabelecidas pela fase emergencial do Plano São Paulo, as ações de fiscalização tem sido intensificadas em toda capital paulista, inclusive com o reforço de policiais civis e militares no apoio às ações da vigilância sanitária, Procon e demais órgãos de fiscalização.

Como resultado desse trabalho, entre a noite de segunda-feira (29) e manhã desta terça-feira (30), na capital paulista, foram realizadas mais de 7,3 mil abordagens, sendo 18 pessoas presas. No período, também foram encerrados 11 eventos clandestinos, realizadas 294 dispersões de aglomerações e vistoriados mais de 11,1 mil veículos, sendo 125 deles, produto de roubo e furto, localizados.

Comitê de Blitze

Criado no último dia 12, em parceria com a Prefeitura de São Paulo, o Comitê de Blitz tem como objetivo reforçar as fiscalizações e o cumprimento das medidas restritivas da fase emergencial e evitar a propagação do coronavírus.

Integram o Comitê agentes da Guarda Civil Metropolitana e da Covisa (Coordenadoria da Vigilância Sanitária) pela Prefeitura de São Paulo. Pelo Governo do Estado, atuam profissionais da Vigilância Sanitária, Procon e das Polícias Civil e Militar.

Qualquer pessoa pode denunciar festas clandestinas e funcionamento irregular de serviços não essenciais pelo telefone 0800-771-3541 e também no site www.procon.sp.gov.br ou pelo e-mail secretarias@cvs.saude.sp.gov.br, do Centro de Vigilância Sanitária.

Lembre sempre de lavar as mãos

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Ipea projeta crescimento de 3% do Produto Interno Bruto em 2021

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou na terça-feira (30) que projeta crescimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país) em 2021, com queda estimada de 0,5% no primeiro trimestre do ano, na comparação com ajuste sazonal.

"Além do impacto da pandemia e do endurecimento das medidas de isolamento social por parte de governos estaduais e municipais sobre o ritmo da economia, as previsões para 2021 também levam em conta as incertezas quanto à capacidade de se promover os ajustes nas contas públicas necessários para uma trajetória fiscal equilibrada", disse o Ipea.

Segundo o estudo, outro fator de risco é a aceleração inflacionária, refletindo a alta nos preços administrados acima do esperado no início deste ano e a desvalorização cambial, com impactos principalmente nos preços dos alimentos e dos bens industriais.

A análise da conjuntura econômica brasileira também aponta que o segundo semestre do ano deve ser marcado pela retomada do crescimento do PIB e pelo aumento da confiança de consumidores e empresários a partir do avanço da cobertura vacinal contra a covid-19. "As hipóteses cruciais desse cenário são que as questões associadas al pandemia jai estejam sob controle e que seja possível conter as atuais incertezas fiscais", disse o instituto.

Para 2022, a projeção é de crescimento de 2,8% do PIB, em um cenário de manutenção da retomada da atividade econômica esperada para o segundo semestre deste ano. Embora o crescimento projetado para 2022 seja um pouco menor que o de 2021, o esforço de crescimento ao longo do ano que vem seria maior, pois a base de comparação - o PIB de 2021- é significativamente maior, segundo o Ipea.

O instituto espera que a atual trajetória de alta dos preços internacionais das commodities contribua positivamente para a retomada da economia brasileira, mas, ao mesmo tempo, essa alta pressiona a inflação. A estimativa do Ipea para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021 é de 4,6% de variação. Para 2022, no contexto de uma política monetária mais apertada e sob a hipótese de que as atuais incertezas fiscais sejam controladas, o IPCA deve variar 3,4%. (Agencia Brasil)

Caged: Brasil gera mais de 400 mil novos empregos formais em fevereiro

O Brasil gerou 401.639 novos postos de trabalho em fevereiro deste ano, resultado de 1.694.604 admissões e de 1.292.965 desligamentos de empregos com carteira assinada. O crescimento é o maior para o mês, de acordo com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

"Mais uma vez, o vigor da economia brasileira, a resiliência da economia brasileira surpreendendo as expectativas", disse, durante coletiva virtual de divulgação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). "São 400 mil novos empregos, recorde para o mês de fevereiro, é o que indica que estamos, definitivamente, no caminho certo do ponto de vista da recuperação da atividade econômica", completou.

O mês de fevereiro, entretanto, não contempla o período de intensificação das restrições das atividades, impostas por diversos estados e municípios para o enfrentamento à nova onda de casos de covid-19. Nesse sentido, para Guedes, o foco do governo agora deve ser a vacinação em massa da população, "principalmente dos 40 milhões de brasileiros do mercado informal", que é o grupo mais vulnerável que foi atendido pelo auxílio emergencial do governo federal.

De acordo com o ministro, cerca de 10% das novas admissões, 173 mil vagas, foram no setor de serviços, que é o mais sensível também para a informalidade. "Nós precisamos vacinar em massa para que o brasileiro informal, os quase 40 milhões de invisíveis, não fique nessa escolha cruel entre sair para trabalhar e ser abatidos pelo vírus ou ficar em casa e ser abatido pela fome", disse.

Com a intensificação da vacinação a partir do próximo mês, segundo ele, a população idosa estará praticamente toda vacinada, "o que significa que deve cair vertiginosamente a taxa de óbitos" por covid-19 e, então, "podemos pensar no retorno seguro ao trabalho, para que impacto na economia dessa vez seja menos profundo do que foi o baque em abril do ano passado".

O estoque de empregos formais no país, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, chegou a 40.022.748 vínculos, em fevereiro, o que representa uma variação de 1,01% em relação ao mês anterior. No acumulado de 2021, foi registrado saldo de 659.780 empregos, decorrente de 3.269.417 admissões e de 2.609.637 desligamentos.

Dados isolados

No mês passado, os dados apresentam saldo positivo no nível de emprego nos cinco grupamentos de atividades econômicas: serviços, com a criação de 173.547 postos, distribuído principalmente nas atividades de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas; indústria geral, que criou 93.621 novos empregos, concentrados na indústria de transformação; comércio, mais 68.051 postos de trabalho gerados; construção, saldo positivo de 43.469 postos; e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que registrou 23.055 novos trabalhadores.

Todas as regiões do país tiveram saldo positivo na geração de emprego, sendo que houve aumento de trabalho formais em 24 das 27 unidades da Federação. Os destaques são para São Paulo com a abertura de 128.505 postos, aumento de 1,04%; Minas Gerais que criou 51.939 novas vagas (1,25%); e Paraná, com saldo positivo de 41.616 postos (1,50%).

Os estados com saldo negativo de empregos em fevereiro são Amazonas, que teve o fechamento de 625 postos, queda de 0,15%, o primeiro estado a sofrer com a segunda onda da pandemia; Alagoas, com saldo negativo de 485 postos, diminuição de 0,14%; e Paraíba, que encerrou o mês menos 136 postos de trabalho formal, queda de 0,03%.

Para o conjunto do território nacional, o salário médio de admissão em fevereiro de 2021 foi de R$1.727,04. Comparado ao mês anterior, houve redução real de R$ 47,53 no salário médio de admissão, uma variação negativa de 2,68%.

As estatísticas completas do Caged estão disponíveis na página do Ministério da Economia . Os dados também podem ser consultados no Painel de Informações do Novo Caged. (Agencia Brasil)

CNI sugere ações para tornar indústria mais competitiva na exportação

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou na terça-feira (30) uma lista com 111 medidas que, segundo a entidade, podem ajudar o setor a recuperar a competitividade no comércio exterior. As propostas estão divididas em quatro eixos: política comercial, serviços de apoio à internacionalização, ações em mercados estratégicos e cooperação internacional.

Segundo a CNI, o Brasil passa por "um dos piores momentos históricos em seu comércio de produtos industrializados com o mundo", uma vez que a participação dos bens industriais na pauta exportadora do país atingiu, em 2020, "o pior nível em 44 anos".

"Na última década tivemos quase US$ 40 bilhões em perdas com exportações de bens industrializados", disse o gerente de Negociações Internacionais da CNI, Fabrizio Panzini. Segundo Panzini, a maior perda foi relacionada às exportações para a América Latina (-US$ 20,5 bilhões) e para a União Europeia (-US$ 11 bilhões).

Das 111 medidas propostas na sexta edição da Agenda Internacional da Indústria, a CNI destaca 10 que considera prioritárias para reverter a situação. Uma das propostas é o ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) se "medidas compensatórias" que incluam "a adequação da definição de subsídios, a previsão de adoção de metodologias alternativas em casos de condições anormais de comércio e mudança da definição de indústria doméstica".

Convidado para participar da cerimônia virtual de lançamento da Agenda Internacional de 2021, o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, do Ministério da Economia, Roberto Fendt, destacou que investigações de subsídios e medidas compensatórias são ferramentas importantes para a política de defesa comercial do Brasil.

"Nesse sentido, o Ministério da Economia está empenhado em viabilizar a publicação e colocar em vigor o novo decreto de medidas compensatórias, tão logo esteja concluído esse trabalho", adiantou o secretário.

A Agenda Internacional da Indústria propõe também melhor governança do "sistema público de financiamento e garantias às exportações" – o que, de acordo com a entidade, deve ser feito por meio do aprimoramento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e de maior autonomia do Banco do Brasil para realizar as operações do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Novo BNDES

A CNI defende "um novo BNDES". Segundo a CNI, o governo brasileiro deve promulgar o acordo sobre a sede do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e "sensibilizar o Legislativo sobre a necessidade de equalização do pagamento das contribuições brasileiras ao banco referentes aos anos de 2020 e 2021".

Para a Confederação da Indústria, também é prioridade uma reforma tributária para o comércio exterior. Segundo a CNI, tal reforma deve assegurar a imunidade tributária das exportações, eliminar a cumulatividade e o resíduo tributário nas vendas externas, resolver a questão da acumulação de créditos tributários e manter os regimes aduaneiros especiais de Drawback, Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado (Recof) e Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped).

A CNI propõe ainda a revisão da Lei de Lucros no Exterior com o objetivo de eliminar a tributação do lucro das empresas brasileiras com investimentos. "Investir no exterior é uma atividade estratégica para o Brasil e o fato de as multinacionais do país pagarem mais impostos que suas concorrentes no exterior faz com que o país deixe de ter benefícios, como aumento das exportações, da inovação interna e da produtividade", argumenta a entidade.

Mercosul e União Europeia

Outro destaque na agenda é a importância econômica do Mercosul para a indústria nacional. A CNI propõe a defesa de propostas para o livre comércio entre os países do bloco; a internalização de acordos de liberação de compras governamentais; e a ampliação da integração externa do bloco, por meio da internalização do acordo Mercosul-União Europeia que, segundo a confederação, pode aumentar em até 20% as exportações do Brasil ao bloco.

A CNI aponta ainda como prioridade a conclusão e a implementação do Portal Único de Comércio Exterior, de forma a integrar os órgãos que autorizam as operações de importação e exportação e seus respectivos controles. (Agencia Brasil)

Governo defende nova suspensão de reajuste em planos de saúde

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacom), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, propôs que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) volte a suspender o reajuste de planos de saúde, em razão do agravamento da pandemia de covid-19.

A sugestão foi apresentada à Câmara de Saúde Suplementar, colegiado composto por representantes do governo, dos consumidores e de empresas. O objetivo seria prevenir tratamento discriminatório entre os usuários alvo de aumento.

O dir etor do departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Pedro Aurélio de Queiroz, alertou para a ocorrência de reajustes muito díspares entre diferentes grupos de clientes, o que pode "onerar demasiadamente os consumidores que não possuem poder de negociação", disse.

A ANS já suspendeu reajustes em planos no ano passado, mas com o término da medida, em dezembro, as operadoras passaram a efetuar a recomposição dos valores não cobrados em 2020. A agência autorizou reajustes de até 8,14% em planos individuais e familiares.

Em fevereiro, a Defensoria Pública da União (DPU) recomendou à ANS a suspensão de todos os reajustes também em 2021, diante do quadro de "deterioração econômica". No ofício, o órgão afirmou que os "reajustes aparentemente não refletem a necessidade de manter a sustentabilidade econômica das operadoras de planos de saúde".

Na semana passada, o Procon-SP entrou com uma ação civil pública pedindo que a ANS seja obrigada a reverter reajustes abusivos em planos de saúde coletivos. O órgão de defesa do consumidor disse ter recebido mais de 900 reclamações em janeiro, algumas sobre reajustes que chegaram a 140%, 160% e 228%. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Conselho Europeu e OMS defendem Tratado sobre Pandemias como "legado"

O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Ghebreyesus, defenderam na terça-feira (30) um Tratado Internacional sobre Pandemias como "legado" que os líderes atuais têm o dever de deixar após a experiência da covid-19.

Em entrevista conjunta e virtual, transmitida de Bruxelas e Genebra, Charles Michel, que lançou no ano passado a ideia do tratado, e Ghebreyesus fizeram a defesa desse pacto global, apontando-o como um "legado" que os líderes têm o dever de deixar às próximas gerações.

Isso porque, afirmaram, "a próxima pandemia não é uma questão de "se", mas "quando"" e é preciso aprender com as lições da covid-19, que "expôs fraquezas e divisões", disse o presidente do Conselho Europeu.

A entrevista foi antecedida da publicação de um texto, em órgãos de comunicação social de todo o mundo, que defende a proposta do tratado e de "uma arquitetura sanitária internacional mais robusta". O texto é assinado por Charles Michel, Ghebreyesus e mais 25 líderes mundiais.

"O tempo de agir é agora. O mundo não pode esperar pelo fim desta pandemia para começar a preparar-se para a próxima. Não podemos permitir que as recordações desta pandemia se esvaneçam e voltemos à vida como antes. Não podemos fazer as coisas como fazíamos antes e esperar um resultado diferente", afirmou o diretor-geral da OMS, que pediu uma "ação robusta".

De acordo com Ghebreyesus, o tratado internacional poderia ser baseado na constituição da OMS, incluindo princípios de saúde para todos e não discriminação, ideia partilhada por Charles Michel.

Segundo o presidente do Conselho Europeu, a ideia fundamental é garantir, por meio do tratado, "uma abordagem global, para melhor prever, prevenir e responder a pandemias", especialmente com o reforço das capacidades globais e assegurando um acesso justo e universal a vacinas, medicamento e testes.

"O que desejamos é que esse debate que se seguirá sobre o tratado internacional seja um projeto comum. E esperamos que o conjunto dos países se envolva nas discussões", afirmou Charles Michel, assegurando que, pelos contatos bilaterais que tem mantido, está seguro de que mais países, além daqueles que já subscreveram o texto, deverão associar-se à iniciativa.

"É nossa responsabilidade, como líderes, garantir que a preparação para a pandemia e os sistemas de saúde estão prontos para o século 21. Deixemos um legado do qual todos possamos orgulhar-nos", disse.

Em novembro de 2020, Charles Michel lançou a ideia de um Tratado Internacional sobre Pandemias, apoiada, já neste ano, pelo G7 bem como pelos 27 Estados-membros da UE, em um Conselho Europeu no fim de fevereiro. (Agencia Brasil)

Déficit primário em fevereiro cai em relação ao do ano passado

O aumento da arrecadação e o atraso na aprovação do Orçamento deste ano ajudaram o governo a registrar déficit primário menor em fevereiro. No mês passado, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) teve déficit de R$ 21,217 bilhões, contra resultado negativo de R$ 25,858 bilhões no mesmo mês de 2020, divulgou na terça-feira (30) o Tesouro Nacional.

Considerando a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o déficit em fevereiro caiu 22% na comparação com fevereiro do ano passado. O resultado veio melhor que a estimativa do mercado. Segundo o Prisma Fiscal, pesquisa divulgada todo mês pelo Ministério da Economia, as instituições financeiras previam que as contas do Governo Central obteriam resultado negativo de R$ 27,6 bilhões no mês passado.

Apesar do déficit em fevereiro, o Governo Central acumula superávit primário de R$ 22,356 bilhões nos dois primeiros meses do ano. Isso porque janeiro tinha registrado resultado positivo de R$ 43,219 bilhões. O Orçamento Geral da União deste ano estipula meta de déficit primário de R$ 247,1 bilhões para o Governo Central em 2021.

O déficit primário representa o resultado negativo nas contas do governo desconsiderando os juros da dívida pública. Em relação ao primeiro bimestre do ano passado, o resultado indica melhora. Em janeiro e fevereiro de 2020, o Governo Central tinha registrado déficit primário de R$ 18,275 bilhões.

Receitas e despesas

Do lado das receitas, o resultado acumulado até fevereiro foi influenciado pelo crescimento de 2,3% acima da inflação em relação aos dois primeiros meses do ano passado. A principal influência do lado da arrecadação foi o aumento de 4,9% acima da inflação nas receitas administradas, refletindo a recuperação da atividade econômica no início do ano, antes do agravamento da pandemia de covid-19.

Nos dois primeiros meses do ano, as despesas subiram apenas 1% acima da inflação. Segundo o Tesouro Nacional, a não aprovação do Orçamento e o corte temporário de um terço dos gastos discricionários (não obrigatórios) contribuíram para o crescimento menor que o previsto dos gastos no início do ano.

O congelamento dos salários dos servidores públicos até o fim de 2021, em virtude da pandemia de covid-19, também contribuiu para o baixo crescimento dos gastos federais. Nos dois primeiros meses do ano, as despesas com pessoal caíram 3,2% em relação ao mesmo período de 2020, considerando o IPCA.

Em contrapartida, os investimentos (obras e compras de equipamentos) iniciaram o ano em forte baixa por causa do atraso da aprovação do orçamento e do crescimento de outros gastos obrigatórios. Em janeiro e fevereiro, o Governo Central investiu R$ 1,825 bilhão, recuo de 55% descontada a inflação em relação aos R$ 4,052 bilhões registrados no mesmo período de 2020. (Agencia Brasil)

Alto Vale do Rio Negro Participações S.A.

CNPJ nº 34.345.660/0001-77

Relatório da Diretoria às demonstrações financeiras em 31/12/2020 e 2019 - Em reais

Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à V.Sas. o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2020 com todos os demonstrativos contábeis e financeiros correspondentes e permanecemos ao seu dispor para os esclarecimentos que julguem necessários.

São Paulo, 06 de março de 2021. **A Diretoria.**

Balanços Patrimoniais	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo / Circulante		**314.846**	**320.137**
Caixa e equivalentes de caixa	1	**312.438**	247.819
Impostos a recuperar		**1.608**	72.318
Não circulante		**12.619.165**	8.255.305
Investimentos	2	**12.619.032**	8.255.172
Outras participações		**133**	133
Investimentos		**12.619.165**	8.255.305
Total do ativo		**12.933.211**	8.575.442

Balanços Patrimoniais	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo e patrimônio líquido / Circulante		**1.444**	2.825
Fornecedores		–	2.825
Obrigações tributárias		–	2.632
Não circulante		–	193
Patrimônio líquido		**12.933.211**	8.572.617
Capital social	3	**19.400.282**	19.400.282
Reserva de capital		**1.440.110**	1.440.110
Ajustes de avaliação patrimonial		**(3.819.620)**	(4.456.757)
Lucros (prejuízos) acumulados		**(4.087.561)**	(7.811.018)
Total do passivo e patrimônio líquido		**12.933.211**	8.575.442

Demonstração do resultado

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas gerais e administrativas	**(8.167)**	(187.912)
Equivalência patrimonial	**3.726.723**	(538.943)
Outras receitas	–	54.833
Total das despesas operacionais	**3.717.616**	(641.622)
Lucro (prejuízo) operacional	**3.717.616**	(641.622)
Resultado financeiro líquido	**5.841**	17.177
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**3.723.457**	(624.445)
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**3.723.457**	(624.445)
Lucro (prejuízo) por ação	**0,39**	(0,06)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Nota 1 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	**1**	1
Aplicações financeiras	**312.437**	247.818
Total caixa e equivalentes de caixa	**312.438**	247.819

Nota 2 - Investimentos em controladas: Os investimentos em Controladas diretas estão representados como segue:

Definição	Empresas	Valor investimento em 31/12/2019	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações possuídas	Participação	Valor investimento em 31/12/2020
Controlada	Equatria S.A.	2.835.789	4.979.253	1.640.000	99,00%	3.950.622
Controlada	VRN Empresa de Com. Ltda.	5.307.042	8.584.027	15.623.968	94,47%	8.109.496
Controlada	Rio Negro Distribuidora Tdetrl Ltda	112.341	656.996	720.001	99,99%	656.912
Total investimento		**8.255.172**	**14.009.276**	**17.983.969**		**12.619.032**

Nota 3 - Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 19.400.282, dividido em 9.696.768 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. São Paulo, 31 de dezembro de 2020

Rolf Buddemeyer
Diretor
Claus Buddemeyer
Diretor
Contador
Orly Fendrich
Contador 1SC211403

VILA LEOPOLDINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. - *CNPJ Nº 25.414.779/0001-73*

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em reais)*

Balanço Patrimonial

ATIVO	2020	2019
Ativo circulante	**61.291.500,07**	**55.567.423,10**
Caixa e equivalentes de caixa	248.934,37	11.864,12
Créditos a receber	3.247,57	456.455,54
Imóveis para venda	61.011.078,12	55.072.572,10
Despesas antecipadas	28.589,29	26.931,34
Outros créditos	1.169,72	–
Ativo não circulante	**57.546.634,54**	**48.983.006,36**
Fornecedores	22.529,59	1.852,36
Empréstimos e financiamentos	–	5.717.272,53
Impostos e contribuições a recolher	20.450,10	34.511,34
Adiantamentos de clientes	230.064,00	247.680,00
Outros débitos	60.710,95	–
Passivo não circulante	**57.146.824,54**	**48.983.006,36**
Empréstimos e financiamentos	–	21.754.148,40
Debêntures	57.146.824,54	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	1.878.000,00
Partes relacionadas	–	25.350.857,96
Passivo total	**57.476.633,72**	**54.984.123,19**
Patrimônio Líquido	**3.814.866,35**	**603.299,91**
Capital social	10.000,00	10.000,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.722.691,60	–
Lucro/ prejuízo acumulado	(1.069.124,25	593.299,91
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**61.291.500,07**	**55.567.423,10**

Demonstração do Resultado

	2020	2019
Receitas Operacionais	814.807,79	1.209.898,53
Receitas de locações	814.807,79	1.209.898,53
(-) Deduções das receitas	(29.739,71)	(54.153,42)
Receita Líquida	**785.068,08**	**1.155.745,11**
Despesas e Receitas Operacionais	**(229.690,60)**	**(501.216,42)**
Despesas gerais e administrativas	(187.398,70)	(308.008,11)
Despesas financeiras	(45.101,91)	(28.556,35)
Outras receitas	–	35.348,04
Despesas com amortizações imobiliárias - CRI	–	(159.000,00)
Amortização de recebíveis imobiliários - CRI	(28.794,45)	(39.000,00)
Resultado antes da Tributação	**555.183,88**	**653.811,68**
Imposto de renda pessoa jurídica	(42.966,35)	(81.835,44)
Contribuição social sobre o lucro	(23.726,69)	(30.050,20)
Lucro Líquido do Exercício	**488.874,84**	**542.162,04**
Lucro por Quota de Capital	**48,89**	**54,22**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de Lucros	Reservas legal	Lucro líquido do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**10.000,00**	–	–	**2.000,00**	47.137,87	– 98.137,87
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	544.162,04 – 544.162,04
Retenção de Lucros	–	–	–	–	544.162,04	– 544.162,04
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**10.000,00**	–	–	**2.000,00**	**591.299,91**	– **603.299,91**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	2.722.691,60	–	–	–	– 2.722.691,60
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	488.874,84	– 488.874,84
Retenção de Lucros	–	–	–	–	(488.874,84)	– (488.874,84)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**10.000,00**	**2.722.691,60**	**2.000,00**	**1.080.174,75**	–	– **3.814.866,35**

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em reais)*

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2020	2019
Pagamento juros recebíveis imobiliários - CRI	(1.094.247,40)	(1.758.301,18)
Liquidação fiqui	–	–
Administração de Imóveis Lists.	(25.330,857,90)	(355.000,00)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**625.126,51**	**(1.402.939,89)**
Atividades de Investimentos		
Gastos adicionais de aquisição imóveis	(1.314.394,88)	(17.169,23)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**(1.314.394,88)**	**(17.169,23)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**237.470,25**	**(3.192,42)**
Caixa no início do exercício	11.464,12	14.656,54
Caixa no fim do exercício	248.934,37	11.464,12
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**237.470,25**	**(3.192,42)**

Demonstração do Resultado

	2020	2019
Receitas financeiras	2.280,01	25.425,55
Resultado antes da Tributação	**555.183,88**	**653.811,68**
Imposto de renda pessoa jurídica	(42.966,35)	(81.835,44)
Contribuição social sobre o lucro	(23.726,69)	(30.050,20)
Lucro Líquido do Exercício	**488.874,84**	**542.162,04**
Lucro por Quota de Capital	**48,89**	**54,22**

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas - 3 exercícios findos em 31 de dezembro (em R$)

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	19	549
Títulos e Valores mobiliários	189	10
Contas a receber	145	145
Impostos a recuperar	1.497	1.302
Outros	74	38
Total do ativo circulante	**1.924**	**2.044**
Ativo não circulante		
Partes relacionadas		
Depósitos judiciais	49	39
IR e CSLL diferidos	268	268
Imobilizado	10	10
Total do ativo não circulante	**327**	317
Total do ativo	**2.251**	2.361

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)	2020	2019
Receita bruta	–	1.940
Glosas e cancelamentos	–	–
Deduções	–	(110)
Receita líquida	–	1.830
Custos e despesas operacionais		
Pessoal	(13)	(199)
Materiais e medicamentos	–	(8)
Serviços de terceiros	–	(1.076)
Depreciação e Amortização	–	(17)
Outros custos e despesas operacionais	**17**	(25)
Total dos custos e despesas operacionais	**4**	(1.325)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	**4**	505
Resultado financeiro líquido	**6**	23
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	**10**	528
Impostos sobre o lucro	**(2)**	(154)
Lucro líquido do exercício	**8**	374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas: Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras do Centro Médico Jabaquara S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Diretores: Rodrigo Gavina da Cruz, Mauricio da Silva Lopes, Mauro Teixeira Sampaio, Otávio de Garcia Lazcano.

Nilio César Braga de Almeida - Contador-CRC/RJ 068910/O-6 - CPF: 967.034.827-72

ECEL ELÉTRON PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

CRJ n. 32.817.145.0001-76

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 3 exercícios findos em 31 de dem r o (m) (R)

elat rio da Diretoria: en eres Acionistas: m cumpr inento aos preceitos legais e estatutários submetemos aprecia ão de 2020 permanecendo disposição para prestar esclarecimentos necessar ios.

São Paulo 31 de março de 2021.

A Diretoria

alanços patrimoniais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo Circulante	**62.926**	**99.30**	**303.085**	**613.420**
Cai e e eiv alente de cai a	52.258	40.730	96.694	63.375
Contas a receber de clientes	-	-	43.403	426.966
Partes relacionadas	493	19.000	-	-
Impostos a recuperar	175	-	356	520
Contratos futuros de energia	-	-	126.513	91.438
Adiantamentos diversos	-	-	35.905	27.978
Outros ativos	-	-	214	3.143
Ativo não circulante	**132.635**	**90.403**	**121.91 - 80.352**	
Contratos futuros de energia	-	-	94.360	62.306
Dep sitos judiciais	-	-	2.838	2.838
Investimentos	132.635	90.403	3.167	3.135
Imobilizado	-	-	21.048	12.073
Intag vel	-	-	256	-
otal do ativo	**185.561**	**189.733**	**424.86 - 693. 2**	

alanços patrimoniais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
assivo circulante	**382**	**2.324**	**1.1.553**	**492.3 3**
Fornecedores	-	-	1.617	399.335
empréstimos e financiamentos	-	-	4.482	1.933
Obrigações trabalhistas	2.179	194	7.471	590
Obrigações tributárias	-	-	3.609	3.904
Contratos futuros de energia	-	-	79.269	80.721
Adiantamentos de clientes	-	-	10.346	3.442
Dividendos a pagar	5.203	2.029	5.203	2.133
Outros passivos	-	-	116	315
assivo não circulante	-	-	**5.054**	**53.490**
empréstimos e financiamentos	-	-	5.519	2.576
e fornecedores	-	-	30.424	27.605
r ibutos diferidos	-	-	39.111	23.309
atrim nio líquido	**1.8.1 9**	**14.369**	**1.8.1 9**	**14.909**
Capital social	130.125	130.125	130.125	130.125
Reserva de capital	9.177	9.177	9.177	9.177
A ustes de avaliação patrimonial	92	92	92	92
Reservas de lucros	36.785	6.515	36.785	6.515
otal do passivo e patrim nio líquido	**185.561**	**150.133**	**424.86 - 693. 2**	

Demonstrações das mutações do patrim nio líquido

	Capital social	esery as de lucros: esery as legal	esery as de lucros: esery as estatutária	esery as de lucros: ros de lucros	ros m ro líquido	Total do patrim nio líquido
Constituição do capital em 19 de fevereiro de 2019						**132.125**
gio na emissão de ações	-	-	9.177	-	-	9.177
ainho de par tic ipação relativa em controlada	-	-	-	92	-	92
Lucro l uido do e ero	-	-	-	-	8.544	8.544
Constituição da reserva legal	-	-	427	-	(427)	-
Dividendo m nimo obrigat r io	-	-	-	-	(2.029)	(2.029)
aldos em 31 de dem r o de 2019	-	-	**192.125**	**9.1**	**92**	**42.** **6.069** **14.369**
Reversão de dividendos propostos em e ero do anter ior	-	-	-	-	2.029	2.029
Lucro l uido do e ero	-	-	-	-	36.511	36.511
Constituição da reserva legal	-	-	-	1.826	(1.826)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(3.067)	(3.067)
Dividendos m nimos obrigat r ios	-	-	-	-	(6.269)	(6.269)
aldos em 31 de dem r o de 2020	-	-	**192.125**	**9.1**	**92**	**2.253** **34.532** **1.8.1 9**

Demonstrações do resultado

	Controladora De 19/02 a 2020	Controladora De 19/02 a 2019	Consolidado De 19/02 a 2020	Consolidado De 19/02 a 2019
Receita operacional l uida	-	1.466.989	1.148.631	-
Custos com compra de energia	-	(1.454.476)	(1.098.300)	-
Resultado valor usto - contratos de energia	-	65.794	(33.588)	-
ucr o ruto	**-**	**.39**	**30. 43**	-
eceitas/(despesas) operacionais				
Resultado de e aiv al ncia patrimonial	35.663	9.777	32	169
Despesas comerciais	-	-	(5.846)	(4.868)
Despesas gerais e administrativas	(1.995)	(1.732)	(19.704)	(12.918)
Outras receitas (despesas) operacionais l uidas	1.841	-	(161)	(2.333)
ucr o operacional antes do resultado financeiro	**35.509**	**8.045**	**51.628**	**10. 93**
Receitas financeiras	1.074	856	3.012	3.803
Despesas financeiras	(72)	(357)	(769)	(1.255)
esultado antes do	**36.511**	**8.544**	**53.851**	**13.341**
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(17.342)	(4.797)
ucr o líquido do exercício	**36.511**	**8.544**	**36.511**	**8.544**

A Diretoria: Carlos Augusto rito da iv a - Contador CRC - P 028117-O-7

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas, encontram-se disponíveis na sede da Sociedade.

Agrostahl S.A. Indústria e Comércio

CNPJ 45.663.772/0001-40

Demonstrações Contábeis em Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais)*

Balanço Patrimonial	Nota	2020	2019
Ativo / Circulante		**63.989**	**58.793**
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.378	4.464
Contas a receber de clientes		8.730	5.941
Estoques	5	29.771	22.920
Tributos a recuperar		3.568	5.256
Demais contas a receber		2.482	212
Não circulante		**8.136**	**5.808**
Realizável a longo prazo		298	160
Investimentos		137	137
Imobilizado	6	5.788	5.477
Intangível		26	34
Total do ativo		**70.043**	**44.601**
Passivo e patrimônio líquido / Circulante		**24.401**	**17.500**
Fornecedores		8.353	4.850
Empréstimos e financiamentos	7	3.985	-
Salários, encargos e contribuições sociais		1.815	1.005
Sócios e diretores		6.293	3.035
Dividendos a propostos	8	5.996	2.925
Demais contas a pagar		26	65
Não circulante: Empréstimos e financiamentos	7	31.126	18.300
Patrimônio líquido		**14.480**	**14.400**
Capital social	8	12.000	12.000
Reserva de lucros	8	2.400	2.400
Total do passivo e do patrimônio líquido		**70.043**	**44.601**

Demonstração do Resultado

	2020	2019
Receita bruta de venda	66.577	54.555
Deduções de vendas (impostos e abatimentos)	(18.797)	(15.491)
Receita líquida de vendas e serviços	47.780	38.064
Custo dos produtos vendidos	(28.585)	(23.317)
Lucro bruto	**19.195**	**14.747**
Receitas (despesas) operacionais: Com vendas	(3.158)	(3.818)
Gerais e administrativas	(5.304)	(5.524)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	45	423
Participação dos empregados	(138)	(226)
	(8.555)	**(9.145)**
Lucro operacional	**10.640**	**5.602**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(931)**	**(188)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.709	5.412
Imposto de renda	(2.203)	(1.083)
Contribuição social sobre o lucro líquido	**(811)**	**(468)**
Lucro líquido do exercício	**6.695**	**3.861**
Lucro líquido por ação do capital social final - R$	**0,56**	**0,32**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**6.695**	3.921
Apropriação do lucro: Reserva legal	112	(112)
Juros sobre o capital próprio	–	(884) (884)
Dividendos propostos - R$ 0,24 por ação	–	(2.925) (2.925)
Em 31/12/2019	**12.000**	**2.400** – **14.400**
Lucro líquido do exercício	**6.695**	6.695
Apropriação do lucro	–	– (669) (669)
Juros sobre o capital próprio	–	– (5.568) (5.568)
Dividendos propostos - R$ 0,50 por ação	–	– (5.695) (5.695)
Em 31/12/2020	**12.000**	**2.400** – **14.400**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de Lucros: Legal	Reserva de Lucros: Estatutária	Total
Em 31/12/2018	**12.000**	**2.288**	–	**14.288**
Lucro líquido do exercício	–	–	3.921	3.921
Apropriação do lucro: Reserva legal	–	112	(112)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	(884)	(884)
Dividendos propostos - R$ 0,24 por ação	–	–	(2.925)	(2.925)
Em 31/12/2019	**12.000**	**2.400**	–	**14.400**
Lucro líquido do exercício	–	–	6.695	6.695
Apropriação do lucro	–	–	(669)	(669)
Juros sobre o capital próprio	–	–	(5.568)	(5.568)
Dividendos propostos - R$ 0,50 por ação	–	–	(5.695)	(5.695)
Em 31/12/2020	**12.000**	**2.400**	–	**14.400**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**8.762**	**5.712**
Lucro líquido do exercício	**6.695**	3.921
Ajustes por: Depreciação e amortização	**886**	1.030
Despesas de juros	**1.181**	762
Variações nos ativos e passivos operacionais	**91.69**	**4.3 2**
(Aumento) Redução nas contas a receber de clientes e outros	(3.397)	(3.300)
(Aumento) Redução nos estoques	(6.851)	(5.587)
Aumento (redução) nas contas a pagar, fornecedores, impostos e contribuições e outros	2.254	1.568
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**767**	**(1.015)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(1.167)	(475)
Compra de ativo imobilizado e intangível	(1.167)	(475)
Caixa líquido das atividades de investimento	(1.167)	(475)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos (pagamentos) de empréstimos e financiamentos, líquidos	15.679	(177)
Sócios e diretores	3.257	5.056
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(3.624)	(2.831)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**15.312**	**2.048**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**14.914**	3
Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício	4.464	4.461
No fim do exercício	19.378	4.464
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**14.914**	3

Agrostahl S.A. Indústria e Comércio é uma companhia fechada, com sede na Rua Hugo D'Antola, nº 200, Bloco A, Lapa, CEP 05038-080, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"), comunica aos seus acionistas que, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e o parecer da KPMG Auditores Independentes, bem como os demais documentos pertinentes à ordem do dia da assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia a ser realizada em 31 de dezembro de 2021 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na página de relações com investidores da Companhia (ri.agrostahl.com.br), no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). São Paulo, 30 de março de 2021.

(94.1)

JUNTA DE INTIMAÇÃO - PRAZO 2135-20.03AS PRIOR 2020 Nº **0086223-42.2019.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 22ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo,Dr(a). Luis Felipe Franz Bedendi, na forma da Lei, etc.Faz saber que nos autos da cumprimento de sentença, movidos por Condomínio Edifício Mirante do Tatuapé, foi deferida a intimação por edital da executada Tânia Maria Bispo Santos, CPF 000.000.000-00, para, no prazo de 15 dias, pagar a quantia de R$ 1.000,00 (um mil reais), sob pena de multa e penhora. Será o presente, válido e eficaz, por cópia, nos termos do art. 513 e seguintes do CPC. Alto de Moca, contribuente 953.052.0073-3, matrícula 116.610, do 7º CRI.DD. Passado a fluir dos 20 dias supra, o prazo de 15 dias para pagamento. Será o presente, válido e eficaz, por cópia, nos termos do art. 513 e seguintes do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de novembro de 2020.

GRUPO SBF S.A.

CNPJ/MF nº 13.217.485/0001-11 - NIRE 35.300.390.458

Companhia aberta

Aviso aos Acionistas

GRUPO SBF S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.217.485/0001-11, com sede na Rua Hugo D'Antola, nº 200, Bloco A, Lapa, CEP 05038-080, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"), comunica aos seus acionistas que, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e o parecer da KPMG Auditores Independentes, bem como os demais documentos pertinentes à ordem do dia da assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia a ser realizada em 31 de dezembro de 2021 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na página de relações com investidores da Companhia (ri.gruposbf.com.br), no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). São Paulo, 30 de março de 2021.

CENTRO MÉDICO JABAQUARA S.A.

CNPJ: 67.781.427/0001-45

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31.12.2020. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	19	549
Títulos e Valores mobiliários	189	10
Contas a receber	145	145
Impostos a recuperar	1.497	1.302
Outros	74	38
Total do ativo circulante	**1.924**	**2.044**
Ativo não circulante		
Partes relacionadas		
Depósitos judiciais	49	39
IR e CSLL diferidos	268	268
Imobilizado	10	10
Total do ativo não circulante	**327**	317
Total do ativo	**2.251**	2.361

Passivo	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante		
Fornecedores	204	241
Salários, provisões e encargos sociais	65	65
Obrigações fiscais	-	52
Tributos parcelados	-	32
Outros	20	10
Total do passivo circulante	**289**	400
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	430	429
Tributos parcelados	99	99
Adiantamento para futuro aumento de capital	368	368
Total do passivo não circulante	**897**	896
Patrimônio líquido		
Capital social	2.711	2.711
Prejuízos acumulados	(1.646)	(1.654)
Total do patrimônio líquido	**1.065**	1.057
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.251**	2.361

Demonstrações Financeiras do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)	2020	2019
Receita bruta	–	1.940
Glosas e cancelamentos	–	–
Deduções	–	(110)
Receita líquida	–	1.830
Custos e despesas operacionais		
Pessoal	(13)	(199)
Materiais e medicamentos	–	(8)
Serviços de terceiros	–	(1.076)
Depreciação e Amortização	–	(17)
Outros custos e despesas operacionais	**17**	(25)
Total dos custos e despesas operacionais	**4**	(1.325)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	**4**	505
Resultado financeiro líquido	**6**	23
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	**10**	528
Impostos sobre o lucro	**(2)**	(154)
Lucro líquido do exercício	**8**	374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOLTSWATTS HOLDING S.A.

CJ Pjk 32.653.385-0001-01

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 3 exercícios findos em 31 de dem r o (m) (R)

elat rio da Diretoria: en eres Acionistas: m cumpr inento aos preceitos legais e estatutá rios submetemos aprecia ão das Demonstrações Contábeis ref erentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 permanecendo disposição para prestar esclarecimentos necessá ios. B r P aulo 31 de março de 2021.

Alterosa

Balanços patrimoniais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo	-	-	**2.1 9.**	**1.199**
Ativo circulante	-	-	**303.085**	**613.420**
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	96.694	63.375
Contas a receber de clientes	-	-	43.403	426.966
Impostos a recuperar	-	-	356	520
Contratos futuros de energia	-	-	126.513	91.438
Adiantamentos diversos	-	-	35.905	27.978
Dividendos antecipados	-	-	-	2.743
Outros ativos	-	-	214	400
Ativo não circulante	**126.682**	**105.111**	**138.528**	**96.880**
Contratos futuros de energia	-	-	94.360	62.306
Depósitos judiciais	-	-	2.838	2.838
Partes relacionadas	-	-	-	1
Investimentos	126.682	105.111	3.167	3.135
Intangível	-	-	16.783	16.627
Imobilizado	-	-	21.048	12.073
Passivo circulante	-	-	**75.055**	**53.490**
Fornecedores	-	-	1.617	399.335
Contratos futuros de energia	-	-	30.424	27.605
Impostos a recuperar	-	-	39.112	23.309
Patrimônio líquido	-	-	-	-
Capital social	100.008	100.008	100.008	100.008
Ajustes de avaliação patrimonial	55	55	55	55
Reservas de lucros	20.297	3.849	20.297	3.849
Participação não controladores	-	-	**120.360**	**103.912**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**126.682**	**105.111**	**441.313**	**210.300**

Demonstrações do resultado	Qrtr iladora 2020	Qrtr iladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional líquida	-	-	1.465.989	1.148.631
Custo com compra de energia	-	-	(1.454.476)	(1.098.300)
Resultado valor usto de contratos de energia	-	-	65.794	(20.588)
ucr o ruto	-	-	**77.307**	**30.743**
Resultado de equiv al ncia patrimonial	21.571	5.048	32	169
Despesas comerciais	-	-	(5.628)	(4.868)
Despesas gerais e administrativas	-	-	(19.922)	(12.918)
Outras despesas	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	(160)	(2.333)
ucr o ruto antes do resultado financeiro	**21.571**	**5.048**	**51.629**	**10.793**
Receitas financeiras	-	-	3.011	3.803
Despesas financeiras	-	-	(789)	(1.255)
esultado antes do	**21.571**	**5.048**	**53.851**	**13.341**
Ho ccorr ibuição social	-	-	(17.342)	(4.797)
ucr o líquido do exercício	**21.571**	**5.048**	**36.511**	**8.544**

Demonstrações do resultado	Qrtr iladora 2020	Qrtr iladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Acionistas da Companhia	-	-	21.571	5.048
Participação dos não controladores	-	-	14.940	3.496
	-	-	**36.511**	**8.544**

Demonstrações do resultado abrangente

	Qrtr iladora 2020	Qrtr iladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
ucr o líquido do exercício	**21.571**	**5.048**	**51.629**	**10.793**
Receitas financeiras	-	-	3.011	3.803
Despesas financeiras	-	-	(789)	(1.255)
esultado antes do e C	**21.571**	**5.048**	**53.851**	**13.341**
Ho ccorr ibuição social	-	-	(17.342)	(4.797)
ucr o líquido do exercício	**21.571**	**5.048**	**36.511**	**8.544**
Acionistas da Companhia	-	-	21.571	5.048
Participação dos não controladores	-	-	14.940	3.496
	-	-	**36.511**	**8.544**

Demonstrações das utações do P atrimônio líquido

| | Capital social | Aju

ISEC Securitizadora S.A.

CNPJ nº 08.769.451/0001-08

Relatório da Administração

Comentários sobre o Desempenho da Companhia - Exercício findo em 31 de dezembro de 2020; Contexto Econômico: O ano de 2020 foi afetado significativamente pelos impactos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que decorrentes da primeira ou da expectativa de um segundo onda de infecções, influenciando tanto o ambiente econômico dos países emergentes, como o Brasil incluído, quanto dos demais países desenvolvidos internacional. Além dos efeitos das medidas adotadas pelo quase totalidade das nações para a contenção da sua disseminação com base na linha sugerida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia tem provocado uma desaceleração no consumo global, com queda nos preços das commodities, redução dos fluxos financeiros e de capitais, bem como a elevação da volatilidade nos preços dos ativos financeiros, situações que requerem das autoridades monetárias e adoção de medidas de caráter extraordinário e de grande porte, tanto no lado fiscal, quanto no aspectivos econômicas, cujo resultado tendeu a mitigar apenas parcialmente os efeitos observados. No ambiente interno, como destacado pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), do BACEN, a pandemia tem afetado a economia brasileira em três frentes: a primeira, decorrente do um choque de oferta devido à interrupção da produção e das cadeias produtivas cujo impacto, no Brasil, tendeu a ser minimizado devido a sua pouca integração com as cadeias produtivas mundiais; a segunda, está relacionada a um choque de produção, como consequência da redução da variação nos preços das commodities e de importantes ativos financeiros, os quais, por sua vez – no curto prazo – tendera a ser deflacionária, e, o terceiro, deverá gerar uma retração na demanda interna e externa, provenente das incertezas e das perdas irrepetíveis pela pandemia no cenário econômico global. Esse último efeito tem levado a uma revisão da análise do COPOM, tendeu a ser bastante significativo na economia brasileira, o que teria justificado as últimas reduções na taxa básica de juros. Com isso, os principais indicadores de atividade econômica nacional que vinham mantendo uma tendência consistente de reversão, compatíveis com um processo de retomada da economia, tiveram a sua tendência de evolução igualmente frustrada. Esses indicadores, escolhi os de nível inflacionário, que ainda devem se manter dentro de uma dinâmica favorável mesmo com os movimentos abíticos dos últimos meses, ainda que por motivos diferentes daqueles anteriormente, permitiram ao Banco Central do Brasil (BCB) a continuidade a alteração na estrutura de juros da economia ao levar a sua taxa básica aos seus níveis mais baixos. O PIB do Brasil cresceu: 3,2% em 2017, 1,1% em 2018 e 1,1% em 2019 e teve queda de 4,1%. Embora a queda apresentada no acumulado anual seja expressiva, o resultado do último trimestre demonstra a grande resiliência do mercado brasileiro à se adaptar a realidades adversas. Em que pese esse aspecto, no médio e longo prazos, a combinação cuidado e, em especial, a ancoragem de novos investimentos, ainda se mostra muito tímidos amos, agora com um estimulo adicional oferecido pela redução da taxa de juros da economia, devem retomar a sua trajetória de crescimento. Os setores de infraestrutura e de capitais, de investimentos e consumo na escala nacional. No curto prazo, dentro de um cenário mais limitado e adequado ao contexto econômico vivido, especialmente afetado pela pandemia causada pelo COVID-19, os lançamentos de novos empreendimentos não deveriam registrar o crescimento elevado, entre outros fatores. Superados os impactos da pandemia, a expectativa de retomada do crescimento mais robusto do mercado imobiliário e de agronegócio para os próximos anos, com elevação da oferta de crédito imobiliário e de crédito rural, aumenta a importância da securitização como forte alternativa de funding para esses setores. No que se refere ao setor imobiliário, a natural elevação da oferta de recebíveis, originada do aumento do número de empreendimentos lançados, tem sido bastante favorável para a ISEC Securitizadora, que tem como as securitizadoras o desafio de capitar investidores com capacidade de canegamento, a custos compatíveis, dos certificados de recebíveis imobiliários, instrumentos que permitem que seus recursos necessários à continuidade desses investimentos. No agronegócio, o potencial de crescimento do setor no Brasil tende a ser fortalecido pela diversificação das fontes de financiamento oferecida pela securitização dos recebíveis gerados no setor. Esse processo deverá ser mantido diante do uma clara vantagem em relação aos investimentos al

Jornal O DIA SP

...continuação

pelas carteiras de recebíveis imobiliários e os pagamentos devidos aos investidores que subscreveram Certificados de Recebíveis Imobiliários e de agrupegio emitidos com lastro nessas carteiras:

	Consolidado			
Regime	Classificação	Saldo devedor	Ajuste a valor presente	Total
Recebíveis imobiliários, com e sem regime fiduciário e cisbegação	Acima de 12 meses	13.689	(5.223)	8.469
Total		13.689	(5.223)	8.469

d) Pré-pagamentos - O risco derivado das pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos sem limites comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição imediata nos fluxos emitidos que lhe permitem gerar os recursos para os pagamentos antecipados devidos aos detentores dos recebíveis utilizados como lastro. **e) Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resolver e preservar a utilização dos ativos em decorrência de falhas ou inadequações de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que abrangem os fluxos internos dos agrupegios, a qualidade e quantidade dos ativos, os agentes estabelecidos, rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todas os processos críticos, até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento das carteiras de recebíveis adquiridos e CRIs,CRAs colocados no mercado, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotadas procedimentos que visam a efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração consistente a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de mercado e credores em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado ajustado dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo as preferencias não resgatáveis e participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. **Análise de sensibilidade:** Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Administração registra não ser exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras. Nesse sentido, os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia são representados por recebíveis imobiliários e financeiros e por títulos e valores mobiliários sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Essa neutralidade é proporcionada por seus instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por serem segregados do patrimônio comum da securitizadora, tal como mencionado na nota explicativa nº 22. Com relação aos contratos de recebíveis imobiliários, não da Companhia ainda como lastro para a emissão de CRIs e CRAs, a mesma não evidencia que a análise de sensibilidade aplicada a esses contratos indica que, em caso de alteração de cenários, em especial de elevação acentuada nas taxas de juros, poder-se-ia incorrer em custos de oportunidade e/ou perdas financeiras, que poderiam ser mitigadas por operações de hedge, conforme vinculação feita aos devedores, tiveram o objetivo de compatibilizar os índices de atualização monetária aplicáveis a contratos de recebíveis imobiliários que balizaram a emissão de CRIs e CRAs. Nessa linha, quaisquer variações nos cenários econômicos implicariam quaisquer efeitos nulos para a Companhia. Por sua vez, no que se refere ao fundo CIBRASEC Crédito Imobiliário Fundo de Investimento Imobiliário, constituído sob a forma de condomínio fechado, cujas cotas subordinadas foram adquiridas pela CIBRASEC, a análise de sensibilidade considera mudanças o nível de risco associado ao desempenho do fundo decorrente de variações em alterações nos cenários econômicos. Isso se deve a estrutura de seção das altas que constituem o fundo, bem como o nível de garantia a eles associado.

22. Benefícios a Empregados: Em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia registra que não possui planos de outorga de opção de compra de ações de sua emissão, assim como não oferece ou participa de planos que tenham por objetivo a complementação de aposentadoria ou de benefícios de natureza médica na fase de aposentadoria, para seus administradores e empregados. Da mesma forma, não oferece benefícios representados por custos com auxílio-doença, auxílio-funeral, auxílio-creche, auxílio-babá, benefícios e empregados estão sendo reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com os serviços prestados e são compostos, basicamente, além daqueles obrigatórios legalmente, por bônus vinculados ao desempenho da Companhia, por planos de contribuição de seguro de vida em grupo e eventuais alterações nos serviços de alimentação integrante do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

23. Demandas Judiciais: A Companhia não possui demandas judiciais no período findo em 31 de dezembro de 2020.

24. Informações sobre a Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI e Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA, emitidos pela Companhia: Em cumprimento ao disposto no Anexo Normativo II da Resolução CVM 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e atendendo determinadas disposições contidas em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, declaramos o artigo 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o artigo 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade de prestação de informações periódicas. Para fins de elaboração das Demonstrações Financeiras individuais, deste ano, cada companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas. Em atendimento a essa disposição, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as Demonstrações Financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido em 31 de dezembro de 2018 e 30 de setembro de cada ano, para todos os patrimônios separados até aquelas datas. Em 31 de dezembro de 2020, a companhia era responsável pela emissão de R$ 10.902.849 em Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) no balanço individual e R$ 26.303.456 no balanço consolidado.

25. Divulgação de Eventos Subsequentes: Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

26. Declaração dos Diretores sobre a Publicação das Demonstrações Financeiras: Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso I e V da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e aprovam as Demonstrações Financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes realizada em 25 de março de 2021.

Conselho de Administração

Ivo Wel Kos - **Presidente do Conselho de Administração**

Daniel Monteiro Coelho de Magalhães - **Vice - Presidente do Conselho de Administração**

Ivan Ferrucio Reche da Silva Filgueiras - **Conselheiro**

Diretoria

Daniel Monteiro Coelho de Magalhães - **Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores**

Juliane Effring Matias - **Diretora de Operações**

Ita Alves Sjem - **Diretora Co Co-pilgiarer**

Jose Miguel da Fonseca Rodrigues - **Diretor de Distribuição**

Contador

Sérgio Ferraz dos Santos

CRC nº 1SP 179.881/O-5

CPF/MF nº 028.490.998-05

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Isec Securitizadora S.A.** - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ISEC SECURITIZADORA S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima mencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da ISEC SECURITIZADORA S.A., em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações, e seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião : Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades sob essas normas estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, conforme princípios éticos relevantes pertinentes ao Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos opinião sobre esses assuntos.

Receitas de intermediação financeiras - Conforme notas explicativas nº 3.10 e 18.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: A receita da Companhia, no contexto de suas operações, decorre de honorários "fees" de estruturação das emissões das Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e de taxas de distribuição, pagos pelos referentes à gestão das recebíveis imobiliários e do agronegócio. Nesse contexto, esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de maior ênfase em nossa abordagem de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: (i) conciliação contábil das receitas; (ii) análise dos documentos fiscais de prestação de serviços, por amostragem; (iii) verificação da entrada dos recursos em conta corrente da Companhia, por amostragem; (iv) revisão analítica da receita, visando identificar oscilações ou variações fora das operações com emissões da Companhia, que pudessem resultar em receitas não reconhecidas no período corrente e/ou de suas contrapartidas; (v) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia relacionadas a este assunto.Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os valores registrados são adequados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfases – Transações com partes relacionadas: Conforme mencionada na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém saldos e transações relevantes com partes relacionadas. Os saldos em 31 de dezembro de 2020 de valores a receber e a pagar com "partes relacionadas", em condições específicas definidas entre as, nos montantes de R$1.721 e R$20.364, respectivamente (R$1.24 a receber e R$ 1.235 a pagar, em 31 de dezembro de 2019); e nas demonstrações consolidadas, valores a receber e a pagar com "partes relacionadas" nos montantes de R$3.711 e R$42, respectivamente (R$ 24 a receber e R$ 40 a pagar, em 31 de dezembro de 2019), cujos montantes são significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira individual e consolidada. As demonstrações financeiras devem ser analisadas no seu conjunto e nossa opinião não está escalonada em relação a esse assunto. Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 contém a mesma ênfase.

Outros assuntos. Demonstrações do valor adicionado (DVA): As demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme exigido pela Norma Brasileira de Contabilidade, e se a forma e o conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individual e consolidada tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e de suas controladas de dar continuidade operacional, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o risco de não detecção de distorção relevante resultante de erro, pois a fraude pode envolver ações intencionais de omissão, falsificação, conluio, sonegação ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtida, concluímos se existe ou não incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria do grupo. Adicionalmente, comunicamos os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, bem como de deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, inclusive no requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventos relacionamentos ou outros assuntos que poderiam afetar, considerávelmente, nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, decidimos não comunicar o assunto em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação devem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto SP, 25 de março de 2021.

BLB BLB Auditores Independentes CRC 2SP022185/O-2

Rodrigo Garcia Grulet CRC 1SP222658/O-3

Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 26.809.050/0001-64

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Balanços patrimoniais

Ativo	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	382	203
Partes relacionadas	5.1)	–	47
Valores a reembolsar		–	4
Impostos a recuperar	4	–	8
Total do ativo circulante		389	262
Total do ativo		389	262
Passivo e patrimônio líquido	**Notas**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Passivo circulante			
Obrigações tributárias	6	9	2
Outras obrigações	7	22	20
Total do passivo circulante		9	24
Patrimônio líquido			
Capital social	8.1)	238	50
AFAC	8.5)	–	188
Lucros acumulados		142	–
Total do patrimônio líquido		380	238
Total do passivo e patrimônio líquido		389	262

Demonstrações do resultado

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	10	156	203
Custo dos serviços prestados	11	(35)	(81)
Lucro bruto		121	122
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(65)	(58)
Despesas tributárias		(15)	(9)
Outras receitas (despesas) operacionais		115	9
Resultado operacional		156	74
Receitas financeiras	13.1)	5	6
Resultado financeiro		5	6
(= Resultado antes das provisões tributáveis	17.1)	78	80
Imposto de renda e contribuição social	6.1)	(29)	(13)
Lucro líquido do exercício		142	65
Lucro básico por lote de mil ações		0,00059	0,00139

Demonstrações do resultado abrangente

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	142	65
Resultado abrangente do exercício	142	65

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	AFAC	Lucros prejuízos	Total patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2018		50	188	(65)	173
Lucro líquido do exercício		–	–	65	65
Saldos em 31/12/2019		50	188	–	238
Aumento de capital	8.1)	188	(188)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	142	142
Saldos em 31/12/2020		238	–	142	380

Demonstrações dos fluxos de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Atividades operacionais		
Lucro Líquido do exercício	142	65
Aumento(redução) no ativo:		
Clientes	4	54
Impostos a recuperar	8	(6)
Outras contas a receber	4	(3)
Aumento(redução) no passivo:		
Obrigações tributárias	7	(19)
Outras Obrigações	(22)	22
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	132	64
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	47	16
Fluxo de caixa proveniente nas atividades de financiamento	47	16
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	179	80
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	203	123
No final do exercício	382	203
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	179	80

Demonstrações do valor adicionado

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de serviços	173	225
Outras receitas	115	9
	288	234
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(35)	(81)
Serviços de terceiros e outros	(65)	(56)
Valor adicionado bruto	188	97
Valor adicionado líquido produzido	188	97
Receitas financeiras	5	6
Valor adicionado recebido em transferência	5	6
Valor adicionado total a distribuir	193	103
Impostos taxas e contribuições	38	38
Impostos e contribuições	51	38
Remuneração do capital próprio	142	65
Lucro líquido do exercício	142	65
Valor total adicionado (consumido)	193	103

Notas explicativas da Administração as demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Travessia Securitizadora S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 27 de outubro de 2016. O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários e de agronegócio, a emissão e colocação no mercado Financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ou do Agronegócio, ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, de acordo com a Lei nº 9.514/97 e outras disposições legais, bem como a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados nos recebíveis descritos acima. **1.1 Impactos da COVID-19:** Em atendimento ao Ofício Circular OBC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia analisou e não identificou quaisquer alterações significativas na operação. Os possíveis impactos econômicos esperados foram devidamente amparados pelo contrato de cessão, pelo fluxo de caixa do recebíveis, além de revisão dos ajustes de perdas para perdas que foram ajustados para que possam demonstrar os efeitos de inadimplência considerando os impactos do COVID-19 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Ainda não foram observados efeitos de redução ao valor recuperável nas informações contábeis intermediárias, estes decorrem da perda estimada e incorrida por parte do devedor do agrupegio, mas sua contrapartida deixa o valor presente das obrigações com investidores da securitização. Assim, no contexto das operações de securitização, não há riscos de créditos que possam ser assumidos não pelos investidores da Companhia e consequentemente, sobre suas informações contábeis intermediárias. A Administração revisou as políticas e práticas contábeis e concluiu que não existe ajustes ou considerações a serem realizadas nas informações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas - 2.1. Declaração dos diretores:** Em conformidade com o Artigo 26, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que revisam, discutem e aprovam em 22 de março de 2021, as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores. **2.2. Base de apresentação:** As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Board (IASB). As demonstrações contábeis são apresentadas em valores expressos em milhares de Reais, que é a moeda funcional da operação da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas podem incluir entre outras a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos refletidos nas demonstrações financeiras. Os riscos devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa, são reduzidos pelas revisas suas estimativas e premissas periodicamente, em prazos nunca superiores a um ano. As informações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como mencionados nos demais tópicos, os quais são mensurados pelo valor justo. A Inexistência CVM nº 414 estabelece diretrizes para informações relativas a ações, aprovações, recomendações, pareceres e inadimplência dos créditos vinculados à emissão de CRI, além das informações anuais independentes, que possam ser exigidas em Certificados de Recebíveis Imobiliários em função específica, previstas no artigo 12 da Lei nº 9.514/97. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento da efetiva perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por consequ, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, com por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor pode ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constitutiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São ativos/passivos circulantes quando realizáveis/exigíveis no curto prazo, caso contrário, são classificados como circulantes. As provisões são registradas com base a melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando a sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados pelo seu valor justo, acrescido de ativo financeiro ou deduzido de passivo financeiro, no caso de ativo financeiro, o custo de transação que pode ser diretamente atribuída à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado; **(iii)** Valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e a intenção de liquidar em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. E ativos financeiros designados no reconhecimento inicial como tais para cada ativo subjacente por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo. **2.7.4. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** Não há outras normas, alterações de normas e/ou interpretações que ainda não estão em vigor e que a Companhia espera que tenham um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Tesouraria Assessoria Financeira Ltda.	382	203
Total	**382**	**203**

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimentos e são remuneradas a uma taxa média mensal de 74,5% do CDI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem perda significativa de rendimentos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia auferiu rendimentos de aplicações financeiras no montante de R$ 5 (R$ 5 em 2019). **4. Impostos a recuperar:** Os saldos em 31 de dezembro de 2020 referem-se basicamente a impostos retidos na fonte sobre aplicações financeiras (IRF/JCSL), a saldo negativo IRPJ/CSLL e saldo negativo.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo negativo - IRPJ	–	1
Saldo negativo - CSLL	–	1
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1	2
Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF	5	4
Total	**6**	**8**

5. Partes relacionadas

5.1. Transações com partes relacionadas - ativo circulante

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	–	47
Total	–	**47**

Montante referente às operações de mútuo com acionista e controladora, não incluindo operações usuais de acordo com a atividade da companhia. **5.2. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

6. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
ISS a recolher	1	1
IRRF a recolher	5	1
CSLL a recolher	3	–
Outras obrigações tributárias	–	–
Total	**9**	**2**

6.1. Imposto de renda e contribuição social 31/12/2020 31/12/2019

Resultado do exercício	171	78
(-) Compensações de prejuízos fiscais	(51)	(23)
Base de cálculo de IRPJ e CSLL	120	55
Alíquota fiscal	24%	24%
(=) Imposto de renda e contribuição social	(29)	(13)

7. Outras obrigações: Em 31 de dezembro de 2020 não há outras obrigações (em 2019 os saldos foram recebidos antecipadamente para manutenção do patrimônio separados).

Descrição	31/12/2020
Adiantamento para Operação MZM	4
Adiantamento para Operação Scopel	18
Total	**22**

8. Patrimônio líquido: 8.1. Capital social: Em 09 de junho de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital para R$ 238 (R$ 188 em 2019), sendo o aumento de R$ 188, via capitalização do AFAC, mediante emissão de 187.677 (cento e oitenta mil seiscentos e setenta e sete) ações ordinárias, nominais, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. O capital social subscrito da Travessia Securitizadora S.A., em 31 de dezembro de 2020, é de R$ 238, (R$ 50 em 2019) dividido em 237.677 (duzentos e trinta e sete mil seiscentos e setenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. (50.000 ações em 2019). A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até montante de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) mediante emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, por meio de deliberação de Assembleia Geral. **8.2. Reserva legal:** A conta de reserva legal no valor de R$ 0 (zero reais) foi constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **8.3. Dividendos propostos:** Pelas as necessárias anotações, os dois lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão: • 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte) do capital social; • 25% do lucro líquido ajustado, conforme demonstrado com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição como dividendo obrigatório, aos acionistas; • O saldo que se verificar após as destinações mencionadas, será destinado a (vinte) do capital social; • 25% do lucro líquido ajustado, conforme demonstrado com o disposto no art.

CIBRASEC
Companhia Brasileira de Securitização

CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização
CNPJ nº 02.105.040/0001-23 - Companhia Aberta - NIRE 35.300.151.402

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Comentários sobre o Desempenho da Companhia - Exercício findo em 31 de dezembro de 2020: Contexto Econômico: O ano de 2020 foi abtido significativamente pelos impactos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que documentou da primeira ou da expectativa de um segunda onda de infecções, influenciando tanto o ambiente econômico dos países emergentes, o Brasil incluído, quanto dos demais países da comunidade internacional. Além dos efeitos das medidas adotadas pela quase totalidade das nações para a contenção da sua disseminação com base na orbita sugerida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia tem provocado uma desaceleração no crescimento global, com queda nos preços das commodities, redução dos fluxos financeiros e de capitais, bem como a elevação da volatilidade nos preços dos ativos financeiros, situação que requeseram das autoridades monetárias e bancárias a adoção de medidas fiscais e monetárias voltadas a atenuar os efeitos adversos. Nas perspectivas econômicas, cujo resultado tenderá a mitigar aqueras parcialmente os efeitos observados. No ambiente interno, como destacado pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), da BACEN, a pandemia tem trazido efeitos sobre a economia brasileira em três frentes: a primeira, decorre de um choque de oferta derivado da interrupção das cadeias produtivas cujo impacto, no Brasil, tendeu a ser minimizado devido a sua pouca integração com as cadeias produtivas mundiais; a segunda, está relacionada a um choque nos custos de produção, como consequência da variação nos preços das commodities e de importantes ativos financeiros, os quais, por sua vez - no curto prazo - tendeu a refletir, a terceira, decorrente de uma uma retração da demanda, em função da redução da renda dos trabalhadores e das restrições impostas pela pandemia no cenário econômico global. Esse último efeito, ainda segundo a análise do COPOM, tendeu a ser bastante significativo na economia brasileira, o que teria justificado as últimas reduções na taxa básica de juros. Com isso, as principais indicadores de atividade econômica no Brasil, no período, transfere para se- manteiro uma tendência consistente de reversão, compatíveis com um processo de retomada, mas ainda bastante aquém a sua tendência de evolução igualmente frustrada. Esses indicadores, recebs os efeitos inflacionários, que ainda devem se manter dentro de uma dinâmica favorável mesmo com os movimentos altistas dos últimos meses, ainda que por motivos diferentes daqueles que prevaleceram no período imediato ao início da crise. Com preços deflacionados e a estrutura de juros da economia se levou a sua taxa básica aos seus níveis mais baixos. O PIB do Brasil cresce 3,2% no 4º trimestre de 2017, encerrando o ano com alta de 1,1%, depois de dois anos seguidos apresentarsd no acumulado anual seja expressiva, o resultado do último trimestre demonstra a grande resiliência do mercado brasileiro a se adaptar a rentabilidades adversas. Em que pese esse aspecto ter medido a longo prazo, a contração ora, a contração ora, a contração ora

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2020 E DE 2019 (Em milhares de Reais - R$)

Estrutura de gerenciamento do risco: A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem bases as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade com o definido com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas no contratação de novas operações, sendo elas: (1º) prospecção de negócios; (2º) análise da proposta; (3º) avaliação pelo Comitê de Crédito da Companhia; (4º) negociação das condições comerciais; (5º) auditoria financeira e jurídica; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6º) a efetivação do negócio. Como resultado, ganhos ínfimos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir. **a) Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos nas carteiras ativas e passivas contratadas e/ou mantidas, e/ou ainda, perdas decorrentes de preços inferiores aos preços de mercado. **b) Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, ou seja, quando a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos a análise econômico-financeira, abrangendo, entre outros, o exame do risco da parte pretendida na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a ela relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a adequação do fluxo de caixa do mesmo em relação aos prazos e fluxos de pagamentos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições com adequada classificação de risco. **c) Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de pagamentos entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da ausência de obrigatoriedade de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos. Além desses procedimentos, a Companhia mantém a seguinte linha de crédito que poderá ser acionada: • R$ 2.000 de linha de crédito de saque a descoberto não garantidos. Se acionada, os juros serão pagos de acordo com o CDI mais 242 pontos base. Esta linha de crédito possui vencimento de 180 dias, que é renovado automaticamente de acordo com a opção da Companhia. Complementar entre os retornos apurados pelas carteiras de recebíveis imobiliários e os pagamentos devidos aos investidores que subscrevem com Certificados de Recebíveis Imobiliários e do agronegócio emitidos com lastro nessas carteiras.

Regime	Classificação	Saldo devedor	Ajuste a valor presente	Total
	Até 12 meses			
Recebíveis imobiliários, com e sem regime fiduciário	Acima de 12 meses	13.686	(5.221)	8.465
		13.686	(5.221)	8.465
Total		13.686	(5.221)	8.465

d) Pré-pagamentos - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição imediata nos títulos emitidos que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações efetuadas pelos devedores dos recebíveis utilizados como lastro. **e) Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e métodos de operação nas carteiras ativas e passivas administradas pela Companhia, da falha nos modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente externo, entre outros. Os riscos operacionais são mitigados pela adoção de controles internos e de auditoria. Com o objetivo de minimizar esses defeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos considerados críticos. Além disso, a Companhia mantém um plano de contingência para todas as carteiras de recebíveis adquiridas e CRIs/CRAs colocados no mercado, assim como o sistema interno estará preparado para, em caso de necessidade, proceder a transferência de carteiras e/ou de informática são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da priorização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de arquivo de preservação de informações. **f) Risco de capitalização** - Este é o risco de a Companhia deixar de arcar com o pagamento de uma título base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais creditos e de cercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. A administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, bem como o nível de dividendos para os acionistas, que é o dividendo mínimo obrigatório, conforme o Estatuto da Companhia. **Análise de sensibilidade:** Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não existe posições específicas sujeitas a variações significativas de preços nas suas demonstrações financeiras. Nesse sentido, os instrumentos financeiros representados pelos CRIs/CRAs e pelos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão desses certificados estão sujeitos a variações de preços, dentro de prazos, diferentes e específicos, refletindo os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem segregados do patrimônio comum da securitizadora, tal como mencionado nas notas explicativas nº 6 e nº 12. Com relação aos contratos de recebíveis imobiliários, não utilizados ainda como lastro para a emissão de CRIs e CRAs, a Companhia executa ação e análise de sensibilidade aplicada a esses contratos, que, em caso de alteração de cenários, em especial de elevação acentuada nas taxas de juros, poder-se-ia incorrer em custos de oportunidade, não sendo esperado quaisquer prejuízos materiais. Os instrumentos financeiros vinculados à força de rendeadores, tiveram o objetivo de compatibilizar os índices de atualização monetária aplicáveis a contratos de recebíveis imobiliários que lastreiam a emissão de CRIs e CRAs. Nessa linha, quaisquer variações no valor de R$ 5.000, não geram impactos significativos, pelo fato de o valor mínimo ser de R$ 2.556 e depreciação acumulada de R$ 1.351), auferindo um resultado bruto de R$ 3.455, cujos valores a receber foram liquidados no mês de julho de 2020.

19. Outras Receitas Operacionais: Em 31 de dezembro de 2020, a importância de R$ 3.455 refere-se, principalmente, ao resultado na venda de unidade imobiliária ocorrida no exercício (nota explicativa nº 5). Em 31 de dezembro de 2019, refere-se, principalmente, à reversão de provisão para contingências no montante de R$ 579 (em 2019, R$225). Além disso, em 2019 houve reversão de provisões para contingências no montante de R$ 1.605 (nota explicativa nº 18).

20. Resultado na Venda de Bens: No segundo trimestre de 2020, a Companhia realizou a venda, pelo valor de mercado e para pessoa física vinculada, de um imóvel que era utilizado como sede própria de 2018 e 2019 no valor de R$ 5.000, cujo valor líquido contábil era de R$ 1.605 (nota explicativa nº 5). Em 31 de dezembro de R$ 2.556 e depreciação acumulada de R$ 1.351), auferindo um resultado bruto de R$ 3.455, cujos valores a receber foram liquidados no mês de julho de 2020.

21. Receitas Financeiras: Decorre das rendas para a realização de operações de securitização, bem como as rendas de gestão dos patrimônios em separado do período, que estão sendo apresentadas deduzidas dos impostos diretos da operação.

22. Benefícios a Administradores e Empregados: Em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia registra que não possui quaisquer benefícios de outorga de opção de compra de ações de sua emissão, assim como não oferece ou participa de planos que tenham por objetivo a complementação da aposentadoria ou a cobertura da assistência médica na fase de aposentadoria, para seus administradores e empregados. Em relação à Lei 11.638/07 e à Deliberação CVM nº 560/08, os benefícios de curto prazo concedidos aos empregados, legalmente instituídos pela legislação. Os benefícios a empregados estão sendo reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com os serviços prestados e são computados, basicamente, além daqueles obrigatórios legalmente, por bônus vinculados ao desempenho individual, por planos de assistência médica, de seguro de vida em grupo e de prestação de serviços de alimentação integrando os PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

23. Cobertura de Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para riscos aos quais estará sujeita em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 30 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos que possam afetar o seu fluxo operacional era composta por R$ 1.500 para incêndio, danos materiais e furtos ocorridos nas instalações e em bens próprios (R$ 1.500 em 31 de dezembro de 2019), e R$ 264 para responsabilidade civil (R$ 264 em 31 de dezembro de 2019).

24. Informações Complementares Acerca da Emissão de CRI e CRA: Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e alteradas determinadas dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o artigo 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o artigo 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhias securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora seja tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas. Em atendimento a essa disposição, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações financeiras individualizadas para patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em seu plano na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 31 de dezembro, para todos os patrimônios separados ativos.

25. Serviços Prestados pelo Auditor: Em atendimento à Instrução nº 381/03 da CVM, a Companhia, Ourinvest - Companhia Brasileira de Securitização, com sede na Rua Dias da Rocha Filho, 1.123, Ilhabela - São Paulo, Estado de São Paulo, Estado de São Paulo, situado na Rua Tabaquá, 1.123, Ilaim Bibi, São Paulo SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.105.040/0001-23 no período, não contratou e nem teve serviços prestados pela empresa BLB Auditores Independentes relacionados a esta Companhia, que não o serviço de exame das demonstrações financeiras.

26. Eventos Subsequentes: Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

27. Declaração dos Diretores sobre a Publicação das Informações Financeiras Trimestrais: Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso II e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e aprovaram as Informações Financeiras Trimestrais da Companhia e o relatório dos auditores independentes realizada em 25 de março de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Wei Kuo - **Presidente do Conselho de Administração**
Daniel Monteiro Coelho de Magalhães - **Vice - Presidente do Conselho de Administração**
Juan Ferrucio Reche da Silva Filgueiras - **Conselheiro**

DIRETORIA

Daniel Monteiro Coelho de Magalhães - **Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores**
Juliane Effring Matias - **Diretora de Operações**
Ilia Alves Syrri - **Diretora de Compliance**
Pedro Paulo Oliveira de Moraes - **Diretor Geral e de Controladoria**

CONTADOR

Sérgio Ferraz dos Santos
CRC nº 1SP 179.881/O-5
CPF/MF nº 028.490.998-05

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CIBRASEC - COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO ("Companhia", identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da CIBRASEC - COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO em 31 de dezembro de 2020, e seus respectivos individual e consolidado de suas operações, e seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades estão descritas na seção "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, conforme princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de demonstrações financeiras – Conforme notas explicativas nº 3.10 e 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: A receita da Companhia, no contexto de suas operações, decorre de honorários "fees" de estruturação das emissões dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA's) e dos serviços prestados referente à gestão dos recebíveis imobiliários e do agronegócio. Nesse contexto, esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: (i) compilação contábil das receitas; (ii) análise dos documentos fiscais de prestação de serviços, por amostragem; (iii) verificação da entrada dos recursos em conta corrente da Companhia, por amostragem; (iv) revisão analítica da receita, visando identificar oscilações, ou variações fora das operações com emissões da Companhia, que pudessem resultar em receitas não reconhecidas ou inexistentes por valores incertos ou fora de sua competência; e (v) auditoria de adequação das divulgações efetuadas pela Companhia relacionadas a este assunto. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os valores registrados são adequados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Ênfases – Transações com partes relacionadas: Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém em 31 de dezembro de 2020 valores a receber com "partes relacionadas" no montante de R$ 21.487 (R$ 19.355 em 31 de dezembro de 2019), em decorrência de operações de mútuo, que mantemos são significativas em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. As demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos: 1. Demonstrações de valor adicionado (DVA): As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a auditoria conduzida em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individual e consolidada da Companhia, tomadas em conjunto.

2. Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 13 de março de 2020, sem modificação de opinião sobre essas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma material, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nossos conhecimentos obtidos na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de material relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção material, independentemente de fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e de suas controladas de manterem operando, divulgando, quando aplicável, as questões relacionadas com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança alto, mas não garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude envolve ação de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências obtidas até a data de nossa emissão de nosso relatório. Porém, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais ser mantir em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades empresariais do grupo econômico para emitir opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e consequentemente, pela opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nosso trabalho. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventos relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas, de fato, se sobrepõem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto SP, 25 de março de 2021.

BLB BLB Auditores Independentes
CRC 2SP023165/O-2

Rodrigo Garcia Giroldo
CRC 1SP222658/O-9

ISEC SECURITIZADORA S.A - COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08

ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 1ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("**CRA**") da **Série Única da 1ª** Emissão da ISEC SECURITIZADORA S.A ("**Titulares de CRA**", "**Emissão**" e "**Emissora**", respectivamente), a HLCOMMCOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("**Agente Fiduciário**"), e os representantes da Emissora, são convidados a se reunir em Assembleia Geral, a ser realizada em **primeira convocação em 16 de abril de 2021 às 11:00h**, que ocorrerá **exclusivamente de forma parcial e eletrônica através da plataforma unificada de comunicação Microsoft Teams**, de conexão via internet, inclusive para fins de voto, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** Aprovar a alteração do Anexo V do Instrumento Particular de *Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças* ("Cessão Fiduciária"), conforme aditado, para incluir os novos Compradores Elegíveis, para fins do previsto na Cláusula 4.4.4.1 da Cessão Fiduciária; **(b)** Autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a celebrar todos os atos necessários para a implementação das deliberações desta assembleia. A Securitizadora informa que o material necessário para embasar a deliberação dos Titulares dos CRA estará disponível no site da Emissora: www.isecgeral.com.br, no site da CVM: www.gov.br/cvm/pt-br. A Assembleia será instalada, em primeira convocação, nos termos da cláusula 12.6. do Termo de Securitização, com a presença de no mínimo 20(dois terços) dos CRA em Circulação. As deliberações serão tomadas, em qualquer convocação, com quórum simples de aprovação representando por Titulares de CRA em quantidade equivalente a 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, presentes na Assembleia. Considerando a situação de calamidade pública causada pela pandemia do COVID-19, bem como ao Ofício-Circular nº 06/2020/CVM/SRE, de 26 de março de 2020 e a Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020, com o objetivo de preservar a saúde dos Titulares dos CRA e demais participantes, a Assembleia será realizada de forma virtual, por videoconferência, cujo endereço eletrônico de acesso (link) será disponibilizado oportunamente pela Emissora, através da plataforma unificada de comunicação Microsoft Teams, sendo certo que somente poderão participar e votar os que encaminharem previamente seus respectivos documentos comprobatórios de representação, com antecedência mínima, preferencialmente, de 48 (quarenta e oito) horas da data marcada para a realização da assembleia, e que o horário da assembleia, para os endereços eletrônicos da Emissora (gestao@isecgeral.com.br) e do agente fiduciário (fiduciario@hlcommcor.com.br) e do Depositário (escriturador@ibtm.com.br). Documentos comprobatórios de representação: Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., os Titulares de CRA poderão se fazer representar na Assembleia por procurador, outro investidor, representante legal ou pessoa jurídica, com fé pública reconhecida, ou abono bancário, acompanhado de cópia de documento de identidade do outorgado.

São Paulo, 27 de março de 2021.
ISEC SECURITIZADORA S.A

Encalso Participações em Concessões S.A.

CNPJ 31.262.638/0001-70

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019		2020	2019
Ativo			**Passivo**		
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	5.374	13.641	Notas promissórias	-	39.279
Tributos a recuperar	524	187	Fornecedores	72	3
			Obrigações fiscais	192	1
Total do ativo circulante	**5.898**	**13.828**	Dividendos a pagar	-	639
			Débitos com controladas	2.302	542
Não circulante			Ações preferenciais resgatáveis	40.533	37.949
Realizável a longo prazo			**Total do passivo circulante**	**43.099**	**78.413**
Créditos com partes relacionadas	255.251	310.188	**Não circulante**		
Depósitos judiciais	256	43	Ações preferenciais resgatáveis	-	40.050
	255.507	310.231	**Patrimônio líquido**		
Investimentos			Capital social	45.001	45.001
Participação em controladas em conjunto	63.986	75.507	Reservas de capital	66.947	66.947
			Reserva de lucros	111.682	105.864
			Dividendo adicional proposto	58.662	63.291
Total do ativo não circulante	**319.493**	**385.738**	**Total do patrimônio líquido**	**282.292**	**281.103**
Total do ativo	**325.391**	**399.566**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**325.391**	**399.566**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Capital social	Bônus de subscrição	Transações com sócios	Estatutária especial para dividendos	Retenção de lucros	Lucros propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	45.001	1.000	65.947	9.000	0	96.864	-	217.812
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	63.930	63.930
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(639)	(639)
Destaque de dividendo adicional proposto	-	-	-	-	63.291	(63.291)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**45.001**	**1.000**	**65.947**	**9.000**	**0**	**96.864**	**63.291**	**281.103**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	58.662	58.662
Constituição de reservas	-	-	-	-	639	63.291	(63.291)	639
Distribuição de dividendos em 29/06/2020	-	-	-	-	-	(21.162)	-	(21.162)
Distribuição de dividendos em 29/09/2020	-	-	-	-	-	(9.385)	-	(9.385)
Distribuição de dividendos em 29/10/2020	-	-	-	-	-	(20.977)	-	(20.977)
Distribuição de dividendos em 9/11/2020	-	-	-	-	-	(3.413)	(3.175)	(6.588)
Destaque de dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	58.662	(58.662)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**45.001**	**1.000**	**65.947**	**9.000**	**639**	**102.043**	**58.662**	**282.292**

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019
Insumos adquiridos de terceiros	(4.545)	(2.492)
Valor adicionado bruto	**(4.345)**	**(2.492)**
Resultado da equivalência patrimonial	70.601	80.487
Receitas financeiras	49	146
Valor adicionado recebido em transferência	**70.650**	**80.633**
Valor adicionado total a distribuir	**66.305**	**78.141**
Pessoal	31	31
Impostos, taxas e contribuições	192	19
Juros	7.420	14.161
Lucros do exercício	58.662	63.930
Distribuição do valor adicionado	**66.305**	**78.141**

Demonstrações do resultado para os exercícios em 31/12/2020 e 2019

	2020	2019
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(4.568)	(2.541)
Resultado da equivalência patrimonial	70.601	80.487
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	**66.033**	**77.946**
Resultado financeiro	(7.371)	(14.016)
Lucro do exercício	**58.662**	**63.930**
Média de ações do exercício	21	21
Lucro básico e diluído por ação	2.793	3.044

As demonstrações financeiras completas e auditadas encontram-se à disposição dos Senhores acionistas e interessados na sede social da Companhia, bem como na página eletrônica da Comissão de Valores Mobiliários e em www.encalsoparticipacoes.com.br

Demonstrações do fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	58.662	63.930
Ajustes por:		
Resultado da equivalência patrimonial	(70.601)	(80.487)
Juros incorridos sobre notas promissórias	2.437	3.376
Juros incorridos sobre ações resgatáveis	4.360	10.763
	(4.542)	**(2.421)**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução dos ativos		
Tributos a recuperar	(337)	123
Depósitos judiciais	(213)	(43)
Redução dos passivos		
Obrigações tributárias	191	(5)
Fornecedores	69	(9)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	**(4.832)**	**(2.355)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimento de dividendos	82.122	80.500
Mútuos com partes relacionadas	-	(54.008)
Liberação	-	(54.008)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**82.122**	**26.492**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ações preferenciais resgatáveis	-	(17.812)
Pagamentos de principal	(36.720)	(35.010)
Pagamentos de juros	(5.706)	(11.601)
Notas promissórias		
Captações	-	36.795
Pagamentos de principal	(36.795)	-
Pagamentos de juros	(4.921)	(892)
Mútuos com partes relacionadas		
Captações	1.760	-
Dividendos pagos aos acionistas	(3.175)	-
Caixaaplicadoasatividadesdefinanciamento	**(85.557)**	**(10.708)**
(Redução) / Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(8.267)**	**13.429**
Demonstração da (Redução) / Aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	13.641	212
No final do exercício	5.374	13.641
	(8.267)	**13.429**

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios em 31/12/2020 e 2019

	2020	2019
Lucro do exercício	58.662	63.930
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**58.662**	**63.930**

DIRETORIA
Sérgio Lima Gabione – Diretor Presidente
Fábio Junior Pereira Quintiliano – Diretor Financeiro

CONTADORA
Deborah Nazaré Pedro Dias - CRC 1SP302.991/O-5

Biotick Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Ltda.

CNPJ/NIRE nº 12.700.970/0001-89 – NIRE 35.224.794.166

Ata de Reunião de Sócios de Aumento de Capital Social e Transformação de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima, com Adoção de denominação social de Biotick Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico S.A.

Aos 31/01/2021, reuniram-se, na sede social da Companhia, localizada a totalidade do capital social, a saber: **(a) AMN Participações Ltda.**, CNPJ/NIRE nº 27.528.790/0001-39, NIRE 35.230.476.472, neste ato representada por seu administrador, Sr.Antonio dos Santos Maciel Neto, RG nº 1.004.997 SSP-PR, CPF/MF nº 532.774.067-68; **(b) Lazer Tendência Ltda.**, CNPJ nº 59.368.969/0001-62, NIRE 35.208.195.083, neste ato representado por seu administrador, Sr.Silvio Edil Gio Teo, RG nº 4.583.943 SSP-SP, CPF/MF nº 574.725.808-72; **(c) Gio Teo Participações Ltda.**, CNPJ/NIRE nº 16.629.666/0001-43, NIRE 35.226.794.635, neste ato representado por seu administrador, Sr.Silvio Edil Gio Teo, RG nº 4.583.943 SSP-SP, CPF/MF nº 324.140.138-34; **(d) David

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Neon Pagamentos S.A. ("Neon") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Práticas Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Somos uma fintech brasileira, fundada em julho de 2016, buscando empoderar clientes sobre sua gestão financeira. Oferecemos serviços para auxiliar na vida financeira das pessoas de uma forma simples, prática e sem burocracia. Sendo a conta digital o principal produto, a Neon possui uma parceria com o Banco Votorantim para custódia e liquidação de suas contas.

O setor financeiro brasileiro vem passando por um momento de grandes mudanças relacionadas as tecnologias disruptivas que agilizam e reduzem o custo das transações, e por novas regulamentações que buscam modernizar e proporcionar a entrada de novas instituições. Neste contexto, as fintechs possuem papel relevante para aumentar a oferta de novos produtos e a competitividade no setor. Desta forma, posicionando-se como uma das principais fintechs no Brasil e como uma das mais inovadoras, estamos preparados para criar valor e entregar uma experiência de uso encantadora aos nossos clientes.

Em 2018, o grupo Neon, através da empresa Neon Payments Ltd, levantou R$ 72 milhões na sua rodada de investimentos Série A, em round liderado pela Propel Ventures, Monashees e Quona, que contou também com a Yellow Ventures, Omydiar Network e Tera Capital. Em 2019, reforçando a expectativa de alto potencial de criação de valor, a Neon Payments captou R$ 400 milhões na rodada de investimentos Série B, que contou com a liderança do Banco Votorantim e de um dos maiores fundos de private equity do mundo, a General Atlantic.

Durante o ano passado, a Neon cresceu de forma acelerada. A empresa fechou o ano com receita de R$ 28,94 milhões, resultado 402% superior ao de 2018 de R$ 5,76 milhões; 41,2 milhões de transações, crescimento de 275%; e cerca de 660 funcionários, um aumento de 262% em relação ao ano anterior.

Em novembro de 2019, a Neon fez ainda sua primeira aquisição, incorporando a MEI Fácil, maior fintech de serviços voltados ao microempreendedor individual no Brasil. Com isso, a Neon se consolida como uma das mais completas fintechs do Brasil e da continuidade à sua missão de promover a inclusão financeira de milhões de pessoas.

Para sustentar esse crescimento exponencial, foram realizados no ano passado investimentos significativos em áreas como segurança da informação, marketing, compliance e pessoas. O resultado obtido pela Neon em 2019 e, assim, diretamente ligado a esse ritmo de crescimento.

Acreditamos que a crise desencadeada pela COVID-19 fortaleceu os meios e negócios digitais. Por isso, prevemos continuar a crescer de forma acelerada e ao longo deste ano faremos a ampliação da oferta de crédito, bem como o lançamento de novos produtos. Além disso, a Neon solicitou autorização junto ao Banco Central do Brasil para atuar como uma IP (Instituição de Pagamento). Assim, poderemos crescer de forma sustentada, pautado no modelo de negócios de conta digital e oferta de produtos de crédito a nossos clientes, sempre atuando por meio de plataforma eletrônica e em consonância com as melhores práticas de governança e controles.

A combinação de acionistas com alta capacidade de investimento, qualidade da administração e o time de liderança da Neon nos fazem acreditar que temos as condições necessárias para ser cada vez mais um competidor relevante neste mercado.

PRODUTOS - RESOLVA SUA VIDA FINANCEIRA DIRETO NO APP

Cartão de crédito sem anuidade: Oferecemos um cartão que pode ser solicitado diretamente no app Neon e com funções de Cartão virtual.

Cartão de débito internacional Neon: Funciona como um cartão pré-pago: o saldo do cartão é o mesmo da sua conta. Sem taxas ou cheque especial. O cartão de débito tem bandeira Visa, aceita em milhões de estabelecimentos pelo mundo.

Saques gratuitos: Clientes pessoa física possuem gratuidade no serviço de saque junto à rede do Banco 24horas.

Investir e juntar dinheiro é simples na Neon: Criamos duas formas para os clientes investirem, com rendimento superior ao da poupança e com resgate a qualquer momento.

Outros serviços para simplificar a vida das pessoas: Trazemos o que o cliente precisa em uma conta: saque em qualquer Banco 24 Horas, depósito com boletos emitidos pelo próprio cliente, saldo inteligente para controlar os gastos em tempo real, recarga de celular, além de transferências e pagamento de contas.

Empréstimos pessoais: Facilidade e simplicidade para simular um empréstimo diretamente no APP Neon.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Aquisição da MEI Fácil

A MEI Fácil é atualmente a maior fintech de serviços voltados ao microempreendedor individual no Brasil. Ela oferece, por exemplo, auxílio em processos como a obtenção de CNPJ, programas de educação digital, além de serviços financeiros simplificados e de baixo custo.

25% dos novos MEIs do país são clientes MEI Fácil.

Com o processo de aquisição, a Neon se consolida como uma das maiores e mais completas fintechs do Brasil, mantendo a missão de gerar impacto social e promover a inclusão financeira de milhões de micro e pequenos empreendedores, oferecendo um dos maiores e mais completos pacotes de produtos e serviços para o micro e pequeno empreendedor brasileiro, com transparência e menores taxas do mercado.

Nova rodada de investimento de R$ 400 milhões

O aporte faz parte de uma rodada de investimento liderada pelo fundo americano General Atlantic e pelo Banco Votorantim, além dos fundos que já investiram na Neon anteriormente.

Este investimento é essencial para a Neon escalar o negócio. Seja para contratar novos funcionários ou criar funcionalidades para o app. Uma rodada de investimento Série B é dada apenas para empresas já consolidadas no mercado e com grandes chances de se tornar empresas de sucesso.

PESSOAS

Buscamos pelos melhores profissionais que nos ajudem na missão de simplificar a vida financeira das pessoas, de forma divertida, mas responsável.

Finalizamos 2019 com aproximadamente 660 **neowners** trabalhando para criar a conta digital mais incrível do Brasil. Em 2019 estamos na lista LinkedIn Top Fintechs de 2019 que revela as 25 jovens empresas de destaque onde os brasileiros querem trabalhar atualmente.

E para que isso seja possível, temos valores que movem as nossas atitudes e direcionam as nossas relações, entregas e ações: a **Neon é Incrível e de Alta Performance, Talentosa e Colaborativa, Divertida e Responsável.** Esses são valores que nos não abrimos mão e que vivenciamos todos os dias! Eles representam a evolução de tudo o que nos trouxe até aqui, bem como aquilo que acreditamos que nos fará mais fortes.

RECONHECIMENTOS

Neon, eleita TOP 3 bancos brasileiros da Forbes. A nossa conta digital sem mensalidade é uma das melhores do Brasil segundo a Forbes, a maior revista de negócios e economia do mundo.

Neon, eleita a melhor experiência de abertura de conta Idwall. A Neon tem a melhor experiência de abertura de conta de acordo com a Idwall, plataforma de inovação para fintechs.

Neon, eleita uma das 18 super fintechs do Distrito. A Neon é uma das maiores fintechs do Brasil de acordo com a Distrito, plataforma de inovação para fintechs.

Embora os planos de crescimento e projeções de resultados apresentados acima sejam baseados em premissas da administração e em informações disponíveis no mercado até o momento, tais expectativas envolvem imprecisões e riscos difíceis de serem previstos, podendo, dessa forma, haver resultados ou consequências que diferem daquelas aqui antecipadas. Essas informações não são garantias de performance futura. A utilização dessas expectativas deve considerar os riscos e as incertezas que envolvem quaisquer atividades e que estão fora de nosso controle, e que incluem, mas não são limitados a nossa habilidade de perceber a dimensão das sinergias projetadas e seus cronogramas, mudanças políticas e econômicas, volatilidade nas taxas de juros e câmbio, mudanças tecnológicas, inflação, pressões competitivas sobre produtos, preços, mudança na legislação tributária, entre outras.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

		Individual			Consolidado		
	Nota	2019	2019 Reapresentado (*)	2018 Reapresentado (*)	2019	2019 Reapresentado (*)	2018 Reapresentado (*)
Ativo							
Ativo circulante		361.687	361.687	49.658	361.615	361.615	49.648
Disponibilidades	4	2.042	2.042	86	2.319	2.319	86
Aplicações interfinanceiras de liquidez							
Aplicações no mercado aberto	5	176.320	176.320	31.247	176.320	176.320	31.247
Títulos e valores mobiliários							
Carteira própria	6	7.938	7.938	7.577	8.246	8.246	7.577
Vinculados à prestação de garantias	6	43.259	43.259	–	43.259	43.259	–
Relações Interfinanceiras							
Recebimentos a liquidar	7	118.494	118.494	9.455	118.494	118.494	9.455
Outros créditos							
Diversos	8	13.634	13.634	1.282	12.977	12.977	1.272
Outros valores e bens	9			11			11
Não circulante		145.401	145.401	3.200	190.329	190.329	3.200
Créditos tributários	8	81.864	81.864	–	81.864	81.864	–
Permanente							
Investimentos	10						
Ágio		35.544	35.544	–	59.240	59.240	–
Participação em controladas		266	266	–	–	–	–
Imobilizado	11						
Direitos de uso do ativo		13.503	13.503	–	13.503	13.503	–
Imobilizado de uso		6.812	6.812	3.555	6.992	6.992	3.555
(-) Depreciação acumulada		(3.029)	(3.029)	(548)	(3.029)	(3.029)	(548)
Intangível	12						
Ativos intangíveis		10.729	10.792	346	32.110	32.110	346
(-) Amortização acumulada		(353)	(353)	(153)	(353)	(353)	(153)
Total do ativo		507.088	507.088	52.858	551.944	551.944	52.848

(*) Vide notas 19 e 24 sobre a reapresentação das despesas de IOF e variação cambial como redutores de receita e nota 29 (a) para obter detalhes sobre a reapresentação em função de imprecisões no registro das despesas de remuneração baseada em ações.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Individual			Consolidado		
	Nota	2019	2019 Reapresentado (*)	2018 Reapresentado (*)	2019	2019 Reapresentado (*)	2018 Reapresentado (*)
Passivo							
Passivo circulante		348.266	348.266	50.290	348.910	348.910	50.280
Depósitos							
Outros depósitos	13	138.490	138.490	33.264	138.480	138.480	33.264
Relações interfinanceiras							
Pagamentos a liquidar	7	143.176	143.176	14.392	143.176	143.176	14.392
Outras obrigações							
Sociais e estatutárias	14	12.538	12.538	–	12.538	12.538	–
Fiscais e previdenciárias	15	22.897	22.897	1.368	22.999	22.999	1.368
Diversas	16	31.165	31.165	1.266	31.717	31.717	1.256
Passivo não circulante		10.547	10.547	–	10.547	10.547	–
Outras obrigações							
Diversas	16	10.547	10.547	–	10.547	10.547	–
Patrimônio líquido atribuível ao controlador		148.275	148.275	2.568	148.275	148.275	2.568
Capital social	18	307.768	307.768	60.152	307.768	307.768	60.152
Reserva de capital	29	3.366	33.510	6.968	3.366	33.510	6.968
Prejuízos acumulados		(162.859)	(193.003)	(64.552)	(162.859)	(193.003)	(64.552)
Participação de não controladores		–	–	–	–	44.212	–
Total do patrimônio líquido		148.275	148.275	2.568	192.487	192.487	2.568
Total do passivo e patrimônio líquido		507.088	507.088	52.858	551.944	551.944	52.848

(*) Vide notas 19 e 24 sobre a reapresentação das despesas de IOF e variação cambial como redutores de receita e nota 29 (a) para obter detalhes sobre a reapresentação em função de imprecisões no registro das despesas de remuneração baseada em ações.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

		Capital Social				Individual Patrimônio líquido reapresentado (*)
	Nota	Subscrito	Integralizar	Reserva de capital reapresentado (*)	Prejuízos acumulados reapresentado (*)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		16.880	(504)	–	(15.948)	432
Aumento de capital	18	49.920	(6.148)	–	–	43.772
Pagamento baseado em ações - Reapresentado (*)	29	–	–	6.968	–	6.968
Prejuízo do exercício - Reapresentado (*)		–	–	–	(48.604)	(48.604)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 - Reapresentado (*)		**66.800**	**(6.648)**	**6.968**	**(64.552)**	**2.568**
Aumento de capital	18	241.200	6.416	–	–	247.616
Pagamento baseado em ações - Reapresentado (*)	29	–	–	26.542	–	26.542
Prejuízo do exercício - Reapresentado (*)		–	–	–	(128.451)	(128.451)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 - Reapresentado (*)		**308.000**	**(232)**	**33.510**	**(193.003)**	**148.275**

		Capital Social					Consolidado Patrimônio Líquido reapresentado (*)
	Nota	Subscrito	Integralizar	Reserva de capital reapresentado (*)	Prejuízos acumulados reapresentado (*)	Participação de não Controladores	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		16.880	(504)	–	(15.948)	–	432
Aumento de capital	18	49.920	(6.148)	–	–	–	43.772
Pagamento baseado em ações - Reapresentado (*)	29	–	–	6.968	–	–	6.968
Prejuízo do exercício - Reapresentado (*)		–	–	–	(48.604)	–	(48.604)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 - Reapresentado (*)		**66.800**	**(6.648)**	**6.968**	**(64.552)**	**–**	**2.568**
Aumento de capital	18	241.200	6.416	–	–	–	247.616
Pagamento baseado em ações - Reapresentado (*)	29	–	–	26.542	–	–	26.542
Prejuízo do exercício - Reapresentado (*)		–	–	–	(128.455)	–	(128.455)
Participação de não controladores		–	–	–	4	44.212	44.216
Saldos em 31 de dezembro de 2019 - Reapresentado (*)		**308.000**	**(232)**	**33.510**	**(193.003)**	**44.212**	**192.487**

(*) Vide notas 19 e 24 sobre a reapresentação das despesas de IOF e variação cambial como redutores de receita e nota 29 (a) para obter detalhes sobre a reapresentação em função de imprecisões no registro das despesas de remuneração baseada em ações.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neon Pagamentos S.A. ("Neon"), controlada direta pela Neon Payments Limited com sede no Reino Unido, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, e sua sede está localizada na Rua Hungria, 1.400, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Neon atua na exploração de atividades relacionadas à prestação de serviços de fornecimento de tecnologia para clientes e fornecedores, incluindo, mas não se limitando, ao fornecimento de tecnologia para pagamentos; a prestação de atividades no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamento, que incluem, mas não se limitam a prestação de serviço de emissão de instrumentos de pagamento pré e pós-pagos; e a instituição e administração de arranjo de pagamento próprio, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público.

Plano da Administração para aumento de liquidez da Neon

A Administração da Neon, com base no seu plano de negócios e no resultado esperado oriundo dos seus investimentos, prevê o crescimento da sua base de clientes e desenvolvimento de novas ferramentas para o aumento de suas receitas, consequentemente, a geração de caixa futura é suficiente para fazer face aos compromissos representados pelo seu passivo circulante.

Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

a. Aquisição da MEI Fácil

A MEI Fácil é atualmente a maior fintech de serviços voltados ao microempreendedor individual no Brasil. Com o processo de aquisição, a Neon se consolida como uma das maiores e mais completas fintechs do Brasil, mantendo a missão de gerar impacto social e promover a inclusão financeira de milhões de micro e pequenos empreendedores, oferecendo um dos maiores e mais completos pacotes de produtos e serviços para o micro e pequeno empreendedor brasileiro, com transparência e menores taxas do mercado. Na aquisição da MEI Fácil a Neon reconheceu um ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura no montante de R$ 35.544 no individual e R$ 59.240 no consolidado.

b. Captações Séries A e Series B

Em 2018, a Neon levantou R$ 72 milhões na sua rodada de investimentos Série A, em round liderado pela Propel Ventures, Monashees e Quona, que contou também com a Yellow Ventures, Omydiar Network e Tera Capital. Em 2019, a Neon captou mais R$ 400 milhões na rodada de investimentos Série B liderada pelo fundo americano General Atlantic e pelo Banco Votorantim, além dos fundos que já investiram na Neon anteriormente.

c. Constituição da subsidiária Neon Tecnologia

Em 14 de fevereiro de 2019, foi constituída a Neon Tecnologia Ltda., controlada direta da Neon Pagamentos S.A. que tem por objeto o desenvolvimento e licenciamento de software; consultoria em tecnologia da informação; suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Práticas Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neon evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

Reapresentação das demonstrações financeiras de 2019 e de 2018:

Estas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas de forma espontânea pela Administração da Neon Pagamentos S.A. para correção na apropriação das despesas com o plano de stock options (SBP) nos anos de 2018 e 2019, em decorrência de: (i) imprecisão nas informações utilizadas para calcular e registrar o SBP; e (ii) do efeito de aceleração do período de vesting e exercício de alguns executivos, e liquidação de opções que foram efetuadas através da Controladora Neon Payments - vide informações detalhadas na nota 29 (a). Além disso, foram reapresentadas no ano de 2019, as despesas com impostos sobre operações financeiras - IOF descontadas nas transações dos clientes, e variação cambial sobre a agenda internacional da Visa como redutores de receitas em vez de despesas financeiras, em decorrência de sua natureza ter relação direta com a receita.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para fins de reapresentação pela diretoria e conselho da Neon Pagamentos S.A. em 9 de fevereiro de 2021.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Neon, com base no suporte financeiro dos acionistas. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. As práticas contábeis mais relevantes adotadas pela Neon são as seguintes:

a. Base de consolidação

A tabela a seguir apresenta as entidades controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

		Participação no capital (%)	
Entidade	Ramo de atividade	2019	2018
Neon Investimentos	Administração de fundos	99,0%	99,0%
Neon Tecnologia	Desenvolvimento de programas de computador	99,0%	–
MEI Fácil	Serviços em tecnologia de informação	45,0%	–

(i) Controladas

A Neon controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras consolidadas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Neon obtiver o controle e até a data em que o controle deixar de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, quando requeridas, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a Neon e suas controladas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Neon. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício no período em que elas ocorrem, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

e. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição.

f. Instrumentos financeiros

A Neon opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis, assim como fornecedores e outras dívidas, cujos valores são próximos ou iguais aos respectivos valores de mercado.

Todos os ativos e passivos da Neon estão registrados conforme as respectivas práticas, essa seção descreve as práticas contábeis decorrentes da adoção do CPC 48 (com efeitos retrospectivos ao balanço de abertura de 1º de janeiro de 2017).

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido além do seu fluxo de caixa contratual.

(iii) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A Neon designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos e passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

(iv) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo:

Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa em datas específicas que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva. Mesmo que a Neon não planeje vender o ativo financeiro classificado nessa categoria, pois espera manter-lo até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Neon não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

(v) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Baixa de ativos e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido ou houver transferência do direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assunção da obrigação de pagar o fluxo monetário, sem demora significativa, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se: (i) Houver transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo; ou (ii) Não houver transferência substancial ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo mas houver transferência do controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença para o valor contábil é reconhecida no resultado do exercício.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Neon deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num exercício de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisão, apenas de nenhuma perda efetiva ter material significância. Se a Neon antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes.

h. Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

• Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

• Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

i. Relações interfinanceiras

A Neon Pagamentos firmou um contrato de parceria com a Visa do Brasil Empreendimentos Ltda. ("Visa") ficando autorizada a emitir e operar produtos de crédito sob a bandeira Visa.

Nas transações de cartão de débito os valores utilizados afetam diretamente a conta digital do cliente e em contra partida a Neon Pagamentos se comprometer a honrar os montantes com a VISA em D+1, mediante liquidação de agenda. Já para transações de cartão de crédito os valores pertencem aos clientes compõe recebimento na Neon Pagamentos como emissor (liquidados pela BV Financeira, conforme contrato de parceria para a operação de cartões de crédito) e em conta partida a Neon Pagamentos se comprometa a honrar os montantes com a Visa em D+27, mediante liquidação de agenda.

Os montantes a receber de cartões de crédito são sempre honrados pela BV Financeira, que se torna o detentor da carteira de recebíveis financiados. Neste cenário a Neon Pagamentos atua como correspondente e agente de cobrança.

j. Investimentos

Quando há controle, os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual da controladora e incluem o ágio identificado na aquisição de controlada, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada. Na inexistência de controle ou influência significativa, os investimentos são registrados a custo de aquisição.

O ágio corresponde ao valor excedente pago na aquisição do investimento em controlada não é amortizado, sendo baixado quando da sua realização. É submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa do seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Para determinação desta estimativa, a Neon avalia se existe evidência de redução ao valor recuperável e caso identificado, elabora estudo para determinação do valor recuperável por unidade geradora de caixa considerando premissas macroeconômicas, de taxa de crescimento e taxa de desconto.

k. Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado a custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como mudanças no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada usando o método linear para reduzir o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada.

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em "outras receitas operacionais" na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

l. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são contabilizados ao custo e incluem ativos adquiridos e valor de software de computadores. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados que são a ele atribuídos serão realizados.

As despesas de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida (de 5 a 10 anos) são reconhecidas na demonstração do resultado na categoria de despesas por natureza de acordo com sua vida útil. Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, as quais são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, sendo contabilizadas no resultado.

m. Redução do valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência de que possa ocorrer uma perda no seu valor contábil.

A evidência de que os ativos financeiros perderão valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Anualmente, sempre no mesmo período, a Neon avalia se há indicação de desvalorização de um ativo.

Se houver evidência de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

n. Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Neon tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como o resultado de um evento passado e é provável que demandem saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício.

O reconhecimento, mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Ativos contingentes – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a questão de sua realização, sobre as quais não cabem recursos.

Passivos contingentes – são reconhecidas nas demonstrações financeiras, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

o. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Imposto de renda e a contribuição social diferida são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizadas pela Administração. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240, e de 9% para contribuição social.

p. Uso de Estimativa e Julgamento

Em preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados Reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

q. Arrendamento mercantil

A Neon adota o CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A Neon adotou a opção prevista na norma de reconhecer os contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Neon optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo ativo seja objeto de baixo valor. A Neon possui arrendamentos de determinados equipamentos (máquina de café, filtro de água) que são considerados de baixo valor.

Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também foram desconsiderados: (i) contratos com pagamentos variáveis; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Neon não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Neon não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo.

Importante destacar que a Neon analisou, porém não identificou: (i) contratos que tratem de ativos identificáveis e não identificáveis na mesma negociação; ou (ii) contratos de prestação de serviços em que foram

continuação

NEON PAGAMENTOS S.A. - CNPJ nº 20.855.875/0001-82

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

s. Reconhecimento de receitas e despesas

A receita operacional de prestação de serviço no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerente à prestação do serviço foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Neon, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

t. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem os juros sobre aplicações financeiras de curto prazo, títulos e valores mobiliários, ganhos em vendas financeiras, juros de depósitos, variação cambial, tarifas bancárias e são reconhecidas no resultado em base "pró-rata" dia.

u. Plano de opção de compra de ações

A Neon mantém um plano de incentivo de longo prazo, estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Neon Payments Ltd. que é classificado como pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais. O objetivo é conceder, aos colaboradores da Neon, a oportunidade de se tornarem acionistas da Neon Payments Ltd., obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar à Neon atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados. O valor justo das opções concedidas pela Holding é reconhecido no resultado da Neon, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida do patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Neon revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de direito estabelecidas. A Neon reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

v. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

w. Combinação de negócios

Em novembro de 2019, a Neon adquiriu 45% do capital social da MEI Fácil por R$ 35.544. Como resultado da aquisição, espera-se que A Neon aumente sua oferta de produtos para o micro e pequeno empreendedor brasileiro. Também se espera a redução de custos por meio de economias de escala. O Termo Share Purchase Agreement entre as partes, estabelece os principais termos e condições para que a totalidade das quotas de emissão da MEI sejam adquiridas por, e transferidas para a Neon, com pagamento em dinheiro e entrega de ações de emissão da Neon Payments. Posteriormente, a Neon Payments irá contribuir as ações da MEI Fácil para a Neon Pagamentos que detém 100% do capital da MEI Fácil.

Com a operação de aquisição a Neon controlará a MEI Fácil pois estará exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada e tem capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder.

O ágio de R$ 59.240 que surge da aquisição é atribuível à base adquirida de clientes e às economias de escala esperadas da combinação das operações da Neon e a MEI Fácil.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a MEI Fácil e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da participação da controlada MEI Fácil.

Contraprestação	
Em 1º de dezembro de 2019	
Caixa	35.544
Total da contraprestação	**35.544**
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	277
Ativo imobilizado (Nota 11)	180
Relações contratuais com clientes (Incluídas em intangíveis) (Nota 12)	16.723
Marcas (incluídas em intangíveis) (Nota 12)	4.037
Licenças (incluídas em intangíveis) (Nota 12)	559
Duplicatas a receber e outros créditos	238
Duplicatas a pagar e outras exigibilidades	(1.498)
Total de ativos líquidos identificáveis	**20.516**
Participação de não controladora	(44.212)
Ágio	59.240
	35.544

4. DISPONIBILIDADES

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidades em moeda nacional	2.042	86	2.319	86

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Individual e Consolidado		
	Até 3 meses	2019 Total	2018 Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	176.320	176.320	31.247

(i) Vinculados a saldos em conta pré-paga.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Carteira própria	7.938	7.577	8.240	7.577
Vinculados à prestação de garantias	43.259	–	43.259	–
Total	51.197	7.577	51.500	7.577

Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

	Custo amortizado			Individual 2019	Individual 2018
	sem vencimento	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	–	43.330	43.259	–
Cotas de fundo de renda fixa (i)	1	–	–	1	2.382
Certificados de depósito bancário (ii)	–	–	7.937	7.937	5.195
Total	1	–	51.267	51.197	7.577

	Custo amortizado			Consolidado 2019	Consolidado 2018
	sem vencimento	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	–	43.330	43.259	–
Cotas de fundo de renda fixa (i)	309	–	–	309	2.382
Certificados de depósito bancário (ii)	–	–	7.937	7.937	5.195
Total	309	–	51.267	51.505	7.577

(i) Referem-se a investimentos em renda fixa não exclusivos e com liquidez imediata, realizados junto a bancos de primeira linha. Essas aplicações são remuneradas entre 95% e 100% do Certificado de depósitos Interbancários (CDI).
(ii) Referem-se a aplicações em título de renda fixa (CDB), tendo por objetivo o fornecimento de garantias necessárias a operação da Neon junto a empresas parceiras. Essas aplicações são remuneradas entre 95% e 100% do Certificado de depósitos Interbancários (CDI).
Os valores justos estão no Nível 1 da hierarquia do valor justo.

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Recebimentos a liquidar				
Valores a receber de cartões de débito e crédito	118.494	9.455	118.494	9.455
	118.494	9.455	118.494	9.455
Pagamentos a liquidar				
Valores a pagar de cartões de débito e crédito	(143.176)	(14.392)	(143.176)	(14.392)
	(143.176)	(14.392)	(143.176)	(14.392)
Valor líquido das transações com cartões de débito e crédito	(24.682)	(4.937)	(24.682)	(4.937)

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamento e antecipações salariais	850	3	850	3
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	7.867	841	7.938	841
Devedores por depósitos em garantia	2.749	–	2.749	–
Impostos e contribuições a compensar	87	–	112	–
Imposto de renda a recuperar	1.356	190	1.366	190
Valores a receber de sociedades ligadas	1.179	9	208	–
Devedores diversos - País	46	239	254	238
Total circulante	13.634	1.282	12.977	1.272
Créditos tributários (Nota 17.b)	81.864	–	81.864	–
Total não circulante	81.864	–	81.864	–

(i) Referem-se basicamente a adiantamentos a fornecedores.

9. OUTROS VALORES E BENS

	Individual e Consolidado	
	2019	2018
Fianças de aluguel	–	11
Total	–	11

10. INVESTIMENTOS

As participações em controladas da Neon Pagamentos são compostas conforme demonstrado abaixo:

	MEI Fácil 2019	Neon Tecnologia 2019	Neon Investimentos 2019	Neon 2018
Total do ativo	1.254	71	332	–
Total do passivo	(1.696)	(472)	(63)	(9)
Patrimônio líquido	442	401	(269)	9
Patrimônio líquido antes do lucro/(prejuízo) do exercício	442	–	291	–
Valor do investimento em 31 de dezembro	(199)	(397)	266	–
Resultado de equivalência patrimonial	–	(397)	(31)	–
Participação no capital - %	45,0%	99,0%	99,0%	99,0%

Na aquisição da MEI Fácil a Neon reconheceu um ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura no montante de R$ 35.544 no individual e R$ 59.240 no consolidado. Durante o período não houve redução ao valor recuperável do ágio registrado no investimento.

11. IMOBILIZADO

a. Composição do imobilizado

	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Individual 2019 Saldo líquido	Individual 2018 Saldo líquido
Direito de uso de imóveis (Nota 28.c)	4	13.503	(1.487)	12.016	–
Imobilizado de uso		6.812	(1.542)	5.270	3.007
Computadores e periféricos	5	2.421	(535)	1.886	626
Móveis e utensílios	10	808	(128)	680	359
Equipamentos eletrônicos	5	328	(58)	270	70
Instalações	5	1.127	(310)	817	776
Benfeitorias	10	2.096	(511)	1.585	995
Imobilizado em andamento	–	32	–	32	181
Total imobilizado		20.315	(3.029)	17.286	3.007

	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Consolidado 2019 Saldo líquido	Consolidado 2018 Saldo líquido
Direito de uso de imóveis (Nota 28.c)	4	13.503	(1.487)	12.016	–
Imobilizado de uso		6.992	(1.542)	5.450	3.007
Computadores e periféricos	5	2.516	(535)	1.981	626
Móveis e utensílios	10	893	(128)	765	359
Equipamentos eletrônicos	5	328	(58)	270	70
Instalações	5	1.127	(310)	817	776
Benfeitorias	10	2.096	(511)	1.585	995
Imobilizado em andamento	–	32	–	32	181
Total imobilizado		20.495	(3.029)	17.466	3.007

b. Movimentação do imobilizado

	2018	Adições	Baixas	Depreciação	Individual 2019
Direito de uso de imóveis (Nota 28.c)	–	13.503	–	(1.487)	12.016
Computadores e periféricos	626	1.555	–	(295)	1.886
Móveis e utensílios	359	390	–	(69)	680
Equipamentos eletrônicos	70	243	–	(43)	270
Instalações	776	249	–	(208)	817
Benfeitorias	995	970	–	(380)	1.585
Imobilizado em andamento	181	–	(149)	–	32
Total	3.007	16.910	(149)	(2.482)	17.286

	2018	Adições	Baixas	Depreciação	Consolidado 2019
Direito de uso de imóveis (Nota 28.c)	–	13.503	–	(1.487)	12.016
Computadores e periféricos	626	1.650	–	(295)	1.981
Móveis e utensílios	359	475	–	(69)	765
Equipamentos eletrônicos	70	243	–	(43)	270
Instalações	776	249	–	(208)	817
Benfeitorias	995	970	–	(380)	1.585
Imobilizado em andamento	181	–	(149)	–	32
Total	3.007	17.090	(149)	(2.482)	17.466

12. INTANGÍVEL

a. Composição do intangível

	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada	Individual 2019 Saldo líquido	Individual 2018 Saldo líquido
Desenvolvimento de *software* (i)	–	9.727	–	9.727	–
Software - licenças e direitos autorais de uso	5	745	(94)	651	26
Outros ativos intangíveis		875	(257)	618	164
Marcas e Patentes		4.040	–	4.040	3
Total		15.387	(351)	15.036	193

	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada	Consolidado 2019 Saldo líquido	Consolidado 2018 Saldo líquido
Desenvolvimento de *software* (i)	–	9.727	–	9.727	–
Relações contratuais com clientes	2	16.723	–	16.723	–
Software - licenças e direitos autorais de uso	5	745	(94)	651	26
Outros ativos intangíveis		875	(257)	618	164
Marcas e Patentes		4.040	–	4.040	3
Total		32.110	(351)	31.759	193

(i) Correspondem a horas de serviços de TI necessárias para o desenvolvimento de novos *softwares* e sistemas.
(ii) Correspondem basicamente a valores reconhecidos na aquisição da MEI Fácil (Nota 3.w).

b. Movimentação do intangível

	2018	Adições	Baixas	Amortização	Individual 2019
Desenvolvimento de *software* (i)	–	9.727	–	–	9.727
Software - licenças e direitos autorais de uso	26	719	–	(94)	651
Outros ativos intangíveis	164	–	–	(104)	60
Patentes	3	–	–	–	3
Total	193	10.446	–	(198)	10.441

	2018	Adições	Baixas	Amortização	Consolidado 2019
Desenvolvimento de *software* (i)	–	9.727	–	–	9.727
Relações contratuais com clientes	–	16.723	–	–	16.723
Software - licenças e direitos autorais de uso	26	719	–	(94)	651
Outros ativos intangíveis	164	558	–	(104)	618
Marcas e Patentes	3	4.037	–	–	4.040
Total	193	31.764	–	(198)	31.759

13. DEPÓSITOS

Corresponde a operações envolvendo principalmente as obrigações contraídas pela Neon junto a seus clientes, usuários do aplicativo APP Neon e contemplam montantes correspondentes aos depósitos em conta de pagamento pré-paga sem remuneração dos clientes, assim como valores transitórios das operações efetuadas pelos clientes cuja contraparti da é uma conta de pagamentos mantida junto a Instituição Financeira parceira da Neon.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2019, refere-se à provisão para pagamento de Participação nos Resultados aos colaboradores.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	351	57	351	57
Impostos e contribuições sobre salários	20.285	644	20.376	644
COFINS	1.274	119	1.274	119
PIS	271	78	271	78
ISS	705	249	705	249
Outros	11	221	22	221
	22.897	1.368	22.999	1.368

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores (i)	19.132	433	19.147	424
Passivos de arrendamento (Nota 28.c)	2.182	–	2.182	–
Despesas de pessoal	–	821	63	821
Outras despesas administrativas	9.253	–	9.253	–
Valores a pagar a sociedades ligadas	596	–	1.070	–
Outros	2	12	2	11
Passivo circulante	31.165	1.266	31.717	1.256
Passivos de arrendamento (Nota 28.c)	10.327	–	10.327	–
Provisões para contingências cíveis (Nota 25)	220	–	220	–
Passivo não circulante	10.547	–	10.547	–

(i) Referem-se basicamente a fornecedores de serviços.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de IR e CS:

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	Reapresentado (**)	Reapresentado (**)	Reapresentado (**)	Reapresentado (**)
Resultado antes do IR e CS	(216.312)	(48.949)	(215.631)	(48.949)
Encargos total do IR e CS	63.627	14.156	63.629	14.156
Adições/exclusões permanentes	(998)	16	(999)	16
Resultado do exercício	**62.689**	**14.172**	**62.689**	**14.172**
IR e CS devidos	–	–	–	–
Tributos diferidos no período	62.689	–	62.689	–
Ajuste de prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anteriores	19.175	–	19.175	–
IR e CS total	**81.864**	**–**	**81.864**	**–**

(**) Vide notas 19 e 24 sobre a reapresentação das despesas de IOF e variação cambial como redutores de receita e nota 29 (a) para obter detalhes sobre a reapresentação em função de imprecisões no registro das despesas de remuneração baseada em ações.

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

	Individual e Consolidado		
	Saldo em 2018	Constituição	em 2019
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social - exercício 2019	–	52.262	52.262
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social - exercícios anteriores	–	19.175	19.175
Diferenças temporárias	–	10.427	10.427
	–	81.864	81.864

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 31 de dezembro de 2019, foi constituído sobre prejuízo fiscal de IRPJ, base negativa da CSLL e diferenças temporárias.
O valor presente dos créditos tributários, calculados com base na taxa média de captação da Neon, contabilizados em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 57.713.

c. Realização do crédito tributário

A Neon é uma fintech constituída em 2016 que se encontra em fase de captação de recursos investidos no financiamento para atrair novos clientes, crescimento das suas operações e desenvolvimento de novos produtos, portanto, ainda não apresentou lucros tributários. A expectativa de realização dos créditos tributários baseado nas projeções do resultado e respectivas premissas no período de 10 anos, e suportados em estudo técnico elaborado pela administração, indica-se em 2024.

Período	Prejuízo fiscal/Base negativa	Diferenças temporárias
2024	10.413	10.427
2025	32.590	–
2026	28.434	–
	71.437	10.427

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social subscrito e parcialmente integralizado é de R$ 308.000 (R$ 66.800 em 2018), e está representado por 83.617.305.187 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (40.990.733 em 2018). Em 31 de dezembro de 2019, a parcela do capital social integralizado era de R$ 307.768 (R$ 60.152 em 2018) e R$ 232 de capital a ser realizar (R$ 6.648 em 2018). O saldo a integralizar do exercício de 2018 foi totalmente integralizado em 9 de janeiro de 2019.
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2019, foi deliberado retificar e ratificar o aumento de capital deliberado em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 11 de maio de 2018, no montante de R$ 10.216 com emissão de 7.045.655 ações ordinárias.
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2019, foi deliberado retificar e ratificar o aumento de capital deliberado em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de agosto de 2018, no montante de R$ 30.704 com emissão de 33.646.978 ações ordinárias.
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2019, foi deliberado retificar e ratificar o aumento de capital deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 7 de janeiro de 2019, no montante de R$ 30.000 com emissão de 500.000.000 ações ordinárias.
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de agosto de 2019, foi deliberado o aumento de capital no montante de R$ 78.200 com emissão de 1.078.780.545 ações ordinárias.
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2019, foi deliberado o aumento de capital no montante de R$ 87.000 com emissão de 87.000.000 ações ordinárias.
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2019, foi deliberado o aumento de capital no montante de R$ 46.000 com emissão de 87.000.000 ações ordinárias.

b. Reserva de capital

A Neon conta com um Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção"), aprovado na Reunião do Conselho de Administração, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações seus Administradores e colaboradores. A Neon reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção no montante de R$ 3.366 em 2019, em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

c. Reserva legal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Neon não constituiu reserva legal em decorrência dos seus resultados negativos.

d. Dividendos

Como determinado pelo estatuto social da Neon, o dividendo mínimo obrigatório, na existência de resultado a distribuir, corresponde a 25% sobre o lucro líquido ajustado, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Neon não destinou dividendos, em decorrência da apuração de resultados negativos.

19. RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL

	Individual		Consolidado	
	2019 Reapresentado (*)	2018	2019 Reapresentado (*)	2018
Receita de prestação de serviços	556	887	556	881
Receita de operações com cartões de débito e crédito	28.441	4.887	28.441	4.887
	28.947	5.768	28.947	5.768
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(5.024)	–	(5.024)	–
ISS	(1.167)	(261)	(1.167)	(261)
PIS	(444)	(56)	(444)	(56)
COFINS	(2.046)	(262)	(2.046)	(262)
INSS	(1.303)	(259)	(1.319)	(259)
Variação cambial	(888)	–	(888)	–
	(10.877)	(838)	(10.888)	(838)
	18.070	4.930	18.059	4.930

(*) Refere-se a reclassificação dos impostos sobre operações financeiras e variação cambial anteriormente classificados em despesas financeiras, conforme mencionado na nota 2. Vide detalhes do ajuste na nota 30.

20. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

No curso do processo de geração de suas receitas operacionais, a Neon incorre em diversos custos envolvendo sua parceria operacional, tais como as taxas cobradas pelas transações efetuadas pelos clientes em canais eletrônicos de autoatendimento, taxas incidentes sobre os repasses de recursos ao exterior, custos de licença pagas a bandeira Visa, entre outros. Em 31 de dezembro os principais custos estavam assim apresentados:

	Individual e Consolidado	
	2019	2018
Manutenção de conta digital	(10.909)	(3.884)
Serviços de design e entregas de cartões	(16.273)	(2.806)
Processamento de dados	(6.582)	(3.453)
Operação com cartão de débito e crédito	(2.850)	(1.454)
Outros custos	(622)	(238)
	(37.236)	(11.818)

21. DESPESAS COM PESSOAL

	Individual		Consolidado	
	2019 Reapresentado (**)	2018	2019 Reapresentado (**)	2018
Proventos e encargos sociais(**)	(57.339)	(12.795)	(57.706)	(12.795)
Benefícios	(6.394)	(2.255)	(6.394)	(2.255)
Honorários da administração	(1.492)	–	(1.492)	–
Treinamentos	(343)	(343)	(343)	(343)
	(65.568)	(15.393)	(65.935)	(15.393)

(*) Vide nota 29 (a) para obter detalhes sobre a reapresentação em função de imprecisões no registro das despesas de remuneração baseada em ações.
(**) Inclui plano de incentivo de longo prazo de R$ 4.877. Este plano de incentivo de longo prazo está relacionado a alguns executivos que receberam promessas de conceder prêmios/incentivos em 2019.

22. DESPESAS COM VENDAS

	Individual e Consolidado	
	2019	2018
Marketing	(55.516)	(9.195)
Eventos e patrocínios	(588)	(366)
	(56.104)	(9.561)

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Individual		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Serviços de consultoria administrativa e empresarial	(10.709)	(4.028)	(10.751)	(4.028)
Serviços jurídicos - assessoria legal e societária	(3.977)	(2.354)	(3.977)	(2.354)
Aluguel, condomínio e manutenção predial	(2.948)	(1.691)	(2.948)	(1.691)
Depreciação e amortização	(2.680)	(1.078)	(2.680)	(1.078)
Viagens e locomoções	(596)	(269)	(596)	(269)
Manutenções	(203)	(200)	(203)	(200)
Suporte técnico de informática	(19.005)	(183)	(19.005)	(183)
Juros de arrendamento	(196)	(56)	(196)	(56)
Outras despesas	(783)	(214)	(783)	(214)
	(41.097)	(10.073)	(41.139)	(10.073)

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Individual		Consolidado	
	2019 Reapresentado (**)	2018	2019 Reapresentado (**)	2018
Rendimentos de aplicações financeiras	7.384	1.110	7.440	1.110
	7.384	1.110	7.440	1.110
Tarifas e comissões bancárias	(635)	(653)	(636)	(653)
Multas	(374)	(5)	(374)	(5)
Variação cambial	–	(8)	–	(8)
Juros de arrendamento mercantil	(459)	–	(459)	–
Outras despesas financeiras	(231)	(118)	(283)	(118)
	(1.699)	(784)	(1.752)	(784)
Resultado financeiro líquido	5.685	326	5.688	326

(**) Refere-se a reclassificação dos impostos sobre operações financeiras e variação cambial como redutores de receita, conforme mencionado na nota 2. Vide detalhes do ajuste na nota 30.

25. CONTINGÊNCIAS

A Neon é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e de relação de consumo.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações de relação de consumo. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica "Outros créditos". Existem processos cíveis de relação de consumo classificados como possíveis por nossos assessores jurídicos no montante de R$742.

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$220 considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e de relação de consumo. Em 31 de dezembro de 2018 não foi identificada necessidade de constituição de provisão.

c. Movimentação das provisões cíveis

	Individual e Consolidado
	2019
Saldo inicial	–
Constituição	220
Saldo final	220

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos da Neon está definida conforme seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto. A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.
O processo de gestão de riscos permeia toda a Neon, estando alinhado às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio do Comitê e demais reuniões internas, definem os objetivos da Neon, incluindo o apetite de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a Administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.
O controle dos riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e de capital é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Neon sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à Administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

a) Risco de Crédito

A possibilidade de ocorrência de perdas associadas: ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização ou redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia do tomador ou contraparte; aos custos de recuperação de exposições deterioradas; e às vantagens concedidas ao tomador ou contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia.

b) Risco Operacional

A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui-se à esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Neon, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno.
Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados a cada área de negócio, mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle.
Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. O controle do risco operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da Neon não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade da Neon não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a "cadeia de negócio", desenvolvimento de produtos, negociação e desembolso de operações, e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.
São controlados os limites definidos de ativos de alta qualidade de liquidez para suportar cenários de estresse. Os cenários de estresse definem condições adversas nas variáveis que impactam a necessidade de caixa. O monitoramento é feito diariamente, estimando os fluxos de caixa futuros decorrentes de seus ativos e passivos, com reportes gerenciais tempestivos para a Diretoria da Neon e para a gestão de liquidez.
A Neon mantém recursos líquidos correspondentes a pelo menos 100% do saldo de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento.

d) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos índices de preços, das taxas referenciais, dos preços das ações e dos preços de commodities, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Neon.
A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos.
Na Neon, a gestão do risco de mercado tem, entre outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados, possibilitando a mensuração e o acompanhamento dos níveis de apetite a riscos definidos pela Administração.

e) Gestão de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da Neon e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos.
A Neon mantém, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, o maior valor entre: i) 2% da média mensal das transações de pagamento executadas pela Neon nos últimos 12 (doze) meses; ou ii) 2% do saldo das moedas eletrônicas emitidas pela Neon, apurado diariamente.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme definições do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas e seus líderes, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração.
Em 31 de dezembro de 2019, a Neon manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

		2019
	Transações a receber	Transações a pagar Total
Inmetrics S.A.	–	(520) (520)
	–	(520) (520)

A Neon registrou no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o valor de R$2.484 referente as despesas de prestação de serviços com partes relacionadas.

Pessoal-chave da Administração

A administração chave inclui diretores (executivos e não executivos) que têm autoridade e responsabilidade por planejar, dirigir e controlar as atividades da entidade.
Em 31 de dezembro de 2019, a Neon mantve transações com pessoal-chave da administração: despesas com emolumentos de diretores de R$ 3.378 (2018 - R$ 3.009), programa de remuneração de longo prazo de R$ 4.487 e programa de ações de R$ 17.355 (2018 - R$ 384).
As transações do pessoal-chave da administração que afetam a Neon Pagamentos e o patrimônio da Neon são detalhadas abaixo:

	2019 Reapresentado (*)	2018 Reapresentado(*)
Neon Pagamentos S.A.	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Reserva de Capital	33.510	6.968
Total	33.510	6.968

(*) Vide nota 29 (a) para obter detalhes sobre a reapresentação em função de imprecisões no registro das despesas de remuneração baseada em ações.

28. OUTRAS INFORMA

continuação

NEON PAGAMENTOS S.A. - CNPJ nº 20.855.875/0001-82

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação na reserva de capital para pagamentos baseados em ações:

	Quantidade de opções	Efeito no Saldo (R$)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	91.390	6.968
Exercidas durante o ano (liquidadas em dinheiro)	(10.696)	(233)
Exercidas durante o ano (liquidadas em ações de capital)	(55.682)	(4.792)
Provisão de outorgas remanescentes	n.a.	2.639
Confiscadas durante o ano	(1.557)	
Aquisição de direitos antecipada das opções exercidas	n.a.	15.293
Aquisição de direitos das opções exercidas	n.a.	4.792
Opções liquidadas em dinheiro	n.a.	8.843
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**23.455**	**33.510**

As opções concedidas de acordo com o Plano são contabilizadas de acordo com o CPC 10, Pagamento Baseado em Ações, utilizando um modelo de precificação de opções Black-Scholes para fornecer uma prova do valor justo dos serviços prestados pelos funcionários participantes, cujas principais premissas foram:

	2019
Preço médio ponderado das ações na data da outorga	US$ 90,61
Preço médio de exercício ponderado	US$ 1,15
Volatilidade esperada	45%
Vida esperada	1 ano
Taxa livre de risco	2%
Rendimento esperado de dividendos	0%
Valor justo médio ponderado das opções na data da concessão	US$ 89,49

A volatilidade esperada foi determinada pelo cálculo da volatilidade histórica dos preços das ações de empresas similares nos anos anteriores, com base na vida útil esperada de cada tipo de opção. A vida esperada usada no modelo foi ajustada, com base na melhor estimativa dos Diretores, para os efeitos da intransferibilidade, restrições de exercícios e considerações comportamentais.

A valorização das outorgas de 2018 não foi realizada novamente em 2019 e os registros contábeis refletiam apenas a evolução da aquisição e a situação atualizada de cada outorga mencionada acima.

Com base nas estimativas revisadas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições do serviço e em cenário de rotatividade estimado de 35% (2018 - 10%), uma despesa de R$ 26.542 (2018 - R$ 6.968) foi reconhecida a partir das transações baseadas em ações no exercício, relacionadas a provisão de outorgas remanescentes de R$ 2.639 (2018 - R$ 6.968), opções liquidadas em dinheiro de R$ 8.61 0 e aquisição de direitos antecipada das opções exercidas de alguns diretores de R$ 15.293.

30. EFEITOS DA REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme informado na nota 2, as demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas de forma espontânea pela Administração da Neon Pagamentos S.A. para correção na apropriação das despesas com o plano de *stock options* (SBP) nos anos de 2018 e 2019 vide informações detalhadas na nota 29 (a), e para correção das despesas com impostos sobre operações financeiras - IOF, que devem ser apresentadas como redutor de receitas em função de sua natureza ter relação direta com a receita, tratando-se de IOF descontado nas transações de clientes - vide notas 19 e 24.

Os erros foram corrigidos pela reapresentação de cada um dos itens afetados nas demonstrações financeiras, conforme segue:

	Individual e Consolidado 2018	Aumento/ (Redução)	Individual e Consolidado Reapresentado 2018	Individual e Consolidado 2019	Aumento/ (Redução)	Individual e Consolidado Reapresentado 2019
Balanço patrimonial (partes)						
Patrimônio líquido						
Reserva de capital	–	6.968	6.968	3.366	30.144	33.510
Prejuízos acumulados	(57.584)	(6.968)	(64.552)	(163.859)	(30.144)	(193.003)
Total	**(57.584)**	**–**	**(57.584)**	**(159.493)**	**–**	**(159.493)**

Demonstração do resultado (partes)	Individual 2019	(Aumento)/ Redução	Individual/ Reapresentado 2019	Consolidado 2019	(Aumento)/ Redução	Consolidado Reapresentado 2019
Receita líquida operacional	24.982	(5.912)	19.070	24.982	(5.912)	19.070
Resultado bruto	**(19.309)**	**(5.912)**	**(25.221)**	**(19.325)**	**(5.912)**	**(25.237)**
Despesas com pessoal	(60.691)	(4.877)	(65.568)	(61.058)	(4.877)	(65.935)
Plano de opção de compra de ações	(8.243)	(18.299)	(26.542)	(8.243)	(18.299)	(26.542)
Total despesas operacionais	**(167.175)**	**(23.176)**	**(190.351)**	**(167.594)**	**(23.176)**	**(190.770)**
Resultado antes do resultado financeiro	**(186.912)**	**(29.088)**	**(216.000)**	**(186.919)**	**(29.088)**	**(216.007)**
Despesas financeiras	(7.611)	5.812	(1.699)	(7.664)	5.912	(1.752)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**(187.139)**	**(23.176)**	**(210.315)**	**(187.143)**	**(23.176)**	**(210.319)**
Prejuízo do exercício	**(105.275)**	**(23.176)**	**(128.451)**	**(105.279)**	**(23.176)**	**(128.455)**

Demonstração do resultado (partes)	Individual e Consolidado 2018	(Aumento)/ Redução	Individual e Consolidado Reapresentado 2018
Despesas Operacionais			
Plano de opção de compra de ações	–	(6.968)	(6.968)
Total de despesas operacionais	**(35.074)**	**(6.968)**	**(42.042)**
Prejuízo antes do resultado financeiro	**(41.962)**	**(6.968)**	**(48.930)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**(41.636)**	**(6.968)**	**(48.604)**
Prejuízo do exercício	**(41.636)**	**(6.968)**	**(48.604)**

Demonstração do resultado abrangente (partes)	Individual 2019	(Aumento)/ Redução	Individual e Reapresentado 2019	Consolidado 2019	(Aumento)/ Redução	Consolidado Reapresentado 2019
Prejuízo do exercício	(105.275)	(23.176)	(128.451)	(105.279)	(23.176)	(128.455)
Total do passivo e patrimônio	**(105.275)**	**(23.176)**	**(128.451)**	**105.279**	**(23.176)**	**(128.455)**

Demonstração do resultado abrangente (partes)	Individual e Consolidado 2018	(Aumento)/ Redução	Individual e Consolidado Reapresentado 2018
Prejuízo do exercício	(41.636)	(6.968)	(48.604)
Total do passivo e patrimônio	**(41.636)**	**(6.968)**	**(48.604)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (partes)	Individual Reserva de capital	(Aumento)/ Redução	Individual Reapresentado Reserva de capital	Consolidado Reserva de capital	(Aumento)/ Redução	Consolidado Reapresentado Reserva de capital
Pagamento baseado em ações	–	6.968	6.968	–	6.968	6.968
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**–**	**6.968**	**6.968**	**–**	**6.968**	**6.968**
Pagamento baseado em ações	3.366	30.144	33.510	3.366	30.144	33.510
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.366**	**30.144**	**33.510**	**3.366**	**30.144**	**33.510**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (partes)	Individual Prejuízo do exercício	(Aumento)/ Redução	Individual Reapresentado Prejuízo do exercício	Consolidado Prejuízo do exercício	(Aumento)/ Redução	Consolidado Reapresentado Prejuízo do exercício
Prejuízo do exercício	(41.636)	(6.968)	(48.604)	(41.636)	(6.968)	(48.604)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(41.636)**	**(6.968)**	**(48.604)**	**(41.636)**	**(6.968)**	**(48.604)**
Prejuízo do exercício	(105.275)	(23.176)	(128.451)	(105.279)	(23.176)	(128.455)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(105.275)**	**(23.176)**	**(128.451)**	**(105.279)**	**(23.176)**	**(128.455)**

Demonstração do fluxo de caixa (partes)	Individual 2019	(Aumento)/ Redução	Individual Reapresentado 2019	Consolidado 2019	(Aumento)/ Redução	Consolidado Reapresentado 2019
Prejuízo do exercício	(105.275)	(23.176)	(128.451)	(105.279)	(23.176)	(128.455)
Opções de ações outorgadas	3.366	23.176	26.542	3.366	23.176	26.542
Total	**(101.909)**	**–**	**(101.909)**	**(101.913)**	**–**	**(101.913)**

Demonstração do fluxo de caixa (partes)	Individual e Consolidado 2018	(Aumento)/ Redução	Individual e Consolidado Reapresentado 2018
Prejuízo do exercício	(41.636)	(6.968)	(48.604)
Opções de ações outorgadas	–	6.968	6.968
Total	**(41.636)**	**–**	**(41.636)**

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Coronavirus - COVID-19

A rápida e repentina propagação da epidemia do Coronavirus (COVID-19) no início de 2020 causou a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Neon está exposta, especial atenção é dada àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis lançadas à efeito, como, por exemplo, nas seguintes áreas: Recuperabilidade de Ativos, Mensuração do Valor Justo, Provisões e Contingências Ativas e Passivas, Reconhecimento de Receita e Provisões para Perda Esperada.

Os eventos da COVID-19 não impactaram as demonstrações financeiras do exercício de 2019 e não se pode determinar o potencial impacto econômico e contábil em suas contas financeiras do exercício que encerrará em 2020 e que se encerrará em 31 de dezembro de 2020. No entanto, os eventos desencadeados pela COVID-19 fortaleceram os negócios digitais e, portanto, podem afetar positivamente a Neon.

b. Aquisição

Em julho de 2020, a subsidiária integral da Neon Holding Ltda, constituída em 03 de junho de 2020, adquiriu a Magliano Invest, a corretora de valores mais antiga do mercado brasileiro. A conclusão final da aquisição está sujeita à aprovação regulatória do Banco Central do Brasil.

Em 13 de outubro de 2020, a controlada Neon Pagamentos adquiriu a aplicação "Conseguir", que é uma das principais plataformas on-line de crédito consignado do Brasil. A aquisição está em linha com a estratégia da empresa de se tornar uma importante plataforma digital de serviços financeiros. O fechamento da aquisição está sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil.

c. Rodada de investimentos da série C

Em setembro de 2020, o Grupo Neon, através da empresa Neon Payments Ltd, assinou uma capitalização adicional de aproximadamente R$ 1,6 bilhões como parte da rodada de investimentos da Classe C. A rodada foi dividida entre duas tranches de R$ 800 milhões cada. O aporte da primeira rodada ocorreu entre maio e outubro de 2020 e o valor remanescente de R$ 800 milhões pode ser aportado entre abril e outubro de 2021 por meio do exercício de opções dos acionistas. Não há cláusulas restritivas como condição para a execução dessas opções.

Esta rodada foi liderada pela General Atlantic, com a participação de novos investidores, incluindo fundos e contas administradas pela BlackRock, bem como a Vulcan Capital, PayPal Ventures e Endeavor Catalyst, e os investidores atuais, Monashees e Flourish Ventures. O BBVA também participou por meio do acionista existente, a Propel Venture Partners. As ações preferenciais Classe A não são resgatáveis, conferem aos titulares direito a um dividendo preferencial de 8% e direitos sobre liquidação ou retorno de capital.

A DIRETORIA **CONTADOR: GUSTAVO MELCHER FELIPE** - CRC SP-270606/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Neon Pagamentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Neon Pagamentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Neon Pagamentos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neon Pagamentos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 16 de maio de 2020 emitimos relatório de auditoria sem ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito nas Notas 2, 29 (a) e 30, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os ajustes em 31 de dezembro de 2019, conforme descrito nas notas explicativas 2, 29 (a) e 30. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Créditos tributários

Conforme mencionado na Nota 17, a Companhia registrou créditos tributários no montante de R$ 81.864 mil que foram suportados com base em estudo técnico elaborado pela administração que prevê a realização de benefícios tributários futuros no período de 10 anos. A Companhia é uma fintech constituída em 2016 que ainda se encontra em fase inicial de seus negócios, fase em que tem sido investidos no financiamento da captura de novos clientes e crescimento das suas operações, assim como no desenvolvimento de novos produtos e, portanto, ainda não apresentou lucros tributáveis. O estudo efetuado pela administração que suportou o reconhecimento dos referidos créditos tributários está baseado em premissas que estimam o crescimento de receitas com amadurecimento das operações e ganhos de sinergia e eficiência operacional. A efetiva realização dos créditos tributários no futuro depende do sucesso das operações e a consequente realização das premissas consideradas pela administração na elaboração do referido estudo. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos nas Notas 2, 29(a) e 30, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de abril de 2019, sem ressalvas. Como parte de nosso exame das demonstrações contábeis de 2019 examinamos também os ajustes descritos nas Notas 2, 29 (a) e 30, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras relativas às demonstrações contábeis de 2018 apresentadas para fins de comparação. Em nosso parecer, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2018 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange essas outras informações e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador - CRC PR-050377/O-6

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.944

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 168ª, 169ª, 170ª, 171ª 172ª E 173ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Olimpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 168ª, 169ª, 170ª, 171ª 172ª e 173ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente, e, em conjunto, **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares dos CRI") para participarem de Assembleia Geral ("AGTCRI"), a ser realizada, em 1ª convocação, em 26 de abril de 2021, às 14h, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, administrada pela Emissora, conforme Instrução Normativa CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), cujo acesso deve ser feito por meio de link a ser encaminhado aos Titulares dos CRI habilitados, sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previsto na realização do conclave nos termos da ICVM 625, para deliberar sobre os assuntos que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: (i) prestar ciência e esclarecimentos aos investidores acerca das ações tomadas pela Securitizadora após a constatação de indícios de desvio e evasionamento de Garantias, a consequente queda no recebimento da carteira de recebíveis e seus efeitos nos pagamentos dos CRI, principalmente com relação ao processo de execução nº 1127473-29.2020.8.26.0100, movido pela Securitizadora em face da Cedente e Fiadores, ratificando-se, se o caso, na presente Assembleia; (ii) decretar, ou não, o vencimento antecipado dos CRI em razão do descumprimento de obrigações pela Cedente da Cláusula 4.2 do Contrato de Cessão; (iii) a autorização, ou não, para a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações da presente Assembleia, inclusive, mas não se limitando, a obtenção de eventuais aditamentos, encerramento dos Documentos da Operação, termos de liberação, dentre outros. **Informações Gerais:** Quaisquer documentos e/ou informações relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (www.fortesec.com.br) e do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br) aos Titulares de CRI, para suporte de discussões e deliberações acima descritas. **Documentos de Representação:** A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams e aqueles Titulares de CRI que enviarem para a Emissora, no endereço eletrônico gestao@fortesec.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço eletrônico assembleias@vortx.com.br, com cópia para assembleia@fortesec.com.br, preferencialmente até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização da AGTCRI, observado o disposto na ICVM 625, os seguintes documentos: a) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; b) quando pessoa jurídica, (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; c) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto social do administrador do fundo; (c) documento societário que comprove o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Titulares de CRI; e (d) documento de identidade válido com foto do representante legal; e d) cópia simples dos Títulares de CRI indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na AGTCRI. **Participação na Assembleia:** A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no e-mail gestao@fortesec.com.br, com cópia para ao Agente Fiduciário, no e-mail assembleia@vortx.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Titulares de CRI Credenciados"). Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem e-mail à Emissora de antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos a forma referida no parágrafo acima (sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo e-mail gestao@fortesec.com.br ou pelo telefone (11) 4118-0614 ou com o Agente Fiduciário pelo e-mail assembleia@vortx.com.br com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br, no mesmo prazo, sob pena, de não ser admitido, no caso, o(nomes) do(nomes) de seu(s) representante(s) a participar da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Titulares de CRI Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Emissora (e.g., instabilidade na conexão do Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade de sua plataforma eletrônica Microsoft Teams com o equipamento do Titular de CRI). **Voto à Distância:** Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente instrução de voto à distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto à distância em sua página na rede mundial de computadores (www.fortesec.com.br) e na rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio da plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência mínima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas que não definidos neste ato significarão os termos atribuídos no Termo de Securitização.

São Paulo, 27 de março de 2021. **FORTE SECURITIZADORA S.A.**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1098170-04.2018.8.26.0002. Classe: Assunto: Monitória - Prestação de Serviços. Requerente: Fundação São Paulo. Requerido: Leidiane Oliveira Gonçalves. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1098170-04.2018.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Santos Pontes de Miranda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LEIDIANE OLIVEIRA GONÇALVES, Brasileira, Solteira, RG 44.770.885-5, CPF 372.840.758-56, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Fundação São Paulo, alegando em sintese: que cobrança da quantia de R$ 3.959,41 (dezembro de 2018), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, dos meses de março a junho de 2014, do curso de graduação em Pedagogia. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo de presente edital, pague a dívida, ou oponha Embargos Monitórios, sob pena de conversão do mandado monitório em mandado executivo, prosseguindo nos termos do artigo 513 e seguintes do CPC. Não sendo efetuado o pagamento, nem apresentado os embargos monitórios o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de março de 2021. 31/03 e 01/04/2021

1ª Vara Cível do Foro Regional IX Vila Prudente/SP. 1º Ofício Cível. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0000208-25.2021.8.26.0009. O Dr. Luiz Fernando Pinto Arcuri, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional de Vila Prudente/SP, Faz Saber a Tatiane Aparecida Ramos Barcelos (CPF: 318.682.868-80), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Sociedade Educacional Brasileira Ltda - Sociedade São Camilo - Iguaçuçu, foi julgada procedente, condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 17.401,40 (janeiro de 2021). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de março de 2021. 31/03 e 01/04/2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001861-14.2021.8.26.0008. O(A). Mmª. Juíza(e) Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr. LUCIANO GONÇALVES PAES LEME na forma da Lei, etc. FAZ SABER a JOSE ALEXANDRE DO NASCIMENTO, brasileiro, RG.4355513, CPF.185.213.048-20, que ARMANDO ASCENÇÃO FROZ requereu o CUMPRIMENTO DA SENTENÇA, para receber a quantia de R$22.369,98 (Out/2020). Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, § 1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação nos próprios autos (art. 525 do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0008239-93.2019.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). LUCIANA BIAGIO LAQUIMIA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **STARTUP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA** (CNPJ/MF: nº 14.458.743/0001-14), e **JOSÉ CASIMIRO LOBARTO** (CPF: nº 263.205.417-68), que **DINO GURATTI FILHO E OUTROS** requereram o **CUMPRIMENTO DA SENTENÇA**, para receber a quantia de R$401.621,32 (janeiro/2021). Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, § 1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação nos próprios autos (art. 525 do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei.

PROCESSO Nº 0020966-69.2018.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Henrique Falzone Garcia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) VANESSA VIRGINA MONTEIRO ME, CNPJ 11.512.146/0001-32, por seu/sua representante legal, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Sociedade Brasileira de Bebidas S/A. Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 17.384,01 (setembro de 2018), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10%, sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código do Processo Civil). Fica cliente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civ

Confidence Corretora de Câmbio S/A
04.913.129/0001-41
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105, Berrini One, 9º andar - São Paulo/SP

Relatorio da Administração

Senhores Acionistas, A Diretoria da Confidence Corretora de Câmbio S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como as Notas Explicativas e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras. O Conglomerado Financeiro Travelex no Brasil é uma organização audifinanceada, que atua de maneira sólida e independente no cenário global. Perante o atual cenário provocado pela pandemia do Coronavírus (COVID-19), em 31 de dezembro de 2020 o nosso índice de alavancagem de capital (Basileias de 13,01%) mantive-se estável e continuou demonstrar suficiência de capital e liquidez diária para gerenciar as operações locais do conglomerado. Com este objetivo, o nosso acionista promoveu um aporte de Capital no valor de R$ 7.364 em novembro de 2020, o que resultou o comprometimento do grupo Travelex com a subsidiária no Brasil. A Confidence Corretora de Câmbio S.A. foi duramente afetada pelo impacto econômico e financeiro ocasionado pela pandemia. Entretanto, as restrições collocadas e confinamentos decretados em nível nacional nos fizeram acostar nossos clientes nesta fase inicial. Acreditamos no retorno da mercado e mantivemos a capitalização da nossa presença física nas principais regiões do país. No final do período, a Confidence Corretora de Câmbio S.A. possui uma rede de mais de 100 lojas físicas, além de oferecer acesso aos clientes através do "Call Center", App e Internet Banking. O Conglomerado Financeiro Travelex segue comprometido em fortalecer o mercado de câmbio e investir em novos negócios. São Paulo, 31 de março de 2021. A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em R$ mil)

ATIVO	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Circulante		**46.420**	80.556
Disponibilidades	4	**43.007**	69.468
Instrumentos Financeiros	5	**3.413**	6.585
Vinculados à prestação de garantias		**859**	6.585
Outros Ativos		**2.554**	4.541
Relegação de intermediação de valores			224
Impostos a compensar		**501**	403
Rendas a receber		**288**	355
Despesas antecipadas		**309**	2.817
Diversos		**456**	812
Não Circulante		**36.698**	44.238
Aplicações interfinanceiras de liquidez		**1.954**	1.277
Ativo fiscal diferido	16.b	**14.904**	14.904
Diversos		**3.270**	2.733
Investimentos		**9**	9
Imobilizado de uso	7	**22.303**	23.004
Intangível	8	**52.660**	54.503
Depreciações e Amortizações		(57.620)	(52.368)
(-) Depreciações	7	(38.774)	(36.493)
(-) Amortizações	8	(41.892)	(36.893)
Total do Ativo		**83.118**	124.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Circulante		**21.775**	20.359
Instrumentos Financeiros		**21.775**	20.359
Contas de cheque	6	**21.775**	20.359
Outras obrigações	9	**11.371**	31.525
Fiscais e previdenciárias		**2.370**	4.123
Diversas	9	**9.001**	27.402
Provisões		**10.556**	15.118
Provisões a pagar	10	**24.167**	54.807
Provisões sobre folha de pagamento		**7.204**	7.060
Provisões para processos contingentes	20	**16.963**	47.747
Patrimônio líquido	11	**31.236**	42.097
Capital social		**35.534**	28.170
Reversas/Reversas de sobras		**35.534**	35.534
Reserva Legal		**3.270**	2.733
Reserva de Lucros		**-**	28.156
Prejuízos acumulados		**(4.128)**	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**83.118**	124.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultado - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em R$ mil, exceto lucro/prejuízo por ações)

	Nota	2º Semestre 2020	31.12.2020	31.12.2019
Receitas da intermediação financeira		**(10.204)**	**(43.417)**	**(33.717)**
Resultado de operações de câmbio	6	**24.895**	**58.874**	119.444
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	**42**	136	297
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5	**(60)**	**(4.132)**	532
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5	**60**	(4.132)	532
Resultado com câmbio	6	**(34.181)**	**(96.295)**	(153.990)
Outras receitas (despesas) operacionais		**(10.200)**	**(85.870)**	(109.600)
Receitas de prestações de serviços	12	**5.865**	**11.367**	18.312
Diversas	13	**(21.826)**	**(44.314)**	(54.244)
Despesas administrativas	14	**(22.004)**	**(40.787)**	(75.931)
Despesas tributárias operacionais	15	**(1.735)**	**(3.136)**	(3.737)
Resultado operacional		**(15.009)**	**(129.347)**	(143.317)
Resultado de participação em controladas e coligadas		**-**	**-**	28.156
Ajuste de avaliação patrimonial		**(969)**	**(1.085)**	(108)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**(15.978)**	**(130.432)**	(115.269)
Provisão para IR e CSLL		**(1.266)**	**(1.136)**	(2.592)
Impostos de renda e contribuição social	16	**-**	**-**	5.597
Programa de participação nos resultados		**(1.266)**	**(1.136)**	(2.592)
(Prejuízo) Lucro líquido do semestre/exercício		**(17.244)**	**(131.568)**	(112.268)
Quantidade de ações em circulação		**707.342.436**	**707.342.436**	559.936
Resultado básico e diluído por ação (em reais)		**(0,0244)**	**(0,1860)**	(0,2004)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em R$ mil)

	2º Semestre 2020	31.12.2020	31.12.2019
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	**(17.244)**	**(131.568)**	(112.268)
Outros resultados abrangentes			
(Prejuízo) Lucro líquido do semestre/exercício	**(17.244)**	**(131.568)**	(112.268)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Fluxos de Caixa - Método Indireto 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em R$ mil)

	2º Semestre 2020	31.12.2020	31.12.2019
(Prejuízo) Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	**(17.244)**	**(131.571)**	(112.268)
(Prejuízo) Lucro do semestre	**(17.244)**	**(131.571)**	(112.268)
Ajustes ao lucro líquido	**5.919**	**12.356**	1.984
Depreciações e amortização	**4.138**	**8.542**	7.785
Provisão para contingências	**750**	**2.725**	14
Impostos diferidos			1.970
Resultado na alienação de valores e bens	**973**	**1.089**	83
Variações em ativos e passivos	**3.524**	**(11.201)**	2.262
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários	**(811)**	**(1.435)**	9.072
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários	**3.508**	**5.727**	(1.451)
Redução (aumento) em outros ativos	**938**	**2.506**	(1.440)
Aumento (redução) em outras obrigações	**84**	**(16.567)**	(3.884)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(198)**	**(1.434)**	(35)
Caixa líquido gerado em atividades operacionais	**(7.785)**	**(92.610)**	17.125
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	**(148)**	(1.007)	(4.757)
Baixas no imobilizado	**(944)**	(945)	(51)
Aquisições no intangível	**(1.373)**	(3.178)	(10.861)
Baixas no intangível	**3.851**	3.851	34
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos	**1.386**	**(1.279)**	(15.635)
Aumento de capital	**7.364**	**7.364**	-
Investimento em coligadas e controladas	**(10)**	**(10)**	-
Caixa líquido gerado (aplicado) em atividades de financiamento	**7.354**	**7.354**	-
(Redução)/aumento de Disponibilidades	**1.000**	**(86.535)**	1.490
Disponibilidades no início do exercício	**42.007**	**69.468**	67.700
Caixa e equivalentes no final do exercício	**43.007**	**(17.067)**	69.190
(Redução)/aumento das Disponibilidades	**1.000**	**(86.401)**	1.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em R$ mil)

Eventos	Capital Realizado	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**28.170**	**964**	**15.942**		**44.996**
Lucro do exercício				12.858	12.858
Reversa legal		643		(643)	
Reserva de lucros			12.215	(12.215)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**28.170**	**1.607**	**28.156**		**57.933**
Mutações do exercício		1.643	12.215		13.858
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**28.170**	**1.607**	**28.156**		**57.933**
Aumento de capital	7.364		-		7.364
Prejuízo do semestre			(33.771)	(33.771)	
Reserva legal		(1.487)		1.487	
Reserva de lucros			(28.156)	28.156	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**35.534**		**-**	**(4.128)**	**31.406**
Mutações do exercício	7.364	(1.487)	(28.156)	(4.128)	(26.407)
Saldos em 31 de junho de 2020	28.170	1.487	11.629		41.286
Aumento de capital	7.364		-		7.364
Prejuízo do semestre				(17.244)	(17.244)
Reserva legal		(1.487)		1.487	
Reserva de lucros			(11.629)	11.629	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**35.534**		**-**	**(4.128)**	**31.406**
Mutações do exercício	7.364	(1.487)	(11.629)	(4.128)	(9.880)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Confidence Corretora de Câmbio S.A. ("Corretora") vem operando no mercado de câmbio desde seu constituição em 31 de janeiro de 2001. Tem como objeto social exclusivo a intermediação em operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio, de acordo com o disposto na regulamentação vigente. Em 2012, o Banco Central do Brasil autorizou a compra de 49% da Grupo Confidence pela Travelex Limited, de Londres, sendo que esse transação foi efetivada em 11 de abril de 2013. A diretoria da Corretora aprovou o ingresso da Travelex Limited, grupo de controle socialdo de Grupo Confidence em 14 de março de 2013. A Travelex Limited, adquiriu o 51%, restantes do Grupo Confidence em 7 de janeiro de 2015. A Corretora presta serviço a outras empresas do grupo Travelex no Brasil. Os custos relacionados às estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de fiers serem atribuídos em conjuntos individualmente. No dia 16 de março de 2020, a Finsbi PLC (controladora do Travelex Limited) anunciou restrições em sua liquidez, causando um impacto material em suas operações e resultando, ainda, na incapacidade de fornecer serviços de processamento de pagamentos, embratada este evento não impactou as operações da Confidenciado Financeiro Travelex no Brasil. Nesse mesmo dia, foi suspensa a negociação das ações da Finsbi PLC na London Stock Exchange e teve início a fase de reestruturação de dívida corporativa do grupo Travelex. Em 06 de agosto de 2020 a reestruturação foi concluída, com a criação de New Travelex como a nova controladora do grupo Travelex. Em setembro de 2020 foi enviado ao Banco Central do Brasil o pedido de mudança de controlador do grupo, atualmente em processo aguardo aprovação. Em 24 de novembro de 2020 o Banco Central do Brasil aprovou o aumento de capital no montante de R$ 7.364. Em 2020, o nosso ramo de atividade, o mercado cambial, sofreu de diversos fatores que impactaram no conjunto negócios dos efeitos da pandemia, com recuperação lenta do turismo internacional, e pela ocorrência econômica. Mesmo em circunstâncias bastante adversas, a Corretora vem tomando todas as medidas cabíveis e necessárias de melhor eficiência de base de custos operacionais. Em 2021, continuaremos a focalizar na adequação dos custos operacionais, o que inclui a revisão estrutural da alocação das mesas (sinergia administrativas entre as empresas do Conglomerado Financeiro, entre outros. Também, ingressamos o fortalecimento da base de Capital através de um aporte de aproximadamente R$ 6.000, a ser realizado e registrado contabilmente em 2º Primestre de 2021.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e partir das diretrizes contábeis emanadas da lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Em adelrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis(CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando sancionadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já sancionados são: Resolução CMN nº 3.604/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1). Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações. Resolução CMN nº 4.001/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente. Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo Imobilizado. Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Resolução CMN nº 3.959/10 – CPC 41 (R1) – Resultado Por ação. Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do valor justo. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, à marcação a mercado de instrumentos financeiros, provisão para possíveis contingências e expectativa de realização dos créditos tributários registrados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Corretora revisa as estimativas e premissas periodicamente. Para melhor apresentação de resultados as receitas e despesas de variação cambial foram classificadas dentro da rubrica de resultado de operações de câmbio. O Banco Central regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria de divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), através da resolução BCB nº 2020. As informações dada demonstração financeira já estão ajustadas com base na Resolução BCB nº 2020, a qual define que a partir de 1º de janeiro de 2021 a elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com a obrigatoriedade, que o balanço patrimonial ao final do período corrente deve ser comparado com o balanço patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior e que as demais demonstrações comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior. Em relação a possível fiscal diferido que passou a ser apresentado exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo, além da inclusão de demonstração do resultado abrangente. Esclarecemos a segregação das receitas recentemente e não recentemente na nota explicativa nº 3-"7 e apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclaturas em períodos anteriores como segue:

	31.12.2019 Anterior	31.12.2019 Reclassificação	31.12.2019 Atual
Ativo			
Circulante			
Outros Ativos		403	403
Impostos a compensar	15.863	(15.863)	(15.863)
Não Circulante			
Aplicações Interfinanceiras de liquidez		14.648	14.648
Ativo fiscal diferido	**15.863**	-	**15.863**
Passivo			
Circulante			
Diversas	38.217	(10.811)	27.406
Provisões	-	3.748	3.748
Provisões sobre folha de pagamento	-	7.063	7.063
Provisões para processos contingentes	-	4.298	4.298
Não Circulante			
Diversas	4.299	(4.299)	-
Total Passivo	**42.516**	-	**42.516**
Demonstrações do Resultado			
Despesas administrativas	(67.191)	(8.721)	(75.912)
Despesas tributárias	(8.721)	8.721	-
Total Resultado	**(75.912)**	-	**(75.912)**

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 31 de março de 2021. As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R$), sendo esta a moeda funcional da Corretora e também a moeda de apresentação.

3. Descrição das principais práticas contábeis: Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são: a) Segurinho: a) Avaliação dos resultados: As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério "por caixa" dia, calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações em moedas estrangeiras, as quais são calculadas com base no método linear. b) Disponibilidades: Disponibilidades de caixa são representados substancialmente por disponibilidades em moedas estrangeiras, numerrerio em custódia junto a empresa especializada, aplicações em moedas estrangeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor sobre a aplicações em operações compromissadas - posição baixada por vencimento das operações, no dia da aplicação, seja de até 90 dias. c) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago incluindo de provisão para perda, quando aplicável, e classificados em três categorias: I - Títulos para negociação: Os títulos e valores mobiliários são classificados como para negociação quando adquiridos com o objetivo de obter ganhos em operações de compra e venda, no curto prazo, independente de seu vencimento. Os títulos disponíveis para venda - Títulos que não se enquadram para negociação nem como títulos até vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, e ii) Títulos mantidos até vencimento - Os títulos e valores mobiliários classificados como para manter até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, a ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizado proporcionalmente pelo prazo amortizado, conforme o efeito da taxa de juros efetiva. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Corretora não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii). O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Em não tem, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes dos estimados. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços refletem-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução BACEN 4.277/13. d) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Mercado Futuro cujos ajustes são contabilizados, diariamente, em contas de ativo e passivo, em contrapartida aos resultados. Os valores referenciais são contabilizados em contas de compensação. e) Operações de câmbio: As operações de câmbio e as operações Renova Corretora de Câmbio, efetuadas em moedas estrangeiras foram convertidas para Reais pela taxa de câmbio (Ptax) da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do ex-

Confidence Câmbio
Travelex worldwide money

ment e de exercício. f) Ativo imobilizado e intangível: Ativo imobilizado - Corresponde aos direitos que pertencem a entidade e destinados a manutenção das atividades da empresa ou exercidos com o fim de retorno ou exercício com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas vagas de bens, anos, de acordo com a vida útil estimada. Os gastos com manutenção e reparos de máquinas, móveis e equipamentos de uso - 10%; - Sistemas de comunicação, segurança e transporte - 10%; e - Sistema de processamento de dados, terminais - 20%. Ativo intangível: Os ativos intangíveis são ativos que não possuem existência física, sendo que os ativos intangíveis são classificados como pertencentes a entidade ou exercidos com essa finalidade. O custo de um ativo intangível adquirido corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por eventuais perdas por redução ao valor recuperável quando aplicável. Custos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir o desenvolvimento e o software ser mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados. A amortização dos ativos intangíveis é calculada utilizando o método linear considerando as seguintes taxas anuais: valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: - Software – 20%; - Outros intangíveis - 20%. g) Ativos e passivos contingentes e obrigações fiscais e previdenciárias: As práticas provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, e qual foi aprovado pela Resolução do Conselho Federal de CFC, sendo: (a) Ativos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo. (b) Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos da Administração, for considerada provável o risco de perda de um ativo ou ocorrer um passivo, sendo que os valores provisionados são registrados em contas específicas e quando se mantiver os resultados forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação. e (vi) Obrigações legais - são provisionas judiciais relacionadas a obrigações tributárias, sociais de contribuição e sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da existência de ações provisionas judiciais em andamento, tem as seus valores registrados e atualizados de acordo com as normas/regras financeiras. h) Dedução ao valor recuperável de ativos (Impairment): O registro contábil de um ativo deve corresponder ao valor recuperável, levando em consideração os aspectos econômicos ou tecnológicos, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, a Corretora avalia o valor contábil líquido escrito e valor recuperável, e constituem uma provisão, quando o valor contábil líquido. Essas provisões são reversíveis e registradas no período em que ocorrerem, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 do Banco Central do Brasil. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cujo saldo é revisado semestralmente. Não foram identificadas perdas por ajuste em 31 de dezembro de 2020 e 2019. i) Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda (IRPJ) e contribuição social foi calculada sobre os lucros tributáveis apurados em cada exercício social nos termos da legislação em vigor, até o limite de 20%, de capital social. Em 31 de dezembro de 2020 a Corretora apurou saldo a pagar referente a imposto de renda e contribuição social no valor de R$ 1.266 e R$ 1.136 em 31.12.2020 e 31.12.2019. j) Eventos subsequentes: Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. Dois tipos de eventos podem ser ocorrer: aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras, e eventos que não refletem condições existentes na data-base das demonstrações financeiras, mas que não exigem ajuste das mesmas. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa por ação é calculado com base na média diária de ações em circulação no semestre/exercício. **5. Resultado não recorrente:** A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, prevê que deve ser divulgado em separado, os resultados recorrentes e não recorrentes, que não estejam relacionados ou esperam-se ocorrer frequentemente nas atividades típicas da instituição, são previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota Explicativa nº 21 b.

6. Disponibilidades

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	**6.420**	8.845
Depósitos bancários	**5.809**	5.519
Disponibilidades em moeda estrangeira (1)	**26.794**	51.108
Total	**39.023**	65.472
Circulante	**39.023**	65.472

(1) Refere-se a depósitos em moeda estrangeira no montante de R$ 7.395 (R$ 13.347 – em 31 de dezembro de 2019), valores em espécie no montante de R$ 23.487 (R$ 37.761 – em 31 de dezembro de 2019), além ham registrados valores em custódia de terceiros no montante em 2020 (R$ 14.733 - em 31 de dezembro de 2019), mondas, cheques, travel cheques em trânsito no montante de R$ 1.872 (R$ 1.178 - em 31 de dezembro de 2019).

7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

	31.12.2020			
Títulos e Valores Mobiliários	Vencimento indeterminado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor Justo
Vinculados à prestação de garantia – LFT-s	01/09/2022	**859**	**859**	**859**
Total		**859**	**859**	**859**
Títulos e Valores Mobiliários	Vencimento indeterminado	Valor de custo	Valor de mercado	Nível 1
Vinculados à prestação de garantia – LFT	01/09/2022	2.735	2.735	2.735
Vinculados à prestação de garantia – LFT-s	01/09/2022	4.192	4.292	4.292
Total		**6.927**	**6.586**	**6.586**

Não há ganhos ou perdas não realizadas em operações com títulos e valores mobiliários classificados como para manter até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizadas em operações com títulos e valores mobiliários classificados como para venda foram registrados no ativo circulante independente do seus prazos de vencimento. Em 31 de dezembro de 2020 a Corretora não possua operações com derivativos em aberto. As ações Financeiro no dia Renova S/A (Corretora de Câmbio) foi vendido em 2020 e não possuímos ações em carteira. **8. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Mercado Futuro cujos ajustes são contabilizados, diariamente, em contas de ativo e passivo, em contrapartida aos resultados. Os valores referenciais são contabilizados em contas de compensação. **9. Operações de câmbio:** As operações de câmbio e as operações Renova Corretora de Câmbio, efetuadas em moedas estrangeiras foram convertidas para Reais pela taxa de câmbio (Ptax) da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do ex-

Demonstrações de Resultado - 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em R$ mil, exceto lucro/prejuízo por ações)

	2º Semestre 2020	31.12.2020	31.12.2019
Receitas da intermediação financeira	**(10.204)**	**(43.417)**	**(33.717)**
Resultado de operações de câmbio	**24.895**	**58.874**	119.444
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	**42**	136	297
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	**(60)**	**(4.132)**	532
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	**60**	(4.132)	532
Resultado com câmbio	**(34.181)**	**(96.295)**	(153.990)
Outras receitas (despesas) operacionais	**(10.200)**	**(85.870)**	(109.600)
Receitas de prestações de serviços	**5.865**	**11.367**	18.312
Diversas	**(21.826)**	**(44.314)**	(54.244)
Despesas administrativas	**(22.004)**	**(40.787)**	(75.931)
Despesas tributárias operacionais	**(1.735)**	**(3.136)**	(3.737)
Resultado operacional	**(15.009)**	**(129.347)**	(143.317)
Resultado de participação em controladas e coligadas	**-**	**-**	28.156
Ajuste de avaliação patrimonial	**(969)**	**(1.085)**	(108)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**(15.978)**	**(130.432)**	(115.269)
Provisão para IR e CSLL	**(1.266)**	**(1.136)**	(2.592)
Impostos de renda e contribuição social	**-**	**-**	5.597
Programa de participação nos resultados	**(1.266)**	**(1.136)**	(2.592)
(Prejuízo) Lucro líquido do semestre/exercício	**(17.244)**	**(131.571)**	(112.268)
Quantidade de ações em circulação	**707.342.436**	**707.342.436**	559.936
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	**(0,0244)**	**(0,1860)**	(0,2004)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em R$ mil)

	2º Semestre 2020	31.12.2020	31.12.2019
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	**(17.244)**	**(131.571)**	(112.268)
Outros resultados abrangentes			
(Prejuízo) Lucro líquido do semestre/exercício	**(17.244)**	**(131.571)**	(112.268)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(i) Disponibilidade de caixa

	2020	2019
Saldo inicial	**19.009**	14.473
Aquisições	**3.134**	10.861
Alienações/Baixas)	**(3.851)**	(34)
Amortização (nota14)	**(9.778)**	(6.291)
Saldo final	**9.514**	19.009
8. Outros obrigações - diversas	**31.12.2020**	31.12.2019
Credores diversos no País (1)	**1.197**	1.197
Remessas Western Union a liquidar	**187**	626
Obrigações por compra de ativos		1.000
Obrigações por operações de câmbio realizadas	**2.780**	6.047
Pagamentos a efetuar (2)	**4.141**	12.637
Provisão de seguro intercompany (nota 18)	**289**	-
Outros	**539**	481
Fiscais	**2.238**	10.038
Total	**9.003**	27.926
Circulante	**9.003**	27.926

(1) Refere-se aos valores recebidos de clientes pela Corretora, porém pendentes de identificação.
(2) Os saldos a pagar referem-se a alugueis e condomínios das lojas, cestas de direito de uso, serviços em geral, telefonia e comissões a pagar.

10. Provisões a pagar

	31.12.2020	31.12.2019
Previsão benefícios	**2.220**	1.434
Previsão IRS	**523**	1.613
Previsão de comissão	**586**	1.539
Previsão de bônus	**3.877**	-
Outros	**387**	396
Total	**8.593**	4.982
Circulante	**8.593**	4.982

11. Patrimônio líquido: a) Capital social: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social da Corretora é composto por capital social mediante aporte de sua controladora, no montante de R$ 7.364 (sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais) e R$ 28.170 (vinte e oito mil, cento e setenta reais) respectivamente, totalizando o montante de R$ 35.534 (R$ 28.170 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 779.342.438 (779.034 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominais, sem valor nominal. b) Reservas legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos da legislação em vigor, até o limite de 20%, do capital social. Em 31 de dezembro de 2020 a Corretora apurou saldo a ser referido no montante de R$ 3.270 (R$ 2.733 em 31.12.2019 e R$ 1.607 em 31 de dezembro de 2019 foi constituído o valor de R$ 643). c) Reserva de lucros: As reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da Corretora, para atender a seus objetivos, sendo sua constituição efetivada por iniciativa da ou por proposta dos órgãos da Administração. Em 31 de dezembro de 2020 a Corretora deverá reverter o montante de reservas de lucros no valor de R$ 28.160 (em 31 de dezembro de 2019 foi constituído o valor de R$ 12.215). d) Dividendos: O Estatuto Social vigente da Corretora prevê a distribuição anual de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido apurado no exercício social, deduzido de qualquer valor destinado a Reserva legal. Adicionalmente, também é previsto a distribuição de dividendos intermediários após aprovação em Assembleia. Em 31 de dezembro de 2020 a Corretora registrou prejuízo no exercício não sendo realizada a distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2019 os acionistas da Corretora deliberaram pela distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

12. Receita de prestações de serviços

	2º Semestre 2020	31.12.2020	31.12.2019
Intermediação de operações de câmbio	**1.129**	**2.129**	11.330
Receitas Monaguest	**1.427**	**4.188**	4.399
Receitas Master Usuário	**2.319**	**719**	2.583
Outras prestações de serviços	**385**	**33**	312
Total	**5.865**	**11.367**	18.312

As receitas são auferidas nas prestações de serviços oferecidos no momento da operação de câmbio, assim como taxas incidentes nestas operações. São recebimentos também comissões de agente de emissão de vales, como Monaguest, Master Usuário e Travel Cash sales.

13. Despesas de pessoal

	2º Semestre 2020	31.12.2020	31.12.2019
Pró-labore	**(1.833)**	**(1.833)**	(1.

Saraiva Livreiros S.A. em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26
Companhia Aberta

Relatório da Administração

:: Senhores Acionistas,

Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "Saraiva") (B3: SLED3 e SLED4), controladora de Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial ("Varejo"), uma das maiores redes varejistas de conteúdo com foco em educação e cultura, anuncia seus resultados financeiros para o quarto trimestre (4T20) e ano de 2020.

As informações contábeis contidas neste documento referem-se ao quarto trimestre (4T20) e ano 2020 comparadas aos mesmos períodos do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards* – IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foram revisadas pelos auditores independentes.

:: Mensagem da Administração

Durante os últimos 15 anos a Companhia passou por diversos processos de transformação. Desde a aquisição da Siciliano S.A., em 2008 pelo Varejo, a Saraiva investiu no fortalecimento de sua marca e crescimento de sua operação, ampliando seu número de lojas, a atuação de seu canal de e-commerce, e a gama de produtos oferecidos, sempre com foco em nosso cliente, que sempre foi fiel à marca.

A crise econômica iniciada em 2015 foi um dos mais desafiadores períodos da história recente do País no campo econômico com repercussão significativa nas operações da Companhia. A Companhia adotou, nos últimos anos, várias iniciativas para reverter os efeitos negativos causados pela crise econômica: no final de 2015, concluiu a venda do seu segmento editorial e, com a persistência do cenário de crise econômica nos anos seguintes, implementou um robusto projeto de transformação para o Varejo, conquistando, no início de 2018, crescimento das vendas brutas e *Market Share* nas categorias de Livros, Games, e no segmento de Volta as Aulas. Outras medidas emergenciais foram realizadas no início de nov/18, na construção de um plano de reestruturação visando tornar a operação enxuta, dinâmica e voltada para a obtenção de rentabilidade operacional e fortalecimento do caixa.

No entanto, os impactos causados pela crise econômica, associados aos efeitos dos acontecimentos no tempo, tais como o aumento do preço médio dos livros abaixo do esperado, o encolhimento de alguns segmentos de produtos que tinham representatividade relevante no faturamento; as dificuldades enfrentadas para a realização de créditos tributários; a dificuldade de contratação de novas linhas de crédito; e a importante queda de faturamento gerada por problemas originados na implementação do novo sistema de gestão, comprometeram a obtenção dos resultados almejados, o que abalou a perspectiva da Companhia de honrar com as suas obrigações de curto prazo.

Em decorrência do agravamento dessa situação, julgamos que a apresentação do pedido de recuperação judicial, em nov/18, era a medida mais adequada no contexto da crise no mercado editorial, reflexo do cenário econômico do País. O objetivo da operação foi proteger o caixa, fazendo com que a Companhia retomasse sua estabilidade e, posteriormente, seu crescimento econômico, bem como garantir e preservar a continuidade de sua operação.

Com o deferimento do pedido de recuperação judicial a Companhia intensificou as negociações com seus principais credores tendo como objetivo estabelecer condições comerciais e modelos de pagamento que pudessem viabilizar os interesses comuns, visando, principalmente, o êxito na aprovação do plano de recuperação judicial, além de implementar diversas ações para garantir a sustentação dos negócios. Continuamos obtendo importantes avanços em relação aos períodos anteriores por meio de iniciativas como:

Readequação do mix de produtos: descontinuamos as categorias que possuíam menor rentabilidade e maior demanda de capital de giro. Esta revisão de categorias nos possibilitou, ainda, uma redução adicional do quadro de funcionários da Companhia, além do encerramento de 2 Centros de Distribuição.

Redução de Despesas Operacionais: renegociação e revisão de nossos principais contratos com fornecedores de serviços, redução de escopo com priorização de alternativas com maior custo/benefício, e revisões e otimizações na malha logística, adequando nosso sistema de abastecimento ao novo mix de produtos. Em nossa Sede Social, reduzimos o custo por meio do adensamento dos andares ocupados.

Reestruturação do Parque de Lojas: priorização de unidades de maior rentabilidade com EBITDA maior que 5,0%, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao novo mix de produtos da Companhia. No período, evoluímos na negociação com Shoppings, onde, por meio de parcerias, podemos otimizar o espaço das unidades e aumentar a rentabilidade sem a necessidade de grandes investimentos.

Migração da Plataforma de e-commerce: Visando mitigar as inconsistências de e-commerce, iniciamos, em abr/2019, a implementação de uma nova plataforma, com sistema mais leve, ágil e estável do que o utilizado anteriormente, o que contribui para melhora na performance e aumento da taxa de conversão do site.

Abastecimento de Produtos: Após o ajuizamento da Recuperação Judicial a Companhia, com apoio e parceria de nossos fornecedores, iniciou um processo extensivo para a normalização do abastecimento de produtos de todas as categorias, com foco maior em Livraria, nossa principal linha de atuação.

No entanto, mesmo cumprindo os pagamentos à fornecedores e bancos determinados pelo Plano de Recuperação Judicial, todas as medidas adotadas pela Companhia ainda não foram suficientes para concretizar as perspectivas de crescimento e geração de caixa, fazendo com que os resultados projetados para os próximos anos ficassem abaixo das expectativas inseridas na projeção do Plano de Recuperação aprovado.

Diante deste cenário, e dos impactos trazidos pelo Coronavírus (COVID-19) que nos obrigaram a fechar temporariamente 100% de nossas lojas físicas em mar/20 reduzindo drasticamente nosso faturamento, como medida imediata de preservar o caixa, a Companhia apresentou solicitação, deferida pelo juiz do processo de Recuperação Judicial, para apresentação de um Plano Aditivo aderente a nova realidade da economia do País, de modo a prevenir-se dos impactos trazidos pela pandemia e preservar sua atividade operacional.

O primeiro aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Plano Aditivo), submetido ao juiz da Recuperação Judicial em 03 de julho de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. O Plano Aditivo tem como objetivo viabilizar o pagamento aos credores, além de garantir a manutenção da fonte produtora, o emprego de seus colaboradores, o cumprimento da função social das atividades e o estímulo à atividade econômica no País. O Plano Aditivo prevê três medidas principais: i) a reestruturação do passivo; ii) a preservação de investimentos considerados essenciais para a continuidade operacional; e iii) a alienação de Unidades Produtivas Isoladas – UPI's, quais sejam, operações de lojas – UPI Lojas; operação de e-commerce – UPI Site; e operações de Lojas e Site – UPI Mista, de acordo com os termos estabelecidos no referido Plano Aditivo. As alternativas trazem um meio de geração de fluxo de caixa para a manutenção das atividades da Companhia e o pagamento dos Credores, Credores Extraconcursais e Credores Pós-Concursais.

Em paralelo, a Companhia continua a implementação do Plano de Ação para reestruturação das operações e recuperação dos resultados econômicos necessários à perenidade dos negócios da Companhia. Tal plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em fevereiro e março de 2020 e baseado nos seguintes projetos:

Nova gestão de abastecimento: Modelo descentralizado de abastecimento, por meio do envolvimento dos fornecedores e com redução de custos de logística;

Full-Ecommerce: Foco nas ações de marketing e análise de rentabilidade com equipe especializada em e-commerce, privilegiando operações de vendas com volumes menores e maiores margens;

Otimização *Back-Office*: Nova solução de sistemas, processos e equipes com maior eficiência para redução de custos fixos e despesas administrativas;

Reestruturação do parque de lojas: Encerramento de operações de lojas com baixa rentabilidade e onde não foram exitosas as negociações com as administradoras de shoppings, com o aproveitamento do estoque dessas unidades e a consequente redução no custo de aquisição de mercadorias para os próximos períodos. No ano de 2020 a Companhia encerrou 34 unidades de baixa perspectiva de geração de valor.

As mudanças mencionadas acima, aprovadas pelo Conselho de Administração, contribuirão para que a Companhia seja mais enxuta sem impactar negativamente a operação. Entre os principais impactos do novo plano de ação, podemos citar:

Rentabilidade: Aumento da Margem Bruta, principalmente no canal de e-commerce, em detrimento da Receita Bruta, elevando os ganhos absolutos no Lucro Bruto e contribuindo para o aumento da rentabilidade da Companhia. No ano de 2020, este ganho foi expressivo, decorrente de diversas ações de Saldão realizadas com o objetivo de realização de estoques obsoletos e truncados, já obtivemos resultados expressivos nas margens bruta.

Despesas de Pessoal: Com uma operação reduzida em termos de faturamento consequentemente houve redução expressiva nas despesas de Pessoal da Companhia.

Despesas de Ocupação: Em relação às Lojas Físicas, renegociações com as administradoras de shoppings visando aumentar a rentabilidade das unidades. No escritório central a revisão e otimização do espaço com a devolução de alguns andares permitiu redução dos custos de ocupação a partir de mar/20

Desativação das operações do Centro de Distribuição: Em ago/20, a Companhia migrou sua operação de e-commerce para o modelo de *full-commerce*, em que todas as atividades do canal são realizadas diretamente por um parceiro comercial. Apesar de ocasionar um impacto inicial negativo nas vendas de set/20, a migração contribuirá para uma operação mais rentável é ágil no futuro.

Contratos com fornecedores não produtivos: Avaliamos exaustivamente todos os contratos vigentes com fornecedores não produtivos, permanecendo e renegociando apenas aqueles essenciais às atividades de negócio da Companhia.

Monetização de Créditos Tributários: Temos a perspectiva de monetização de créditos tributários entre o primeiro trimestre de 2021 e terceiro trimestre de 2021. Em 17 de março de 2021, fomos formalmente notificados pela Diretoria da Administração Tributária do Estado de São Paulo sobre o deferimento do crédito acumulado de ICMS no montante de R$65 milhões.

Continuamos mobilizados para efetivar os ajustes necessários para garantir a continuidade operacional. As medidas tomadas, aliadas à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, tais como a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional, e alterações na estrutura de Governança Corporativa, comprovam a capacidade de geração de caixa e, por consequência, da viabilidade futura da Companhia.

O fluxo de caixa e o resultado do exercício, encerrados em 2020, excluídos os impactos não recorrentes originados, substancialmente, por revisão das provisões para *impairment* e contingências tributárias, evidenciam uma melhora na performance e na geração de caixa.

O exame das demonstrações contábeis realizados pela auditoria, não identificou deficiências de controles internos. A constatação da existência de controles internos sem falhas ou deficiências relevantes e a certificação do seu nível de segurança são fundamentais para a recuperação estruturada da Companhia.

A Administração, ciente da relevância dos desafios está empenhada para a realização do Novo Plano de Ação, que visa a manutenção da atividade operacional, o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e a consequente continuidade operacional e sustentabilidade do negócio.

Confiamos plenamente na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída. Sabemos que será um processo intenso, na busca de um futuro promissor para a empresa e seus *stakeholders*, e contamos com o total apoio e envolvimento de todos nossos colaboradores.

:: Impacto Coronavírus – COVID-19

A Administração acompanha atentamente a todos os impactos do Coronavírus (COVID-19) na operação da Companhia, por meio de um Comitê interno específico, além de discutir periodicamente com o Conselho de Administração, sobre as medidas necessárias e os impactos na operação.

Neste cenário, o plano de contingência é focado em cinco pilares principais: (i) adotar medidas preventivas, (ii) estimular e intensificar as vendas pelo e-commerce, que não foram paralisadas e honram todos seus compromissos com seus clientes; (iii) estruturar planos de ação e contingência; (iv) monitorar a evolução diária dos casos de infecção pelo Coronavírus e as recomendações dos órgãos governamentais e associações de varejo; (v) utilizar as medidas disponíveis para redução do impacto no Caixa da Companhia. A partir disso, podemos destacar:

Lojas físicas: Devido à rápida evolução dos casos de COVID-19, e de grande parte das lojas estarem localizadas em shoppings e/ou nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em 23 de março de 2020 todas as nossas unidades foram fechadas. No início de agosto de 2020 contávamos com 48 unidades reabertas, mas grande parte com horário de atendimento reduzido. Entre 27 de fevereiro e 26 de março de 2021, em decorrência de um novo avanço dos casos de COVID-19, dois terços das lojas da rede estão fechadas e as demais, seguindo estritamente as normas de prevenção e segurança para redução de riscos de contaminação de clientes e colaboradores e de acordo com horários estabelecidos pelas autoridades estaduais e municipais. A manutenção das atuais medidas de restrição, deverão trazer novos impactos que ainda serão dimensionados pela Administração.

E-commerce: Continua operando normalmente e honrando o compromisso com nossos clientes. Além disso, foram realizadas ações promocionais para elevar o fluxo do canal.

Colaboradores: atuamos preventivamente para conscientização de todos os nossos colaboradores. Com o fechamento das lojas, todos os colaboradores foram liberados nas unidades. No escritório central restringimos o número de colaboradores ao mínimo indispensável à manutenção das atividades operacionais e adotamos o regime de trabalho remoto (*home office*), além da suspensão de viagens e reuniões presenciais e uma orientação extensiva aos funcionários por meio da disseminação de boas práticas contra o vírus e apoio à legislação trabalhista em vigor.

Geração de Receitas: Realizamos ações promocionais e de marketing e direcionamos as vendas físicas para o canal online.

Caixa: Diante do cenário atual, com nossas fontes de receitas fortemente impactadas, visando a manutenção e perenidade da operação, a Companhia adotou iniciativas para manutenção do caixa:

• **Revisão de contratos com fornecedores**;
• **Renegociação** de todos os **custos de ocupação** da Companhia;
• **Suspensão**, **renegociação** e, consequentemente, **reparcelamento de pagamentos** vencidos e a vencer. Em 31/12/2020, a Companhia possuía em aberto, desde março/20, o saldo aproximado de R$ 61,5 milhões sendo, em grande parte, composto por fornecedores produtivos e custos de ocupação;
• **Redução** da **Jornada de Trabalho** dos colaboradores do escritório central e de gerentes regionais de lojas físicas, pelo período previsto na legislação;
• **Suspensão** do **Contrato de Trabalho** dos colaboradores de lojas, pelo período previsto na legislação;
• **Suspensão**, conforme permitido pelo Governo Federal, do **pagamento de FGTS** aos nossos colaboradores, pelo período previsto na legislação;
• **Parcelamento**, por meio de negociação com alguns Sindicatos, das **rescisões** de colaboradores, mitigando efeitos negativas no Caixa.
• **Revisão diária** das **projeções de vendas** e **despesas** para os próximos meses, visando protelação de impactos inesperados de Caixa.

Entendemos que o cenário no País se altera de modo acelerado e estamos nos adaptando rapidamente ao cenário ideal em meio à crise. Reiteramos nossa disposição para dispensar toda a atenção necessária à situação da Companhia e de nossos *stakeholders*, incluindo todos os riscos decorrentes da pandemia que poderiam resultar em perdas ou mudanças nas estimativas sobre os negócios.

:: Impactos não Recorrentes

Durante o quarto trimestre de 2020 a Administração revisou as estimativas relacionadas a perda de valor recuperável dos ativos e provisões para riscos tributários cíveis e trabalhistas, entre outros ajustes realizados na operação, visando o aumento de rentabilidade, a seguir apresentados:

• *Impairment* de ativos e créditos tributários: R$ 101,6 milhões negativos nas Despesas.
• Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias: R$ 80,9 milhões negativos nas Despesas.
• Outros impactos: R$ 0,3 milhão positivo nas Despesas.

Dessa maneira, para que possa ser realizada uma análise mais fidedigna da operação da Companhia, todos os resultados reportados neste Relatório da Administração consideram os números recorrentes do 4T19, 3T20 e 4T20, expurgando os efeitos citados acima. Segue na tabela abaixo a reconciliação dos resultados:

Reconciliação – 4T20 (R$ MM)	4T20 Contábil	CPC 06 (R2) IFRS 16	Impactos Não-Recorrentes	4T20 Ajustado
Receita Bruta	**40.740**		**–**	**40.740**
Impostos	(466)		–	(466)
Receita Líquida	**40.274**	**–**	**–**	**40.274**
CMV	(22.022)		–	(22.022)
Lucro Bruto	**18.252**	**–**	**–**	**18.252**
Margem Bruta (%)	*45,3%*			*45,3%*
Despesas Operacionais	**(208.019)**	**(8.925)**	**182.281**	**(34.663)**
EBITDA	**(189.767)**	**(8.925)**	**182.281**	**(16.411)**
Margem EBITDA (%)	*-471,1%*			*-40,7%*
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**(12.871)**	**8.925**	**–**	**(3.946)**
Resultado Financeiro Líquido	(7.308)	3.083		(4.225)
Depreciação e Amortiz.	(5.563)	5.841		278
Lucro/Prejuízo antes do IR	**(202.638)**	**–**	**182.281**	**(20.357)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.546	–	–	5.546
Lucro/Prejuízo antes da part. Minoritária	**(197.092)**	**–**	**182.281**	**(14.811)**
Participação minoritária	15			15
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Operações Descontinuadas	**(197.077)**	**–**	**182.281**	**(14.796)**
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas (Líquido de impostos)	(2.352)			(2.352)
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(199.429)**	**–**	**182.281**	**(17.148)**
Margem Líquida (%)	*-495,2%*			*-42,6%*

:: Destaques

• Redução de 62,4% na Despesa Operacional recorrente do 4T20 em comparação com o 4T19.
• Melhoria de R$ 25,4 milhões no EBITDA ajustado do 4T20 em comparação com o 4T19.
• Melhoria de 10 dias no Prazo Médio de Recebimento de clientes em comparação com o 4T19.
• Em 3 de julho de 2020, a Companhia e sua controlada peticionaram, junto a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, aditivo ao Plano de Recuperação Judicial.
• Em Assembleia Geral Ordinária realizada 06 de julho de 2020, foram eleitos os conselheiros Olga Maria Barbosa Saraiva (Presidente do Conselho de Administração), Jorge Saraiva Neto (Vice-Presidente do Conselho de Administração), Frederico Wickert, João Elek, e Olavo Fortes Campos Rodrigues Júnior, para o novo mandato de 2 anos.
• Em 8 de outubro de 2020, a Companhia e sua controlada peticionaram, junto a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, segunda versão do aditivo ao Plano de Recuperação Judicial.
• Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 31/07/2020 e 28/08/2020, foi deliberada: (i) a conversão de Bônus de Subscrição exercida pelos seus titulares entre os dias 01/06/2020-30/06/2020 e 01/07/2020-28/08/2020, respectivamente; (ii) o Aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, em virtude do exercício, por determinados titulares, de seus respectivos bônus de subscrição; e (iii) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à implementação da deliberação tomada.
• Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 05/10/2020, foi deliberada: (i) a conversão de Bônus de Subscrição exercida pelos seus titulares entre os dias 01/09/2020-30/09/2020; (ii) o Aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, em virtude do exercício, por determinados titulares, de seus respectivos bônus de subscrição; e (iii) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à implementação da deliberação tomada.
• Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11/12/2020, foi deliberada: (i) a conversão de Bônus de Subscrição exercida pelos seus titulares entre os dias 01/11/2020-30/11/2020; (ii) o Aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, em virtude do exercício, por determinados titulares, de seus respectivos bônus de subscrição; e (iii) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à implementação da deliberação tomada.
• Em 31 de dezembro de 2020, o Sr. Marcos Guedes assumiu interinamente a posição não estatutária de *Chief Executive Officer* da Companhia. O Sr. Marcos Guedes, executivo da empresa KR Capital, possui mais de 25 anos de experiência profissional no mercado financeiro e de gestão profissional interina. O contrato de Gestão Interina foi firmado pelo Conselho de Administração com a KR Capital.

:: Eventos Subsequentes

• Em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 foi aprovado o Plano Aditivo, homologado em 5 de março de 2021, pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo.
• Em 17 de março de 2021, fomos formalmente notificados pela Diretoria da Administração Tributária do Estado de São Paulo sobre o deferimento do crédito acumulado de ICMS no montante de R$65 milhões.

:: Principais Indicadores

Tabela 1. (R$ mil, exceto quando indicado)

Consolidado – Ajustado[1]	4T20	4T19	T/T	3T20	T/T	2020	2019	A/A
Receita Bruta (Lojas + *E-commerce*)[2]	40.740	163.534	-75,1%	29.859	36,4%	239.824	697.162	-65,6%
Lojas Físicas	33.651	121.790	-72,4%	22.239	51,3%	159.234	468.014	-66,0%
E-commerce	7.089	41.744	-83,0%	7.620	-7,0%	80.590	229.148	-64,8%
Receita Líquida (Lojas + *E-commerce*)[2]	40.274	156.406	-74,3%	29.798	35,2%	234.456	669.658	-65,0%
Lojas Físicas	33.160	117.280	-71,7%	22.194	49,4%	155.098	451.185	-65,6%
E-commerce	7.114	39.126	-81,8%	7.604	-6,4%	79.358	218.473	-63,7%
Lucro Bruto Ajustado[1]	18.252	50.484	-63,8%	12.732	43,4%	92.275	205.194	-55,0%
Margem Bruta (%)	45,3%	32,3%	13,0 p.p.	42,7%	2,6 p.p.	39,4%	30,6%	8,7 p.p.
Despesas Operacionais Recorrentes[1]	(34.663)	(92.258)	-62,4%	(36.092)	-4,0%	(189.465)	(383.072)	-50,5%
EBITDA Ajustado[1]	(16.411)	(41.774)	-60,7%	(23.361)	-29,8%	(97.190)	(177.878)	-45,4%
Margem EBITDA Ajustada (%)[1]	-40,7%	-26,7%	-14,0 p.p.	-78,4%	37,6 p.p.	-41,5%	-26,6%	-14,9 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Operações Descontinuadas[1]	(14.796)	(67.025)	-77,9%	(23.995)	-38,3%	(146.535)	(259.766)	-43,6%
Margem Líquida Ajustada antes das Operações Descontinuadas (%)[1]	-36,7%	-42,9%	6,1 p.p.	-80,5%	43,8 p.p.	-62,5%	-38,8%	-23,7 p.p.
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas (Líquido de impostos)	(2.352)	(31.769)	-92,6%	(3.023)	-22,2%	(5.901)	(33.381)	-82,3%
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado[1]	(17.148)	(98.794)	-82,6%	(27.018)	-36,5%	(152.436)	(293.147)	-48,0%
Margem Líquida Ajustada (%)[1]	-42,6%	-63,2%	20,6 p.p.	-90,7%	48,1 p.p.	-65,0%	-43,8%	-21,2 p.p.
Crescimento Lojas (SSS)	-50,1%	-13,5%	-36,6 p.p.	-65,9%	15,8 p.p.	-54,1%	-41,8%	-12,3 p.p.
Crescimento *E-commerce*[2]	-83,0%	-34,7%	-48,3 p.p.	-84,7%	1,6 p.p.	-64,8%	-61,0%	-3,8 p.p.
Quantidade de Lojas – Final do Período	39	73	-46,6%	44	-11,4%	39	73	-46,6%
Área de Vendas – Final do Período (m²)	21.825	49.259	-55,7%	24.326	-10,3%	21.825	49.259	-55,7%

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.
Nota: 2. Considera a receita proveniente do Saraiva Entrega no canal Lojas Físicas.

:: Resultados

Receita – No 4T20 a receita bruta alcançou R$ 40,7 milhões, queda de 75,1% quando comparada com o 4T19. A receita líquida seguiu a mesma tendência no trimestre, apresentando redução de 72,7%. Cabe destacar que a redução observada é, principalmente, em função da pandemia do Coronavírus (COVID-19), que ainda impacta fortemente a operação de lojas da Companhia, e da migração da operação de e-commerce para o modelo *full-commerce* no final de ago/20. Em termos anuais, o montante financeiro foi de R$ 239,8 milhões com queda de 65,6%.

Receita Lojas Físicas – A receita bruta de lojas físicas no 4T20, atingiu R$ 33,7 milhões, o que representa queda de 72,4% quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. Em termos de lojas comparáveis apresentamos um declínio de 65,9% no mesmo período. A receita líquida, seguindo a mesma linha, apresentou redução de 71,7%.

Em termos anuais, devido à da pandemia do Coronavírus (COVID-19), tivemos o fechamento, por tempo indeterminado, de todas as nossas unidades de acordo com as diretrizes governamentais publicadas pelos governos municipais e estaduais. Em decorrência da rápida evolução dos casos e de grande parte das lojas estarem localizadas em shoppings e/ou nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em 23 de março de 2020 todas as nossas unidades estavam fechadas. Mesmo com a reabertura gradual das unidades, o fluxo de clientes ainda não retomou os patamares anteriores, impactando negativamente na operação do canal de lojas físicas. Sendo assim, a receita apresentou uma queda de 66,0% totalizando R$ 159,2 milhões em termos anuais.

Receita *E-Commerce* – No 4T20 as vendas feitas no site Saraiva.com apresentaram declínio de 83,0% em relação ao ano anterior, enquanto as vendas líquidas reduziram em 81,8%. As vendas em nosso canal de *e-commerce*, uma das mais relevantes no país que cobre todo o território nacional, foram impactadas, principalmente, pela falta de abastecimento de produtos durante os últimos meses, além da migração para o modelo *full-commerce*. No entanto, a Saraiva continua com a estratégia de rentabilidade, por meio de um faturamento menor no canal, porém com maior margem bruta e menores despesas variáveis, gerando um ganho adicional na margem de contribuição para os próximos períodos. Em termos anuais, a queda das vendas brutas foi de 64,8% somando R$ 80,6 milhões.

Resultado Bruto – Como reflexo da estratégia de priorização de rentabilidade da Companhia, o lucro bruto ajustado apresentou um forte ganho de 13,0 p.p. na margem bruta, que passou de 32,3% no 4T19 para 45,3%. Além da estratégia de priorização da rentabilidade no canal online, continuaremos focando em nosso negócio de livros, que possuem margens superiores às outras categorias que foram descontinuadas. Em relação ao 3T20, excluindo o impacto da venda de produtos de baixo giro com a desmobilização do Centro de Distribuição, e dos saldões de produtos visando a capitalização de estoques, o lucro bruto ajustado apresentou um crescimento de 2,6 p.p. na margem bruta, que passou de 42,7% no 3T20 para 45,3% no 4T20, com uma redução de 63,8% em termos absolutos.

Despesas Operacionais – A linha de despesas operacionais recorrentes, incluindo o efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas, totalizou R$ 34,7 milhões no 4T20, apresentando forte redução de 62,4% no trimestre, como reflexo das iniciativas realizadas ao longo dos últimos períodos, e da redução em despesas variáveis em função do menor nível de vendas. Cabe destacar que continuamos focados na racionalização de gastos para a melhora dos resultados, e já estamos colhendo os frutos das medidas tomadas. Continuamos fazendo ajustes recorrentemente em nossa estrutura visando sempre melhorias de desempenho e produtividade, o que solidifica as bases para recuperação da Companhia.

EBITDA – O EBITDA recorrente, com a inclusão do efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas, e impactado pelos efeitos da pandemia, onde a receita foi fortemente reduzida, totalizou R$ 16,4 milhões negativos no 4T20, apresentando uma melhoria de R$ 25,4 milhões em relação ao 4T19.

Tabela 2. EBITDA (R$ mil, exceto quando indicado)

Consolidado – Ajustado[1]	4T20	4T19	T/T	3T20	T/T	2020	2019	A/A
Lucro (Prejuízo) Líquido[1]	**(17.148)**	**(98.794)**	**-82,6%**	**(27.018)**	**-36,5%**	**(152.436)**	**(293.147)**	**-48,0%**
(+) Resultado Financeiro Líquido[1]	4.225	7.475	-43,5%	947	346,2%	11.611	21.871	-46,9%
(+) IR & CS[1]	(5.546)	13.200	–	(701)	>500%	30.413	24.314	25,1%
(+) Depreciação e Amortização	(278)	4.589	–	393	–	7.354	35.726	-79,4%
(+) Resultado Líquido das Operações Descontinuadas/Outros[1]	2.337	31.757	-92,6%	3.019	-22,6%	5.868	33.357	-82,4%
EBITDA Ajustado	**(16.411)**	**(41.774)**	**-60,7%**	**(23.361)**	**-29,8%**	**(97.190)**	**(177.878)**	**-45,4%**
Margem EBITDA (%)	-40,7%	-26,7%	-14,0 p.p.	-78,4%	37,6 p.p.	-41,5%	-26,6%	-14,9 p.p.

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

Capital de Giro* – O prazo médio de recebimento passou de 27 dias no 4T19 para 18 dias no 4T20. O prazo médio de cobertura de estoques diminuiu em 46 dias, passando de 100 dias no 4T19 para 54 dias no 4T20.

* para o cálculo dos dias do ciclo operacional utilizamos a média dos últimos 12 meses

Receita (Despesa) Financeira Líquida – O resultado financeiro líquido ajustado, excluindo o impacto da alteração contábil em virtude do CPC 06 (R2) – IFRS 16, foi uma despesa de R$ 4,2 milhão no quarto trimestre de 2020, representando uma redução de 43,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior, em função da repactuação do endividamento da Companhia com bancos.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Período – O prejuízo líquido ajustado da Companhia, antes do resultado líquido de operações descontinuadas, foi de R$ 17,1 milhões no 4T20.

Investimentos (CAPEX) – Ocorreu um investimento marginal no 4T20 versus R$ 1,7 milhão no 4T19, confirmando o menor nível de investimentos indicado pela Companhia.

Liquidez – Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total de Caixa Disponível, Caixa Bloqueado e Recebíveis de Cartão de Crédito era de R$ 32,3 milhões, contra R$ 37,0 milhões em 30 de setembro de 2020, em virtude, principalmente, das menores vendas realizadas no período, além do impacto de categorias descontinuadas e de despesas extraordinárias de reestruturação.

A tabela a seguir apresenta a dívida líquida consolidada (excluindo o saldo de Credores relativo ao processo de recuperação judicial) da Saraiva em 31 de dezembro de 2020, que somava R$ 134,4 milhões, contra R$ 126,3 milhões em 30 de setembro de 2020, e R$ 136,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Se considerarmos os recebíveis do cartão de crédito, encerramos o 4T20 com uma dívida líquida de R$ 130,7 milhões contra R$ 122,8 milhões no 3T20, e R$ 121,0 milhões no 4T19.

Tabela 3. Evolução dos principais indicadores de endividamento Consolidado monitorados pela Companhia (R$ mil)

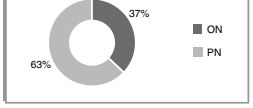
Consolidado[1]	4T20	4T19	A/A	3T20	T/T
Tipo de Transação					
Empréstimos e Financiamentos	**163.019**	**156.871**	**3,9%**	**159.520**	**2,2%**
(+) Contas a Pagar Aquisição de Empresas	–	–	–	–	0,0%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	28.603	20.465	39,8%	33.171	-13,8%
Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis	**134.416**	**136.406**	**-1,5%**	**126.349**	**6,4%**
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	3.729	15.366	-75,7%	3.510	6,3%
Dívida Líquida Consolidada Após os Recebíveis	**130.687**	**121.040**	**8,0%**	**122.839**	**6,4%**
Montante relativo ao processo de Recuperação Judicial	**197.943**	**255.105**	**-22,4%**	**195.466**	**1,3%**

Nota 1: Exclui a parcela relativa ao Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) – IFRS 16).

Nossas Lojas – No 4T20 a Saraiva contava com 39 lojas ativas.

:: Estrutura Acionária

O capital social subscrito e realizado da Saraiva era de R$ 302 milhões em 31 de dezembro de 2020, representado por 63.410.194 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 23.513.669 são ações ordinárias (ON), e 39.896.525 são ações preferenciais (PN). A Companhia mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria.



:: Colaboradores

Finalizamos o ano de 2020 com 609 colaboradores (1.832 em dezembro de 2019). As ações estratégicas da área de Recursos Humanos focam os pilares de desenvolvimento, engajamento, diversidade e eficiência/produtividade.

:: Auditores Independentes

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram examinadas pela Grant Thornton Auditores Independentes ("Grant Thornton").

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Saraiva ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

O valor total contabilizado relacionado a honorários com auditoria externa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 373 mil.

:: Aderência à Câmara de Arbitragem do Mercado

Com a adesão ao Nível 2, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3.

:: Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Contábeis

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia, autorizando sua conclusão nesta data.

:: Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, emitido nesta data.

:: Agradecimentos

Agradecemos a todos os acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, colaboradores e comunidades pelo apoio dado em 2020.

São Paulo, 26 de março de 2021.

A Administração

continua ...

Saraiva

Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26 – Companhia Aberta

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	121	2.603	28.603	20.464
Contas a receber de clientes	5	–	–	7.333	23.269
Estoques	6	–	–	45.649	102.526
Impostos e contribuições a recuperar	7	179	179	33.309	44.175
Outros créditos		534	55	7.527	20.215
Ativos não correntes mantidos para venda	3b	21.427	21.427	21.427	21.427
Despesas antecipadas		1.424	989	1.749	1.643
Total do ativo circulante		23.685	25.253	145.597	233.719
Não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Partes relacionadas	9.a)	61.875	–	–	–
Depósitos judiciais	18	11.417	11.529	26.406	34.015
Impostos e contribuições a recuperar	7	5.713	6.394	44.579	166.652
Outros créditos		–	–	1.466	1.434
Despesas antecipadas		1.209	1.276	1.381	1.614
		80.214	19.199	73.832	203.715
Investimentos:					
Propriedades para investimento		–	–	127	127
Outros		23	23	23	23
Imobilizado	11	153	213	113.614	346.290
Intangível	12	–	–	–	68.315
Total do ativo não circulante		80.390	19.435	187.596	618.470
Total do Ativo		104.075	44.688	333.193	852.189

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante					
Fornecedores	15	1.254	629	104.394	93.283
Empréstimos e financiamentos	13	–	–	52.816	66.345
Empréstimos com partes relacionadas	9.a)	–	8.619	–	–
Obrigações sociais e trabalhistas	17	400	402	5.770	12.610
Impostos e contribuições a recolher	16	165	86	1.190	2.798
Receita diferida – programa de fidelização	14	–	–	997	3.379
Arrendamento mercantil – locação de lojas	25	–	–	5.609	1.826
Credores por recuperação judicial	31	1.136	508	10.384	71.854
Outras obrigações		26.564	1.072	32.689	11.576
Total do passivo circulante		29.519	11.316	213.849	263.671
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	–	–	223.861	417.568
Provisão para perda com investimento em controlada	10	554.874	152.743	–	–
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	62.160	50.881	247.148	152.833
Impostos e contribuições a recolher	16	–	–	865	1.164
Credores por recuperação judicial	31	2.596	2.425	187.559	183.251
Outras obrigações		–	–	5.030	6.391
Total do passivo não circulante		619.630	206.049	664.463	761.207
Patrimônio líquido					
Capital social	19.a)	301.976	282.999	301.976	282.999
Adiantamento para futuro aumento de capital	19.a)	–	12.738	–	12.738
Ações em tesouraria	19.b)	(233)	(233)	(233)	(233)
Plano de opção de ações	19.d)	5.329	5.329	5.329	5.329
Bônus de subscrição	19.a)	41.034	75	41.034	75
Ajustes de avaliação patrimonial	19.e)	11.279	11.279	11.279	11.279
Prejuízos acumulados		(904.459)	(484.864)	(904.459)	(484.864)
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		(545.074)	(172.677)	(545.074)	(172.677)
Participação de não controladores	19.g)	–	–	(45)	(12)
Total do patrimônio líquido		(545.074)	(172.677)	(545.119)	(172.689)
Total do passivo e patrimônio líquido		104.075	44.688	333.193	852.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional líquida	20	–	–	246.325	669.658
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	21	–	–	(170.234)	(470.179)
Lucro bruto		–	–	76.091	199.479
Despesas operacionais					
Vendas	21	–	–	(113.147)	(217.145)
Gerais e administrativas	21	(3.881)	(4.726)	(63.453)	(119.340)
Depreciações e amortizações		(59)	(146)	(43.197)	(77.759)
Equivalência patrimonial	10	(407.039)	(294.159)	–	–
Outras despesas operacionais	22	(1.397)	(137)	(277.245)	(356.072)
Outras receitas operacionais	23	–	20.927	38.530	67.556
		(412.376)	(278.241)	(458.512)	(702.760)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(412.376)	(278.241)	(382.421)	(503.281)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	1.456	6.034	4.504	296.615
Despesas financeiras	24	(1.162)	(974)	(34.198)	(66.539)
		294	5.060	(29.694)	230.076
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(412.082)	(273.181)	(412.115)	(273.205)
Imposto de renda e contribuição social					
Diferidos	8.b)	–	(11.486)	–	(11.486)
Prejuízo líquido das operações continuadas		(412.082)	(284.667)	(412.115)	(284.691)
Operações descontinuadas					
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)		(7.513)	(33.381)	(7.513)	(33.381)
Prejuízo líquido do exercício		(419.595)	(318.048)	(419.628)	(318.072)
Atribuível à:					
Participação controladora				(419.595)	(318.048)
Participação não controladora	19.g)			(33)	(24)
				(419.628)	(318.072)
Prejuízo básico por ação – R$					
ON	26			(8,05888)	(11,91814)
PN	26			(9,82886)	(11,91814)
Prejuízo diluído por ação – R$					
ON	26			(8,05888)	(11,91814)
PN	26			(9,82886)	(11,91814)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Prejuízo líquido do exercício		(419.595)	(318.048)	(419.628)	(318.072)
Resultado abrangente total		(419.595)	(318.048)	(419.628)	(318.072)
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores				(419.595)	(318.048)
Acionistas não controladores	19.g)			(33)	(24)
				(419.628)	(318.072)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Reserva para plano de opções de compra de ações	Bônus de subscrição	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Atribuível a proprietários da Controladora	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018		282.999	–	(233)	5.311	–	–	–	11.279	–	(178.456)	120.906	12	120.918
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	–	(318.048)	(318.048)	(24)	(318.072)
Plano de opções de compra de ações	19.d)	–	–	–	18	–	–	–	–	–	–	18	–	18
Bônus de subscrição		–	–	–	–	75	–	–	–	–	–	75	–	75
Proposta da Administração:														
Absorção do prejuízo do exercício com reservas de lucros		–	–	–	–	–	–	(11.634)	–	–	11.634	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	12.738	–	–	–	–	–	–	–	–	12.738	–	12.738
Transferência do passivo circulante e não circulante		–	–	–	–	–	–	11.634	–	–	–	11.634	–	11.634
Saldos em 31 de dezembro de 2019		282.999	12.738	(233)	5.329	75	–	–	11.279	–	(484.864)	(172.677)	(12)	(172.689)
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	–	(419.595)	(419.595)	(33)	(419.628)
Bônus de subscrição		–	–	–	–	42.182	–	–	–	–	–	42.182	–	42.182
Aumento de capital com reservas e bônus de subscrição		18.977	(12.738)	–	–	(1.223)	–	–	–	–	–	5.016	–	5.016
Saldos em 31 de dezembro de 2020		301.976	–	(233)	5.329	41.034	–	–	11.279	–	(904.459)	(545.074)	(45)	(545.119)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(412.082)	(273.181)	(412.115)	(273.205)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações (inclui valor apropriado ao custo)	11 e 12	60	147	46.049	83.219
Perda com créditos de liquidação duvidosa		(49)	–	250	(1.204)
Perda (reversão) com obsolescência de estoque	6	–	–	(29.486)	11.080
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável do imobilizado e intangível	11 e 12	(4.909)	–	179.404	51.505
Equivalência patrimonial	10	407.039	294.159	–	–
Realização de lucro na venda de intangível para controlada		–	(20.473)	–	–
Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e investimento	11 e 12	(32)	(10)	1.967	69.107
Encargos financeiros e variação monetária sobre saldos com empresas ligadas, financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		(941)	296	20.066	45.853
Plano de opções de compra de ações	19.d)	–	18	–	18
Outras provisões operacionais		11.221	41.752	95.669	(46.353)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	5	49	–	15.686	35.620
Estoques	6	–	–	86.364	61.245
Outros ativos operacionais		(895)	451	27.153	(611)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	15	625	3	25.358	79.386
Pagamento de juros por empréstimos e financiamentos	13	–	–	–	(3.129)
Outros passivos operacionais		26.427	(1.593)	(45.757)	(38.074)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais descontinuadas	29	(6.673)	(49.189)	(6.673)	(49.189)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		19.840	(7.620)	3.935	25.268
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	–	–	(2.294)	(10.303)
Recebimento por venda do ativo imobilizado	11 e 12	32	10	1.807	40
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		32	10	(487)	(10.263)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	2.738	–	2.738
Aumento de capital acionistas		5.017	–	5.017	–
Bonus de subscrição acionistas		42.182	75	42.182	75
Empréstimos obtidos para capital de giro e leasing financeiro	13	–	–	–	17.998
Operações de empréstimos com a controlada líquidos dos valores liquidados	9.a)	(69.553)	6.140	–	–
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	–	–	(42.508)	(111.275)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento – operações descontinuadas	29	–	500	–	500
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(22.354)	9.453	4.691	(89.964)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(2.482)	1.843	8.139	(74.959)
Demonstração da variação nos saldos de caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial	4	2.603	760	20.464	95.423
Saldo final	4	121	2.603	28.603	20.464
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(2.482)	1.843	8.139	(74.959)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

:: 1. Contexto Operacional

A Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial ("Controladora" ou "Companhia") é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão ("B3"), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. – Em Recuperação Judicial ("Varejo" ou "Controlada").

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros, artigos de papelaria e games. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede de 38 lojas. O Varejo opera ainda com produtos de tecnologia por meio do seu próprio marketplace, integrado ao e-commerce.

A Companhia e sua controlada estão em processo de recuperação judicial, homologado em 4 de setembro de 2019. Em 3 de julho de 2020, submeteu o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Plano Aditivo) à aprovação da Assembleia Geral de Credores e à homologação judicial, que foi aprovado em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021(Nota explicativa 31).

Em paralelo, a Companhia continua com a implementação do Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração, alinhado às pretensões do Plano Aditivo, que tem por objetivo uma mudança estrutural de processos em todos os níveis de atividades da Companhia e sua controlada, por meio da inserção de uma cultura de restituração e está baseado nos seguintes projetos em curso de implementação:

- Nova gestão de abastecimento
- Full e-commerce
- Otimização do Back-office
- Reestruturação do parque de lojas

Os projetos contribuirão para tornar a Companhia mais enxuta e eficiente sem comprometer a operação.

A Administração da Companhia e sua controlada acompanha atentamente a todos os desdobramentos relacionados à Covid-19, observando as orientações das autoridades Governamentais. Entre as medidas adotadas, foi estabelecido um canal de comunicação por meio de um Comitê interno, que avalia e trata tempestivamente, os impactos na operação e determina as medidas necessárias ao enfrentamento da pandemia.

O plano de contingência para enfrentar os impactos da Covid-19 está focado em cinco pilares principais: (i) tomar medidas preventivas, (ii) estimular e intensificar as vendas pelo e-commerce; que não foram paralisadas e honram todos seus comprimissos com seus clientes; (iii) estruturar planos de ação e contingência; (iv) monitorar a evolução diária dos casos de infecção pelo Coronavirus e as recomendações dos órgãos governamentais e associações de varejo; (v) utilizar as medidas disponíveis para redução do impacto na Caixa da Companhia. .

Mesmo diante da intensificação das operações por meio do e-commerce, o fechamento temporário das lojas físicas, adotado para preservar a integridade de colaboradores, clientes e fornecedores, em respeito às normas de restrição regionais impostas pelas legislações locais, impactou significativamente a operação do Varejo exigindo da Administração, atenção para lidar com os eventos econômicos que pudessem afetar o continuidade operacional da Companhia e sua controlada e uma revisão das estimativas contábeis relacionadas, principalmente, com o valor recuperável dos ativos do Varejo (Nota explicativa nº 11).

A manutenção das atuais medidas de restrição, deverão trazer novos impactos que ainda serão dimensionados pela Administração.

A Administração está mobilizada para a realização dos ajustes necessários para assegurar o sucesso do Plano de Ação, mesmo diante das restrições impostas pela pandemia, procurando adaptar-se rapidamente às alterações de cenários e confia na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída e, assim, mantém seu otimismo acerca da sua capacidade de recuperação e manutenção da atividade operacional.

:: 2. Base de Preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

2.1. *Declaração de conformidade*

As demonstrações contábeis compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Controladora e do Varejo ("Companhia").

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2021 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2020.

2.2. *Base de mensuração*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. *Moeda funcional e de apresentação*

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R$).

2.4. *Principais fontes de julgamento e estimativas*

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
b) Perdas com obsolescência de estoques – nota explicativa nº 6
c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 8
d) Redução aos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 7, 11 e 12
e) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 14
f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 18
g) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – nota explicativa nº 27

:: 3. Principais Políticas Contábeis

As políticas a seguir são adotadas pela Controladora e pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis de empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle deixa de existir.

Controlada

As políticas financeiras, operacionais e contábeis do Varejo são controladas e ajustadas pela Administração da Controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial e na preparação das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas demonstrações contábeis do Varejo encerradas na mesma data-base.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e o Varejo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com o Varejo registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não exista evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Operação descontinuada e ativos não circulantes mantidos para venda

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão apresentados como ativos mantidos para a venda o terreno e a edificação da unidade operacional de Guarulhos da Controladora, pelo montante de R$21.427, equivalentes ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo diminuído das despesas de venda. A venda desses ativos, ocorrida em 20 de abril de 2020, foi considerada não usual, nos termos do Acórdão publicado em 4 de novembro de 2020 pela 1ª Câmara Reservada de Direito, que determinou a realização de nova oferta de venda.

O resultado das operações descontinuadas apresentado no exercício compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Alica S.A. em 2015.

c) Receitas operacionais

As principais receitas estão relacionadas às atividades do Varejo e correspondem a venda de mercadorias e serviços.

A receita é reconhecida pelo valor que reflete a contrapartida que se espera ter o direito em troca da transferência de mercadorias e/ou serviços para o cliente e sua contabilização é determinada de acordo com o modelo de 5 etapas estabelecido pelo CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

As vendas que resultam na concessão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo ("Saraiva Plus") são contabilizadas como receita diferida pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas, ajustado pela média da margem de venda. O reconhecimento da receita diferida no resultado é realizado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e/ou por expiração do direito de uso dos pontos.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

e) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou o Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Geração do valor adicionado					
Vendas de mercadorias e serviços		–	–	254.145	698.104
Perda com créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões		49	–	(250)	(1.204)
Outras receitas operacionais		32	20.939	39.643	67.597
		81	20.939	293.538	764.497
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos		–	–	(172.621)	(485.843)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(8.824)	(2.034)	(188.580)	(462.391)
Outras despesas operacionais		4.909	–	(183.178)	(86.857)
Valor adicionado bruto gerado		(3.834)	18.905	(250.841)	(270.594)
Retenções					
Depreciações e amortizações	11 e 12	(59)	(148)	(46.048)	(83.220)
Resultado das operações descontinuadas		(7.513)	(33.380)	(7.513)	(33.380)
Valor adicionado líquido gerado		(11.406)	(14.623)	(304.402)	(387.194)
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	10	(407.039)	(294.159)	–	–
Receitas financeiras	24	1.456	6.076	4.504	299.929
		(405.583)	(288.083)	4.504	299.929
Valor adicionado total a distribuir		(416.989)	(302.706)	(299.898)	(87.265)
Distribuição do valor adicionado					
Empregados – pessoal e encargos sociais		1.296	2.144	69.347	123.503
Governo – impostos, taxas e contribuições		198	12.297	14.715	35.057
Credores financeiros – despesas financeiras, excluindo o IOF		1.112	901	33.468	68.896
Locatários – aluguéis		–	–	2.200	3.351
Acionistas – absorção de prejuízos		(419.595)	(318.048)	(419.595)	(318.048)
Participação não controladora	19.g)	–	–	(33)	(24)
		(416.989)	(302.706)	(299.898)	(87.265)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros não derivativos dessa categoria de instrumentos financeiros são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, esses ativos são mantidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos possuem liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

iii) Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de taxa efetiva de juros.

f) Contas a receber de clientes e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As perdas esperadas para os títulos a receber, vencidos e a vencer e recebíveis de cartão de crédito são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, o histórico de perdas.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g) Estoques de mercadorias para revenda

Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de perdas com obsolescência para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

As perdas com obsolescência do estoque de mercadorias para revenda do Varejo são estimadas e reconhecidas para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos e para os itens que não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração de acordo com critérios estabelecidos na política interna para obsolescência de estoques.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora. O lucro não realizado decorrente das operações comerciais da Controladora com o Varejo é eliminado por meio de equivalência patrimonial (Nota explicativa nº10).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas para redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 11). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Controladora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 11).

Os encargos financeiros dos empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

A partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2) (Nota explicativa nº13). Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, assim reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada (nota explicativa nº 12).

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos. A amortização é linear, pelo prazo de locação e não se aplica ao valor residual, quando existente.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa, quando realizadas são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

k) Avaliação do valor recuperável dos ativos

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

continua ...

Saraiva

Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26 – Companhia Aberta

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável incluí:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Controladora e a empresa controlada em condições que a Controladora e a empresa controlada não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Controladora e o Varejo consideram evidência de perda de valor de ativos, mensurados pelo custo amortizado, tanto individualmente como em conjunto. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados para identificar a perda por redução ao valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentaram perda de valor é realizada, então, a avaliação conjunta para identificação de qualquer perda, ainda não identificada na avaliação individual. Para os ativos que não são individualmente significativos, a avaliação é realizada em conjunto com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável para o conjunto de ativos, a Controladora e o Varejo utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre as as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Controladora e o Varejo consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda estimada, tal redução é revertida por meio do resultado.

Investida contabilizada pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Controladora e do Varejo, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de encerramento de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil ajustado ao valor recuperável, se aplicável. No caso dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente, independentemente de indicação de perda.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos necessários para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente com uso de uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável dos ativos são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

n) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou constritiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Controladora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 18.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

o) Arrendamento mercantil

A partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2) (Nota explicativa nº 13).

p) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

• Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis, e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício.

• Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias apuradas pelo Varejo, e sobre diferenças temporárias da Controladora. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, de prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

q) Receita diferida – programa de fidelização de clientes

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica "receita diferida – programa de fidelização" pelo valor dos pontos acumulados, ajustado pela média da margem de venda. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização pelos clientes do seu direito de uso dos créditos – Bônus, assim como, pela efetiva expiração do Bônus.

O valor de cada ponto é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao Bônus e ajustado pela média do custo da mercadoria vendida. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 16 de junho de 2017, os pontos conquistados por meio das compras têm validade de 12 meses e a cada 500 pontos o cliente adquire o direito ao Bônus e recebe um vouchet no valor de R$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras realizadas de qualquer produto nas lojas e no comércio eletrônico do Varejo.

r) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se houver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e ainda, se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

s) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Controladora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga e registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido. (Nota explicativa nº 19 e).

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Controladora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "dividendos e juros sobre o capital próprio" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Controladora. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica "dividendos adicionais propostos".

u) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 26.

v) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e impostos a recuperar; e juros passivos e variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos e impostos a recolher. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as variações monetárias e cambiais, de acordo com as taxas vigentes nas datas de encerramento do exercício.

w) Informação por segmento

Os resultados por segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. O único segmento em operação é o denominado Varejo.

x) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar as demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

y) Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC

Normas e emendas que estão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020:

• EMENDAS CPC 26/IAS 1 E CPC 23/IAS 8 – DEFINIÇÃO DE MATERIALIDADE – As emendas vigentes a partir de 1 de janeiro de 2020 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. A Administração entende que ao observar orientação técnica OCPC 7, não há outros impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia e de sua Controlada trazidos pelas emendas.

• EMENDA IFRS 16 E DELIBERAÇÃO CVM Nº 859/2020 – Em maio de 2020, o IABS aprovou uma emenda à norma IFRS 16, que estabelece procedimentos para o registro contábil da concessão de benefícios ao arrendatário, durante o período impactado pela pandemia do Covid-19 , facultando a opção de não tratar o benefício como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Normas e emendas que estão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020, não aplicáveis às operações da Companhia e do Varejo:

• EMENDAS CPC 38, CPC 40 (R1) E CPC 48 – Reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021.

As novas normas e interpretações ainda não efetivas: Contratos Onerosos: custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); – Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16). – Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). – Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3). – Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1), não foram adotadas pela Companhia e não são esperados impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

:: 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos – conta movimento	121	2.603	28.603	20.464

:: 5. Contas a Receber de Clientes

	Consolidado	
	2020	2019
Títulos a receber	3.988	7.794
Recebíveis de cartão de crédito e débito	3.736	15.846
	7.724	23.640
Perda esperada	(391)	(311)
	7.333	23.329

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo ("títulos a receber") é de 18 dias (27 dias em 31 de dezembro de 2019). As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: Rede, Paypal, e Edenred Ticket. A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente (Nota explicativa 3f).

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Composição dos saldos por vencimento:

	Consolidado	
	2020	2019
A vencer	4.240	22.388
Vencidos:		
Até 60 dias	836	802
De 61 a 90 dias	368	34
De 91 a 180 dias	1.886	12
Acima de 180 dias	394	344
	7.724	23.580

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em sua maior parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões utilizam como base para sua estimativa as vendas realizadas e o histórico de perdas e são ajustadas pelo recebimento dos créditos. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

O valor consolidado das perdas registradas no resultado do exercício são respectivamente: R$299 e R$1.204 para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

:: 6. Estoques

	Consolidado	
	2020	2019
Mercadorias para revenda	51.245	135.691
(-) Perda com obsolescência	(5.596)	(35.082)
Materiais de embalagem e consumo	1.917	1.917
	45.649	102.526

Mercadorias recebidas em consignação

O Varejo possui volume expressivo de mercadorias recebidas em consignação da categoria Livros, equivalentes a R$41.961 (R$117.007 em 31 de dezembro de 2019). O estoque consignado é registrado em rubrica específica de controle para apropriação do custo das mercadorias vendidas e dos montantes a pagar sob essa forma contratual, de tal modo que os estoques apresentados nas demonstrações contábeis refletam apenas as mercadorias adquiridas por compra firme. O custo das vendas de mercadorias e apropriação do montante pago cada unidade vendida, na data da venda, indistintamente se as mercadorias foram recebidas em consignação ou adquiridas em compra firme.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R$62.178. No período entre 1 de janeiro de 2021 e a data de conclusão das demonstrações contábeis, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R$2.

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência nas operações do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência de estoques, adotada pela Companhia. A reversão apresentada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 se deve às iniciativas da Administração, iniciadas em 2019, para o escoamento do estoque obsoleto.

:: 7. Impostos e Contribuições a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (i)	1.687	1.730	7.681	88.504
Programa de Integração Social – PIS (i)	25	32	1.598	16.893
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (ii)	2.033	2.700	7.706	15.054
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (iii)	1.968	1.932	4.716	10.804
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS a recuperar (i)	–	–	55.656	79.312
Outros	179	179	531	200
	5.892	6.573	77.888	210.867
Ativo circulante	179	179	33.309	44.175
Ativo não circulante	5.713	6.394	44.579	166.652
	5.892	6.573	77.888	210.867

(i) ICMS e ICMS por substituição tributária (ICMS ST) das operações comerciais e de abastecimento do Varejo, no montante de R$55.656 de ICMS (R$79.312, sendo R$66.344 de ICMS e R$12.968 de ICMS ST em 31 de dezembro de 2019), líquidos de provisão para perda do valor realizável no montante de R$45.777 (R$25.725 em 2019). Estão em curso, medidas administrativas endereçadas à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, onde estão centralizadas as operações de abastecimento do Varejo, com o propósito de recuperação de créditos acumulados de ICMS por meio do sistema e-CredAc – custeio, nos termos da legislação vigente no RICMS-SP, da ordem de R$54.700, líquidos de perda ao valor de realização de R$9.655, dos saldos o Varejo estima realizar a totalidade via processo administrativo. Em 17 de março de 2021, a Companhia foi formalmente notificada sobre o deferimento do processo administrativo, resultando um crédito de ICMS no montante de R$65.023 (Nota explicativa 32).

(ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R$7.568 (R$103.635 em 31 de dezembro de 2019), líquidos de perda ao valor de realização de R$151.987 (R$97.757 em 31 de dezembro de 2019), apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 a 2019, não compensados até a data de encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições.

Inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

O Varejo obteve o trânsito em julgado entre dezembro de 2018 e setembro de 2020 em quatro ações judiciais que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, objeto de julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral – RE 574.706/PR, que decidiu que o ICMS não compõe o faturamento ou receita bruta das empresas e, portanto, deve ser excluído da base de cálculo das referidas contribuições. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, houve revisão da estimativa dos montantes a recuperar. O montante do crédito constituído e estimado de realização para todas as ações é de R$5.688 (R$15.216 em 31 de dezembro de 2019), líquidos de perda ao valor de realização de R$8.532 (R$35.503 em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Representado por créditos resultantes das apurações anuais do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, recolhidos pelo regime de estimativa.

A Administração estimou perda na realização de créditos tributários no montante de R$111.088 (106.163 em 31 de dezembro de 2019).

:: 8. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Impostos de renda e contribuição social diferidos

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

Os créditos fiscais originados do imposto de renda – IR e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL do Varejo foram reconhecidos por não existir histórico de lucro tributável, ou evidências de lucros tributáveis no futuro, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(412.082)	(273.181)	(412.115)	(273.205)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	140.108	92.882	140.119	92.890
Adições permanentes – despesas não dedutíveis	(11)	6.954	(13.992)	(1.747)
Exclusões permanentes	–	–	–	–
Equivalência patrimonial	(138.393)	(100.014)	–	–
Créditos fiscais não registrados	(1.704)	(11.308)	(126.127)	(102.629)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:	–	(11.486)	–	(11.486)
Diferidos	–	(11.486)	–	(11.486)

:: 9. Partes Relacionadas

a) Transações comerciais e empréstimos de mutuo

As partes relacionadas da Controladora são:

• Varejo – empresa controlada

• Instituto Jorge Saraiva – outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações de doações; reembolso de despesas da controlada; e empréstimo de mútuo.

O Instituto Jorge Saraiva encerrou suas atividades em março de 2020. As doações realizadas em espécie foram destinadas às ações sociais e comunitárias da comunidade local. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não foram realizadas doações (R$596 em 21 de dezembro de 2019).

Empréstimos de mútuo obtidos com a Controlada:

	2020	2019
Saldos no início do exercício	8.619	2.183
Empréstimos obtidos	1.500	6.709
Pagamentos efetuados	(10.151)	(569)
Despesas financeiras	32	296
Saldos no fim do exercício	–	8.619

Empréstimos de mútuo concedidos para a Controlada:

	2020
Saldos no início do exercício	–
Empréstimos concedidos líquidos dos recebimentos	69.701
Pagamentos efetuados	(8.787)
Receitas financeiras	973
Saldos no fim do período	61.887

b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Pró-labore do conselho de administração	926	1.349	1.004	1.493
Pró-labore da diretoria	15	24	544	1.330
Subtotal	941	1.373	1.548	2.823
Remuneração baseada em ações	–	18	–	18
Outras remunerações	230	349	406	787
	1.171	1.740	1.954	3.628

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer a montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

:: 10. Investimentos

Participação no Varejo e suas principais informações:

	2020	2019
Quantidade de ações do capital social – milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas – milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	100,00%	100,00%
Capital social	515.123	515.123
Patrimônio líquido	(554.919)	(147.849)
Reversão de provisão para impairment pela baixa do ativo	–	(4.909)
Total	(554.919)	(152.758)
Provisão para perda com investimento	(554.874)	(152.743)

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

	Controladora	
	2020	2019
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Resultado do exercício	(407.072)	(294.183)
Equivalência patrimonial	(407.039)	(294.159)

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	–	120.943
Participação no resultado do Varejo	(407.039)	(294.159)
Lucro não realizado em operação de venda do intangível para Varejo	–	20.473
Parcela excedente do saldo contábil da participação transferida para o passivo a descoberto	407.039	152.743
Saldo no fim do exercício	–	–

Principais informações do Varejo:

	2020	2019
Ativo total	291.051	821.038
Passivo circulante e não circulante	845.970	968.884
Patrimônio líquido	(554.919)	(147.846)

	2020	2019
Receita operacional líquida	246.325	669.658
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(170.234)	(470.179)
Lucro bruto	76.091	199.479
Despesas operacionais	(172.719)	(331.759)
Depreciações	(43.138)	(77.613)
Outras	(237.318)	(309.306)
Resultado operacional	(377.084)	(518.199)
Resultado antes dos impostos	(29.998)	(225.016)
Resultado antes dos impostos	(407.072)	(294.183)
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo líquido	(407.072)	(294.183)

:: 11. Imobilizado

	Controladora							
		2020			2019			
	Taxa anual de depreciação – %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	676	(676)	–	783	(782)	1
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.359)	131	2.490	(2.310)	180
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.399)	22	5.421	(5.390)	31
Equipamentos de informática	20	12.387	(12.387)	–	12.387	(12.386)	1
		20.977	(20.824)	153	21.081	(20.868)	213

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil- econômica dos bens, dos dois o menor.

	Consolidado						
		2020			2019		
	Taxa anual de depreciação – %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	1.082	(1.079)	3	6.445	(4.185)	2.260
Móveis, utensílios e instalações	10	28.599	(24.727)	3.872	73.407	(59.802)	13.605
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	70.306	(63.837)	6.469	152.422	(139.014)	13.408
Equipamentos de informática	20	33.564	(31.824)	1.740	69.182	(61.014)	8.168
Direito de Uso em Arrendamento	(*)	137.285	(35.753)	101.532	353.771	(44.981)	308.790
Imobilizado em andamento	–	–	–	–	59	–	59
		270.834	(157.220)	113.614	655.286	(308.996)	346.290

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil- econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica "Imobilizado" foram as seguintes:

	Controladora				
	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
Custo:					
Máquinas e equipamentos	783	–	(104)	–	679
Móveis, utensílios e instalações	2.490	–	–	–	2.490
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.421	–	–	–	5.421
Equipamentos de informática	12.387	–	–	–	12.387
Total do custo	21.081	–	(104)	–	20.977
Depreciação acumulada:					
Máquinas e equipamentos	(782)	(1)	104	–	(679)
Móveis, utensílios e instalações	(2.310)	(49)	–	–	(2.359)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(5.390)	(9)	–	–	(5.399)
Equipamentos de informática	(12.386)	(1)	–	–	(12.387)
Total da depreciação	(20.868)	(60)	104	–	(20.824)
Valor líquido	213	(60)	–	–	153

	Consolidado					
	2019	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável	2020
Custo:						
Máquinas e equipamentos	6.445	–	(255)	–	(5.110)	1.080
Móveis, utensílios e instalações	73.407	3	(10.593)	–	(34.218)	28.599
Benfeitorias em imóveis de terceiros	152.422	1.556	(19.766)	668	(64.574)	70.306
Equipamentos de informática	69.182	17	(9.552)	–	(26.083)	33.564
Direito de uso em arrendamento	353.771	20.508	(94.059)	–	(142.935)	137.285
Imobilizado em andamento	59	609	–	(668)	–	–
Total do custo	655.286	22.693	(134.825)	–	(272.920)	270.834
Depreciação acumulada:						
Máquinas e equipamentos	(4.185)	(124)	255	–	2.975	(1.079)
Móveis, utensílios e instalações	(59.802)	(2.094)	9.284	–	27.885	(24.727)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(139.014)	(3.796)	18.646	–	60.327	(63.837)
Equipamentos de informática	(61.014)	(2.532)	8.207	–	23.515	(31.824)
Direito de uso em arrendamento	(44.981)	(31.352)	16.331	–	24.249	(35.753)
Total da depreciação	(308.996)	(39.898)	52.723	–	138.951	(157.220)
Valor líquido	346.290	(17.205)	(82.102)	–	(133.969)	113.614

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. A Administração realizou a revisão das estimativas contábeis utilizadas para determinar o valor recuperável dos ativos relacionados às lojas da rede, temporariamente fechadas em observância as orientações governamentais por conta da Covid-19. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi estimada perda por redução ao valor recuperável para os ativos do Varejo, no montante de R$6.042, líquidos da remensuração do passivo de arrendamento no montante de R$127.327(R$1.271 no exercício encerrado em 31 de dezembro 2019).

:: 12. Intangível

	Controladora					
		2019			2020	
	Taxa anual de amortização – %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	20	710	(710)	–	710	(710)	–

	Consolidado					
		2020			2019	
	Taxa anual de amortização – %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Cessão comercial	20	10.085	(10.085)	–	20.858	(20.858)	–
Software	20	88.738	(88.738)	–	158.100	(89.848)	68.252
Marcas e patentes	–	–	–	–	63	–	63
		98.823	(98.823)	–	179.021	(110.706)	68.315

As alterações registradas na rubrica "Intangível" foram as seguintes:

	Controladora			
	2019	Adições	Baixas	2020
Custo:				
Software	710	–	–	710
Amortização acumulada:				
Software	(710)	–	–	(710)
Valor líquido	–	–	–	–

	Consolidado				
	2019	Adições	Baixas	Perda por redução ao valor recuperável	2020
Custo:					
Cessão comercial	20.858	–	(5.830)	(4.943)	10.085
Software	158.100	109	(258)	(69.213)	88.738
Marcas e patentes	63	–	–	(63)	–
Total do custo	179.021	109	(6.088)	(74.219)	98.823
Amortização acumulada:					
Cessão comercial	(20.858)	–	5.830	4.943	(10.085)
Software	(89.848)	(6.151)	258	7.003	(88.738)
Total da amortização	(110.706)	(6.151)	6.088	11.946	(98.823)
Valor líquido	68.315	(6.042)	–	(62.273)	–

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas para o intangível do Varejo, no montante de R$67.182 (R$50.234 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019), líquidos de reversão de provisão para impairment no intangível da Editora de R$4.909.

:: 13. Empréstimos e Financiamentos

	Consolidado	
	2020	2019
Empréstimos e financiamentos		
Em moeda nacional:		
Empréstimos para capital de giro	156.020	150.304
Arrendamento financeiro	6.998	6.567
	163.018	156.871
Financiamento por arrendamento		
Em moeda nacional:		
Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2)	113.659	327.042
	276.677	483.913
Passivo circulante	52.816	66.345
Passivo não circulante	223.861	417.568
	276.677	483.913

Empréstimos contratados

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Abr/2025

Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26 – Companhia Aberta

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Passivo de arrendamento	
Saldo inicial – 31/12/2019	327.042
Juros incorridos	6.064
Pagamentos realizados	(34.301)
Adições/baixas	(57.820)
Remensuração do passivo de arrendamento	(127.326)
Saldos em 31/12/2020	113.659

As informações sobre as despesas variáveis com arrendamentos mercantis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento da Companhia e do Varejo, estão apresentadas na nota explicativa nº 25.

:: 14. Receita Diferida – Programa de Fidelização

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras. A cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras o cliente recebe um voucher de R$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 31 de dezembro de 2020, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R$997 (R$3.379 em 31 de dezembro de 2019).

:: 15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedor – nacional	1.254	629	104.148	93.266
Fornecedor – exterior	–	–	246	17
	1.254	629	104.394	93.283

Composição dos saldos por vencimento:

	Consolidado	
	2020	2019
A vencer	22.361	74.745
Vencidos:		
Até 60 dias	5.079	15.783
De 61 a 90 dias	1.636	206
De 91 a 180 dias	15.720	8
Acima de 180 dias	59.598	2.541
	104.394	93.283

:: 16. Impostos e Contribuições a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	–	–	92	780
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	131	72	386	778
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	33	14	101	681
Imposto sobre Serviços – ISS	–	–	17	50
Parcelamento de tributos – Estaduais (a)	–	–	1.368	1.616
Outros	1	–	91	57
	165	86	2.055	3.962
Passivo circulante	165	86	1.190	2.798
Passivo não circulante	–	–	865	1.164
	165	86	2.055	3.962

(a) Parcelamentos ordinários instruídos, nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$497 (R$549 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019).

:: 17. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora			
	2019	Despesa	Pagamento	2020
Férias	231	19	(1)	249
Salários a pagar	55	–	(6)	49
FGTS a recolher	19	4	(3)	20
INSS a recolher	97	199	(214)	82
	402	222	(224)	400

	Consolidado			
	2019	Despesa	Pagamento	2020
Férias	5.136	3.859	(6.631)	2.364
13º salário	–	3.037	(3.037)	–
Salários a pagar	2.011	29.481	(29.589)	1.903
FGTS a recolher	912	8.126	(8.699)	339
INSS a recolher	4.551	8.004	(11.391)	1.164
	12.610	52.507	(59.347)	5.770

:: 18. Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

Composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

	Controladora		
		Constituição/ (Reversão)	
	2019		2020
Contingências tributárias (a)	47.218	9.901	57.119
Contingências trabalhistas	3.007	1.339	4.346
Contingências cíveis	656	39	695
	50.881	11.279	62.160

	Consolidado		
		Constituição/ (Reversão)	
	2019		2020
Contingências tributárias (a)	137.205	84.374	221.579
Contingências trabalhistas	7.549	1.117	8.666
Contingências cíveis	4.854	8.630	13.484
ICMS – Auto de infração (b)	1.063	10	1.073
PIS/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	2.162	184	2.346
	152.833	94.315	247.148

(a) Inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada como provável pelos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo, sendo as mais relevantes:

i. Processos administrativos do Varejo, no montante estimado e provisionado de R$42.962, relacionado a manifestação de inconformidade para despacho decisório que indeferiu Pedidos de Restituição/Compensação de créditos de PIS e COFINS para os períodos base de 2013 a 2015, cuja perda no âmbito administrativo é considerada provável pelos assessores jurídicos do Varejo. O montante provisionado corresponde a parcela utilizada para o pagamento de impostos administrados pela Receita Federal do Brasil. A parcela correspondente aos Pedidos de Restituição/Compensação não utilizada no montante de R$62.254 de créditos restituíveis, registrada no ativo não circulante foi estimada como perda por redução ao valor de recuperação (Nota explicativa nº 7);

ii. Constituição de provisão no montante de R$65.684, relacionada a apropriação de créditos das contribuições PIS/COFINS sobre despesas operacionais consideradas essênciais à atividade do Varejo;

iii. Ações judiciais da Controladora e do Varejo, que discutem com o Banco do Brasil a atualização monetária dos depósitos judiciais requeridos pela RFB, no montante estimado de R$59.051 para garantir ações judiciais que discutiram a majoração da alíquota da COFINS, cujo trânsito em julgado, resultou em favor da RFB;

iv. Mandados de segurança instruídos para assegurar o direito ao desembaraço aduaneiro do e-reader do Varejo sem o recolhimento dos tributos federais, o montante de R$9.975;

v. Autos de infração e imposição de multas para a Controladora, no montante de R$15.006, envolvendo contribuições previdenciárias;

vi. Autos de infração e imposição de multa para o Varejo, no montante de R$17.766.

(b) Provisão correspondente ao valor de principal e multa para discussão judicial em curso para anulação de autos de infração lavrados em 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo.

Depósitos judiciais

	Controladora		
		Acréscimo/ (Baixa)	
	2019		2020
PIS/COFINS (a)	996	8	1.004
Processos administrativos – compensação de tributos	6.066	–	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	3.578	145	3.723
Processos judiciais trabalhistas	889	(265)	624
	11.529	(112)	11.417

	Consolidado		
		Acréscimo/ (Baixa)	
	2019		2020
PIS/COFINS (a)	996	8	1.004
Processos administrativos – compensação de tributos	6.066	–	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	23.805	(7.784)	16.021
Processos judiciais trabalhistas	3.148	167	3.315
	34.015	(7.609)	26.406

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.

(b) Inclui o montante de R$8.706 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R$482.206, sendo R$248.120 para a Controladora e R$234.086 para o Varejo (R$489.719 em 31 de dezembro de 2019, sendo R$245.307 para a Controladora e R$244.412 para o Varejo).

Composição dos principais passivos com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

Natureza dos Processos	Objeto	2020	2019
Tributária	Autos de infração, processos administrativos de impugnação ações judiciais	435.666	427.490
Cível	Ações renovatórias e outros processos com objetos variados	35.920	51.558
Trabalhista	Ações relacionadas a responsabilidade subsidiária ou reconhecimento de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	10.620	10.671
Total		**482.206**	**489.719**

:: 19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2020, re-ratificada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2020, foi deliberada (i) a homologação parcial do aumento de capital deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de novembro de 2019, com a emissão de 12.244.309 novas ações (8.998.528 ações ordinárias e 3.245.781 ações preferenciais), correspondentes ao montante de R$17.754, passando o capital social da Companhia de R$282.999 para R$300.753, e (ii) uma nova emissão de bônus de subscrição da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, conforme disposto no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia e em complemento à emissão de bônus de subscrição deliberada pelo CA em 03/11/2019.

Em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 26/06/20, 31/07/20, 28/08/20, 05/10/20 e 11/12/20, foram deliberados aumentos de capital por meio do exercício de bônus de subscrição, com emissão de 24.161.925 novas ações (4.832.385 ações ordinárias e 19.329.540 ações preferenciais), correspondentes ao montante de R$1.223, passando o capital social da Companhia de R$300.753 para R$301.976.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Controladora, no montante de R$301.976 (R$282.999 em 31 de dezembro de 2019), está representado por 63.410.194 ações, sendo 23.513.669 ordinárias e 39.896.525 preferenciais (26.701.745 ações em 31 de dezembro de 2019, sendo 9.622.313 e 17.079.432, respectivamente) sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3.

A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto. Em 31 de outubro de 2019 foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital autorizado da Companhia, que passou para o limite de até 66.000.000 (sessenta e seis milhões) de ações; e a inclusão de regra estatutária conferindo poderes ao Conselho de Administração da Companhia para, dentro do limite do capital autorizado, emitir bônus de subscrição.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

• Direito de voto nestes, na forma do estatuto;

• Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.

• Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.

• Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Bônus de subscrição

Nos termos da cláusula 11.6 do Plano de Recuperação Judicial Original, homologado em 4 de setembro de 2019, os credores da Subclasse Credores Fornecedores Incentivadores, que assim optarem no Termo Credor Incentivador – cláusula 11.2.1, do referido plano, farão jus ao recebimento de Bônus de Subscrição que conferirá aos seus titulares o direito de adquirir determinada quantidade de ações representativas do capital social da Companhia, sendo que quaisquer recursos recebidos pela Companhia em decorrência da emissão ou exercício dos Bônus de Subscrição, inclusive em caso do exercício do direito de preferência pelos acionistas, deverão ser integral e prioritariamente destinados à amortização extraordinária da dívida com os Credores Fornecedores Incentivadores.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram emitidos e utilizados para amortização da dívida 5.816.587 bônus, correspondentes a 29.082.935 ações (5.816.587 ações ordinárias e 23.266.348 ações preferenciais), equivalentes ao montante de R$54.835.

c) Ações em tesouraria – Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R$233, com valor de mercado de R$18 (R$1,14 por ação – cotação em 30 de dezembro de 2020).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos" dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

Em 28 de outubro de 2018, a Companhia comunicou aos seus acionistas que o pagamento dos dividendos declarados pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, no montante de R$5.817, será realizado nos termos do PRJ aprovado em 28 de agosto e homologado em 4 de setembro de 2019 para realizado. O saldo remanescente, no montante de R$11.634, atualizado no cronograma de distribuição divulgado por meio de Fato Relevante publicado em 2 de agosto de 2017, que permaneceu em aberto em decorrência da situação econômico-financeira da Companhia, conforme Fato Relevante publicado em 28 de março de 2019, será reclassificado para reserva especial, cuja poderá absorver prejuízos acumulados do exercício corrente, nos termos previstos na Lei 6.404/76.

e) Plano de opção de compra de ações da Controladora

Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Controladora e do Varejo. No período entre 13 de maio e 13 de setembro de 2019, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (5ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de R$11.279, líquido dos impostos diferidos de R$5.810, representa o valor atribuído ao ativo imobilizado "Terrenos" da Controladora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído ("deemed cost"), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

g) Participação de não controladores:

	2020	2019
Saldos no início do exercício	(12)	12
Participação no resultado do exercício	(33)	(24)
Saldos no fim do exercício	(45)	(12)

:: 20. Receita Operacional Líquida

	Consolidado	
	2020	2019
Receita operacional líquida:		
Venda de mercadorias e serviços	256.353	710.060
(-) Impostos incidentes	(7.820)	(28.446)
(-) Devoluções	(4.590)	(12.898)
(-) Diferimento da receita – Saraiva Plus	2.382	942
	246.325	669.658

:: 21. Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercadorias	–	–	(170.234)	(470.179)
Despesa com pessoal e encargos	(161)	(948)	(75.410)	(138.095)
Honorários dos administradores	(941)	(1.373)	(1.548)	(2.823)
Propaganda e publicidade	–	–	(5.743)	(21.054)
Arrendamento mercantil – parcela variável	–	–	(1.043)	(2.163)
Publicações legais	(245)	(208)	(364)	(314)
Condomínio e fundos de promoção	–	–	(13.436)	(28.533)
Fretes e embalagens	–	–	(16.013)	(33.214)
Manutenção de instalações, máquinas e equipamentos	(14)	–	(10.988)	(22.652)
Serviços de informática	–	–	(8.743)	(10.374)
Consultoria e assessoria	–	–	(4.295)	(13.027)
Viagens e estadias	–	–	(142)	(474)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	–	–	(4.443)	(9.681)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	–	–	(299)	(1.204)
Outras	(2.520)	(2.197)	(34.133)	(52.877)
	(3.881)	(4.726)	(346.834)	(806.664)
Classificadas como:				
Custo das mercadorias				
Custo dos serviços	–	–	(170.234)	(470.179)
Despesas com vendas	–	–	(113.147)	(217.145)
Despesas gerais e administrativas	(3.881)	(4.726)	(63.453)	(119.340)
	(3.881)	(4.726)	(346.834)	(806.664)

:: 22. Outras Despesas Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado, intangível e ágio	32	10	(1.967)	(69.107)
Perda por redução ao valor recuperável – ativo imobilizado, intangível e impostos a recuperar	4.909	–	(179.404)	(157.658)
Baixa de créditos tributários	–	–	(1.48)	(10.109)
Baixa de créditos com fornecedores	–	–	(615)	(567)
Baixa de depósitos judiciais	–	–	–	(1.217)
PIS/COFINS s/ outras receitas operacionais e financeiras	(57)	(27)	(5.296)	(2.208)
Cartão "private label"	–	–	(267)	(1.537)
Provisão para contingências	(6.252)	–	(89.296)	(88.740)
Ajustes do plano de recuperação judicial	–	(77)	(221)	(17.222)
Parcelamento tributos estaduais	–	–	–	(1.057)
Outras despesas operacionais	(29)	(43)	(231)	(6.650)
	(1.397)	(137)	(277.245)	(356.072)

:: 23. Outras Receitas Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	–	–	15.698	12.147
Venda de saldos – mercadorias obsoletas	–	–	850	–
Baixa de lucro não realizado na operação de venda do intangível para o Varejo	–	20.473	–	–
Constituição de crédito tributário de ação judicial transitada em julgado	–	–	–	50.719
Despesas recuperadas	–	267	5.432	2.627
Ganho na baixa da dívida por meio de bônus de subscrição	–	–	14.822	–
Outras receitas operacionais	–	187	1.728	2.063
	–	20.927	38.530	67.556

:: 24. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	–	–	33	512
Juros sobre empréstimos a controlada	973	–	–	–
Juros recebidos de clientes	–	–	3	21
Juros sobre impostos a recuperar	253	555	1.064	3.652
Descontos financeiros obtidos	17	15	2.011	1.184
AVP – Credores recuperação judicial	213	5.464	1.206	290.743
Outros juros e variações ativas	–	–	187	503
	1.456	6.034	4.504	296.615
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	–	–	(20.348)	(38.466)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controladora	(32)	(296)	–	–
AVP – Credores recuperação judicial	(134)	–	(9.720)	–
Descontos financeiros concedidos	–	–	(8)	–
Outros juros e variações passivas	(5)	(116)	(2.193)	(18.024)
Imposto sobre Operações de Crédito – IOF	(50)	(115)	(730)	(957)
Outras comissões financeiras	(212)	(204)	(214)	(8.183)
Outras despesas financeiras	(729)	(243)	(985)	(909)
	(1.162)	(974)	(34.198)	(66.539)
	294	5.060	(29.694)	230.076

:: 25. Arrendamento Mercantil – Parcela Variável dos Contratos de Locação

Em 31 de dezembro de 2020, o Varejo possuía 39 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e de evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos, prorrogáveis por mais anos, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. O contrato de aluguel das áreas Administrativas do Varejo possui valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). A partir de 1 de janeiro de 2019, o montante registrado na rubrica "Aluguéis", em despesas operacionais está relacionado à parcela variável dos contratos de locação e dos demais contratos não qualificados na sistemática de arrendamento prevista no CPC 06(R2).

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	Consolidado	
	2020	2019
Arrendamentos mercantis – nota explicativa 21	(1.043)	(2.163)

O saldo da rubrica "Arrendamento mercantil – locação de lojas" no passivo circulante em 31 de dezembro de 2020 no consolidado é de R$5.609 (R$1.826 em 31 de dezembro de 2019).

:: 26. Prejuízo por Ação

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	LPA – Continuada 01/01/20 a 31/12/20			LPA – Descontinuada 01/01/20 a 31/12/20		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(155.528)	(264.067)	(419.595)	(152.744)	(259.338)	(412.082)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	19.299	27.425	46.724	19.299	27.425	46.724
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	19.299	27.425	46.724	19.299	27.425	46.724
Prejuízo por ação – básico – R$	(8,05888)	(9,62886)		(7,91460)	(9,45644)	
Prejuízo por ação – diluído – R$	(8,05888)	(9,62886)		(7,91460)	(9,45644)	

	LPA – Descontinuada 01/01/19 a 31/12/19			LPA – Total 01/01/19 a 31/12/19		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(12.017)	(21.364)	(33.381)	(114.493)	(203.555)	(318.048)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuízo por ação – básico – R$	(1,25087)	(1,25087)		(11,91814)	(11,91814)	
Prejuízo por ação – diluído – R$	(1,25087)	(1,25087)		(11,91814)	(11,91814)	

:: 27. Instrumentos Financeiros

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Controladora e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital apropriada para minimizar os custos a eles associados.

Diante dos impactos trazidos pelo Coronavírus (COVID-19), com redução drástica do faturamento pelo fechamento temporário de 100% das lojas físicas desde março de 2020, a Administração apresentou um aditivo ao Plano de Recuperação Judicial aderente à nova realidade econômica do País como forma de prevenção aos impactos da pandemia e preservação da atividade operacional (Nota explicativa 31). As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 13), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 19).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos e credores por recuperação judicial	3.732	2.933	474.621	739.018
(-) Caixa, equivalentes de caixa e mútuo	(61.995)	(2.603)	(28.603)	(20.464)
Dívida líquida	(58.263)	330	446.018	718.554
Patrimônio líquido	(545.074)	(172.677)	(545.119)	(172.689)
Total	(603.337)	(172.347)	(99.101)	545.865
Índice de dívida líquida	9,65%	-0,19%	-450,06%	131,64%

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora	
	2020	2019
	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	121	2.603
Empréstimos e recebíveis		
Partes relacionadas – contrato de mútuo	61.875	–
	61.996	2.603
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.254	629
Credores por recuperação judicial	3.732	2.933
Partes relacionadas – contrato de mútuo	–	8.619
	4.986	12.181

	Consolidado	
	2020	2019
	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	28.603	20.464
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	7.333	23.269
	35.936	43.733
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	276.677	483.913
Fornecedores	104.394	93.283
Credores por recuperação judicial	197.943	255.105
Arrendamento mercantil – locação de lojas	5.609	1.826
Outras obrigações	1.146	889
	585.769	835.016

A Administração da Controladora e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada período.

O saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" é atualizado monetariamente com base em taxas contratuais (nota explicativa nº 13) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado.

c) Riscos Financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção à exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco da Controladora e do Varejo é realizada segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Controladora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção da mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldos que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento do exercício:

		Consolidado
	Risco	2020
		Valor Contábil
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	17.906

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Controladora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Controladora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Controladora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

• Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos relevantes.

• Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).

• Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

		Valores patrimoniais		
Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI – Varejo	Baixa do CDI	(10)	(25)	(49)
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI – Varejo	Alta do CDI	(43)	(107)	(215)
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI – Varejo	Alta do CDI	(16)	(40)	(79)
Resultado líquido		(69)	(172)	(343)

f) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	121	2.603	28.603	20.464
Contas a receber de clientes	–	–	7.333	23.269
	121	2.603	35.936	43.733

Em 31 de dezembro de 2020, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R$391 (R$311 em 31 de dezembro de 2019), para cobrir os riscos de crédito.

g) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

	Controladora				
Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Fornecedores	1.254	–	–	–	1.254
Credores por recuperação judicial	1.311	57	86	7.821	9.275

	Consolidado				
Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Fornecedores	104.394	–	–	–	104.394
Credores por recuperação judicial	19.914	10.717	16.077	431.739	478.447
Empréstimos e financiamentos	58.171	55.840	109.294	100.987	324.292
Arrendamento mercantil – locação de lojas	5.609	–	–	–	5.609
Outras obrigações	1.146	–	–	–	1.146

h) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Controladora e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica "Contas a receber de clientes" do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

i) Linhas de crédito

	Consolidado	

Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26 – Companhia Aberta

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R$7.513 (R$33.381 em 31 de dezembro de 2019) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	(6.673)	(49.189)	(6.673)	(49.189)
Caixa líquido das atividades de financiamento	–	500	–	500
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	(6.673)	(48.689)	(6.673)	(48.689)

:: 30. Cobertura de Seguros

A Administração da Controladora e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	2020	2019
Lucros cessantes	150.000	150.000
Incêndio – importância máxima	27.812	126.297
Responsabilidade civil – conselheiros, diretores e administradores – importância máxima	50.000	50.000
Responsabilidade civil geral – importância máxima	2.000	2.000
Transporte internacional	–	300
Execução fiscal	112.321	106.336
Roubo e furto	1.105	11.650
Riscos gerais	16.280	6.980

:: 31. Processo de Recuperação Judicial

A Administração da Companhia apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial Original ("PRJ"), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 4 de setembro de 2019. Diante da recorrente dificuldade para geração de caixa das atividades operacionais, agravada pelos impactos da pandemia do Coronavírus sobre o ciclo de vendas do Varejo, com redução drástica do faturamento, a Administração da Companhia e sua controlada submeteu, em 3 de julho de 2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Plano Aditivo) à aprovação da Assembleia Geral de credores e a homologação judicial. O aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Plano Aditivo) protocolado no dia 03 de julho de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. O Plano Aditivo está devidamente amparado por laudo de viabilidade econômica e laudo de avaliação dos bens e ativos, apresentados nos autos da Recuperação Judicial.

O Plano Aditivo aprovado objetiva viabilizar o pagamento aos credores e o sucesso do processo de recuperação judicial, garantindo a manutenção da fonte produtora, o emprego dos colaboradores, o cumprimento da função social das atividades e o estímulo à atividade econômica do País.

Como alternativa para viabilizar a liquidação de parte substancial do passivo, o Plano Aditivo prevê três medidas: i) a reestruturação do passivo; b) a preservação de investimentos considerados essenciais para a continuidade operacional; e iii) a alienação de Grupos de Unidades Produtivas Isoladas – UPIs, quais sejam, operações de Lojas – UPI Lojas; operação de e-commerce – UPI Site; e operações de Lojas e Site – UPI Mista, de acordo com os termos estabelecidos no referido Plano.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante da dívida consolidada está composto como segue:

Classes	Circulante	Não Circulante	Total
Classe I	3.772	4.898	8.670
Classe II	30.627	204.102	234.729
Classe IV	–	6.271	6.271
Subclasse fornecedores incentivados	2.670	68.266	70.936
Subclasse fornecedores estratégicos	264	20.427	20.691
Classes	Circulante	Não Circulante	Total
Subclasse fornecedores locadores	3.679	12.974	3.679
Total	41.012	299.152	340.164

Os empréstimos com o Banco do Brasil no montante de R$142.221 (R$133.608 em 31 de dezembro de 2019), estão incluídos na Classe III e são apresentados nas demonstrações consolidadas na rubrica Empréstimos e financiamentos.

Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

	2019	AVP	Pagamentos	Baixa por meio de bônus de subscrição/ aumento de capital	Juros incorridos	Outros	2020
Dívida	679.455		(8.406)	(64.834)	12.974	3.203	622.392
Ajuste a valor presente	(290.742)	8.514	–	–	–	–	(282.228)
	388.713	8.514	(8.406)	(64.834)	12.974	3.203	340.164

A integra do Plano Aditivo aprovado com as demais condições e formas de execução, onde poderão ser compreendidas de forma mais abrangente todas as disposições e condições estabelecidas para o pagamento dos créditos da recuperação judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizadas na página de Relações com Investidores da Companhia (http://www.saraivari.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br).

:: 32. Eventos Subsequentes

Em janeiro de 2021, foram encerradas as operações da loja Mega Morumbi.

Em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 foi aprovado o Plano Aditivo do processo de recuperação judicial, cuja homologação foi em 5 de março de 2021.

Em 17 de março de 2021, fomos formalmente notificados pela Diretoria da Administração Tributária do Estado de São Paulo, sobre o deferimento do crédito acumulado de ICMS no montante de R565 milhões.

Diretoria

Jorge Saraiva Neto Diretor Presidente

Jorge Eduardo Saraiva Vice-Presidente

Conselho de Administração

Oiga Maria Barbosa Saraiva – Presidente

Jorge Saraiva Neto – Vice-Presidente

Olavo Fortes Campos Rodrigues Júnior

Frederico Wolfgang Wickert

João Adalberto Elek Junior

Contador

Davi Hernandes Garcia CRC 1SP 146.453/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial
São Paulo-SP

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas da Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial, pois devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente para fundamentar nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e os efeitos do aditivo do plano de recuperação judicial na realização dos ativos e liquidação dos passivos

Em decorrência do não atendimento do plano de recuperação judicial originalmente aprovado pelos credores, em 03 de julho de 2020, a Companhia apresentou um aditivo do plano de recuperação judicial que, dentre outros aspectos, prevê que a viabilidade econômica da Companhia dependerá da aprovação pelos credores de um novo cronograma de amortização da dívida e da alienação de certas Unidades Produtivas Isoladas – UPI ("Site", "Lojas" ou "Misto"), sendo que os recursos a serem obtidos nesse processo de alienação, deverão ser utilizados para amortização de parte do endividamento existente e reforço de caixa da Companhia. Este aditivo do plano de recuperação judicial foi aprovado em assembleia geral de credores dia 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 março de 2021.

A viabilidade econômica da Companhia apresentada nesse aditivo do plano de recuperação judicial levou em consideração certas premissas de expectativa de faturamento, geração de caixa, ajustes de custos, entrada de recursos no caixa da Companhia e amortização parcial da dívida decorrentes dos recursos a serem obtidos no leilão das UPIs.

Até a presente data, não livemos como realizar procedimentos de auditoria sobre a viabilidade econômica deste aditivo do plano em virtude do mesmo depender do sucesso da venda das UPIs por meio de leilão a ser agendado pela Companhia e atingimento das metas de vendas e custos orçados no qual poderão ter diversos cenários uma vez que o plano prevê a possibilidade de venda das UPIs de diversas formas ("Site", "Lojas" e "Misto"). Adicionalmente, as operações da Companhia tem sido significativamente impactadas pela redução das vendas em decorrência da pandemia do COVID-19 e, a partir de meados de março de 2021, ocorreu o fechamento temporário de diversas lojas físicas, devido a entrada em vigor da nova fase vermelha, implementada pelas autoridade governamentais, objetivando reduzir os índices de contaminação da pandemia do Covid-19. Ainda não é possível avaliar o impacto sobre o plano de viabilidade econômica aprovado no atual plano de recuperação judicial.

Em decorrência desse assunto a Companhia deverá apresentar redução significativa nas vendas futuras, impactadas pelo menor número de lojas e/ou vendas on-line em virtude da alienação desses ativos mencionados no aditivo do plano de recuperação judicial, e, neste contexto, a Companhia deverá atualizar o teste de *impairment* de certos ativos os quais poderão não mais serem realizados por meio de suas operações, bem como deverá efetuar a baixa do direito de uso e das respectivas obrigações das eventuais lojas objeto de alienação. Também deverá efetuar a revisão de suas dívidas com os credores, com objetivo de reestabelecer um novo fluxo de pagamentos, que será estabelecido com a conclusão do processo de leilão das UPIs, sendo que esses efeitos ainda não são factíveis de serem estimados e, portanto, não foram reconhecidos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Adicionalmente, até a emissão de nosso relatório, a Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2020, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R$ 545.074 mil (controladora) e R$ 545.119 mil (consolidado), capital circulante líquido negativo de R$ 5.834 mil (controladora) e R$ 68.252 mil (consolidado) e prejuízo do exercício de R$ 416.595 mil (controladora) e R$ 419.628 mil (consolidado). Considerando todos os fatores acima os quais envolvem diversas rubricas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, resultando em um cenário de diversas incertezas, e devido possuirmos escopo de auditoria significantemente restrito, não nos levaram a não nos permitirmos neste momento, concluir quanto a eventuais ajustes de redução ao valor recuperável dos ativos e quais seriam os ajustes nos passivos devido a este cenário, bem como concluir que o pressuposto de continuidade operacional e a correspondente base para a elaboração dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas seriam apropriados.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados para aplicar os mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia acima referidas, com o objetivo de avaliar também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações do valor adicionado individual e consolidada, pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nessa opinião de auditoria sobre essas demonstrações do valor adicionado individual e consolidada tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 26 de março de 2021.

GrantThornton

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP 025.583/O-1

Rafael Dominguez Barros
CT CRC 1SP 208.108/O-1

www.saraiva.com.br

Agro Reunidas S/A

CNPJ/MF n.º 28.539.255/0001-46 - NIRE 35.300.508.114

Aviso aos Acionistas

Agro Reunidas S/A, comunica que se acham a disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Tiradentes - 858 - Centro - Matão/SP - CEP: 15.990.185, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020. Matão, 29 de março de 2021.

Cleber Baldan
Presidente do Conselho de Administração (30,31/3,1/4)

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Aguassanta Participações S.A., situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. São Paulo (SP), 29 de março de 2021. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Diretor Presidente.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18 - NIRE nº 35.300.006.658

Errata

Em nossa publicação das Demonstrações Financeiras publicada nesse jornal no dia 26/03/2021, onde se lê: Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis.....São Paulo, 31 de março de 2021, leia-se: Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis.....São Paulo, 17 de março de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010747-10.2015.8.26.0020. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do O, Estado de São Paulo, Dr(a). Camila Sani Pereira Quinzani, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Antônio Celio Argolo (CPF: 018.007.346-26), que Hotel Fazenda Nova Suíço Ltda lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 4.682,95 (junho/2016), representada pelos Cheques nº's 000053, 000054 e 000052, conta 25850, agência 0657, do Banco Santander (Brasil) S/A. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será a presente, afixada e publicada. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de março de 2021. 31/03 e 01/04/2021

J.H.L.F.C. Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 11.868.663/0001-12 - NIRE 35300511462

Sumário da Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em Sede em Matão/SP em 30 de Abril de 2020 e 31 de Maio de 2020 e 31 de Agosto de 2020 e 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Março de 2021

Data/Hora/Local: 22/01/2020, às 10:00 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.811, 11º andar, conjunto 1.108, São Paulo/SP. **Convocação/Presença**: Dispensadas, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. **Mesa**: Presidente: Luciano Cardoso Filho; Secretário: Caio Augusto Fernandes Curado. **Ordem do Dia/Deliberação**: "Aprovadas, por unanimidade": **I)** A alteração do endereço da sede da Companhia para Rua Campos Bicudo, 98, conjunto 32, São Paulo/SP. **II)** A Alteração do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, o qual em decorrência da alteração de endereço deliberada, conforme **I)**, acima, passa a vigorar com a seguinte e nova redação: "**Artigo 3º:** *A Companhia tem sua sede e foro na Rua Campos Bicudo, 98, conjunto 32, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04536-010*;" e **III)** A consolidação do Estatuto Social da Companhia, em anexo a esta Ata, mediante as deliberações constantes nos itens **I)** e **II)**, acima. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi assinada pela totalidade dos acionistas. São Paulo, 22/01/2020. **Mesa**: José Hermílio Curado Filho - Presidente; Caio Augusto Ferreira Curado - Secretário. **JUCESP** nº 163.866/20-0 em 07/05/2020. **Estatuto Social: Capítulo I: Denominação, Objeto, Sede e Duração**: Artigo 1º: A Companhia tem a denominação social de **J.H.L.F.C. Empreendimentos e Participações S.A.**, doravante designada (Companhia), sem uma sociedade anônima de capital fechado e será regida pela Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores, por este Estatuto Social e pelas disposições aplicáveis. **Artigo 2º:** A Companhia tem por objeto: **(i)** a participação em outras sociedades as quais atividades: a) Compra, venda e o fotosamento de termos e imóveis urbanos e rurais em geral, e b) Participação em outras Companhias, simples ou empresarias, na qualidade de quotista ou acionista Companhias brasileiras ou estrangeiras. **Artigo 3º:** A Companhia tem sua sede e foro na Rua Campos Bicudo, 98, conjunto 52, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04536-010. **§Único:** A Companhia poderá, por deliberação de sua administração, abrir e encerrar filiais, escritórios e outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e do exterior, desde que obedecidas as disposições legais e as contidas neste Estatuto Social. **Artigo 4º:** A Companhia tem duração por prazo indeterminado, tendo iniciado suas atividades na data do arquivamento de seus atos constitutivos. **Capítulo II: Capital Social e Ações: Artigo 5º:** O Capital Social da Companhia é de R$ 991.664,00, representado por 991.464 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e totalmente integralizadas em moeda corrente nacional. **§1º:** As ações da Companhia serão nominativas, facultada a adoção da forma escritural, em conta de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração prevista no § 3º do Artigo 35 da Lei 6.404/76. **§2º:** Cada ação ordinária confere ao seu titular direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **§3º:** A Propriedade das ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular e seus registros no "Livro de Registro das Ações Nominativas" da Companhia. **§4º:** As ações são indivisíveis perante a Companhia. **§5º:** As ações preferenciais da Companhia não terão direito de voto, consistindo sua preferência em prioridade no reembolso do capital social na eventualidade de liquidação da Companhia, sem prêmio de qualquer espécie. **§6º:** A disponibilidade dos acionistas e, na forma da legislação em vigor, limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. **§7º:** Os acionistas terão preferência para subscrição de ações nos aumentos do capital social, conforme definido em lei, pelo prazo mínimo de 30 dias, contados da publicação da Assembleia Geral que tiver aprovado a emissão das ações do capital ou do edital que consubstanciar as deliberações da Assembleia Geral, respeitada a mesma espécie e classe das ações, na proporção dos que possuírem. **§8º:** O direito de preferência de que cuida o §7º acima não aplicar-se-á quando a emissão de capital decorrentes da conversão de debêntures e demais títulos previstos no Artigo 171, § 3º, da Lei 6.404/76. **Capítulo III: Assembleia Geral: Artigo 6º:** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sendo convocada, instalada e realizada para os fins e na forma previstos em lei, tomando-se as deliberações por maioria absoluta de votos, não computados os votos em branco. Não obstante a Assembleia Geral ser tomadas por maioria absoluta do capital social da Companhia, exceto se quórum maior for exigido nos termos da lei ou deste Estatuto Social. **§2º:** A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, salvo quando presente a totalidade dos acionistas. **§3º:** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente e, em sua falta ou impedimento, por um outro membro da Diretoria ou ainda, na falta deste, por qualquer dos acionistas presentes. **§1º:** O Presidente da Assembleia escolherá um dos acionistas presentes para servir como secretário. **§2º:** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores nomeados na forma do artigo 126, § 1º da Lei 6.404/76. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **§3º:** As deliberações da Assembleia Geral, tomadas regularmente, obrigam o comparecimento por todos os acionistas, ainda que ausentes ou dissidentes, dentro das disposições da Lei e do presente Estatuto. **Artigo 8º:** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro das 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência, previstas em lei e neste Estatuto, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto. **Artigo 9º:** Compete à Assembleia Geral: **I)** tomar as contas dos administradores, discutir e votar as demonstrações financeiras; **II)** deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas; **III)** deliberar sobre emissão de bônus de subscrição; **IV)** eleger e destituir os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado; **V)** fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; **VI)** aprovar ou rejeitar a atribuição de participação nos lucros aos administradores, observados os limites legais, e aos empregados da Companhia; **VII)** aprovar o plano de recursos humanos da Companhia, se houver; **VIII)** suspender os direitos de acionista, na forma do disposto no artigo 120, da Lei 6.404/76; **IX)** deliberar sobre a incorporação da Companhia, ou das ações de sua emissão, em outra Companhia, sua fusão, cisão, transformação ou dissolução; **XI)** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas dos administradores. **Artigo 10.** As matérias abaixo relacionadas somente poderão ser aprovadas pela Assembleia Geral da Companhia, mediante a aprovação de acionistas que representem a maioria absoluta dos votos: **I)** alteração do Orçamento Anual, e suas modificações; **II)** pedido voluntário de falência ou recuperação judicial; **III)** cisão, fusão, incorporação ou transformação da Companhia ou qualquer outra forma de reestruturação societária; **IV)** incorporação, pela Companhia, de outra Companhia ou de parcela do patrimônio de outra Companhia; **V)** contratação de empréstimos, financiamentos mercantil e a realização de operações ativas que, individualmente ou consideradas em conjunto quando de mesma natureza, impliquem em obrigação para a Companhia em valor superior a R$1.000.000,00, exceto se previsto no Orçamento Anual; **VI)** despesas não previstas no Orçamento Anual em valor superior a R$1.000.000,00; **VII)** alienação, oneração ou aquisição de bens do ativo permanente da Companhia ou de qualquer direito de propriedade intelectual vinculado ao seu objeto social; **VIII)** constituição de garantia de qualquer espécie pela Companhia em favor de terceiros, salvo para diretas da própria Companhia; **IX)** a criação pela Companhia de qualquer acordo, contrato, ou documento de qualquer natureza que gere obrigações para a Companhia com qualquer de seus Acionistas ou pessoa por ele controlada, controladora ou de qualquer pessoa, direta ou indiretamente, qualquer dos Acionistas da Companhia; **X)** alteração das políticas de dividendos da Companhia; **XI)** distribuição e/ou liquidação e/ou concessão de bonificação de qualquer espécie em favor de qualquer dos Acionistas, em grupo de Companhias ou em consórcio; **XII)** criação pela Companhia de novas classes de ações; **XIV)** alteração do dividendo obrigatório da Companhia; **XV)** atribuição a terceiros (inclusive empregados) de participação nos lucros da Companhia; **XVI)** redução do capital da Companhia; **XVII)** aumento ou redução do capital social da Companhia; **XVIII)** aquisição pela Companhia de participações societárias em outras Companhias; **XIX)** criação pela Companhia de partes beneficiárias; **XX)** emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações ou de bônus de subscrição; **XXI)** alteração de cláusulas ou renúncias ou perdas, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais da Companhia, caso existam; **XXII)** ratificação de casos não previstos; **XXIII)** inclusão, exclusão ou alteração no Estatuto Social de qualquer disposição estabelecendo quórum qualificado para aprovação de determinadas matérias; **XXIII)** fixar a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária. **Capítulo IV: Administração da Companhia: Artigo 11.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de 2 a 3 Diretores, sendo ambos Diretores sem designação específica, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral para um prazo do mandato será de 3 anos, vigorando inclusive até a AGO que deliberar sobre a nova eleição, permitida a reeleição. **§1º:** A Companhia será representada, de forma conjunta pelos Diretores Estatutários, nos seguintes atos: I - representação Ativa e Passiva da Companhia, na forma estatutária, em juízo ou fora dele, observadas as limitações de lei em atos que impliquem a assunção de obrigações perante terceiros para com a Companhia; II - nomeação de procuradores em geral ou ad negotia em juízo, sendo que a procuração somente será válida se outorgada com prazo determinado e poderes específicos. **§2º:** A Assembleia Geral também estabelecerá a remuneração fixa de cada membro da Diretoria e distribuirá, quando for o caso, a participação nos lucros fixada no limite direto. **§3º:** Compete fundamentalmente aos Diretores atuar pelo desenvolvimento da Lei e deste Estatuto Social. **§4º:** Aos Diretores cabe coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das ordens emanadas das Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões, administrar, gerir e superintender os negócios sociais e emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários. **§5º:** Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento de Diretor, caberá à Assembleia eleger o novo Diretor ou designar substituto, findo, em qualquer dos casos, o prazo da gestão e os respectivos vencimentos. **§6º:** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e sua convocação caberá ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião. **§7º:** A reunião instalar-se-á com a presença da totalidade dos Diretores. **§8º:** As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio. **§9º:** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura de termo respectivo, lavrado em livro próprio. **§10º:** Os mandatos serão sempre assinados por um dos Diretores sem designação específica e serão outorgados para fins específicos e por prazos determinados, salvo os que contemplarem os poderes da cláusula *ad judicia*. Não cases em que o prazo de validade for omitido das procurações, as mesmas serão consideradas válidas pelo período de 1 (um) ano. **Capítulo V: Conselho Fiscal: Artigo 12.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, que se será instalado a pedido dos acionistas que representem no mínimo, um décimo das ações ordinárias nominativas da Companhia e cada período de seu funcionamento terminará no primeiro AGO que se seguir a sua instalação. **Artigo 13.** Na eventual instalação do Conselho Fiscal serão observadas as seguintes normas: **a)** será composto de 03 membros titulares e igual número de suplentes; acionistas ou não, diplomado em curso nível universitário, ou que tenha exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de Administrador de Empresas ou Conselheiro Fiscal, eleitos pela Assembleia Geral que o constituir; **b)** Os acionistas minoritários deste quer em conjunto representem 10% ou mais das ações ordinárias nominativas da Companhia poderão eleger um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente; e **c)** Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão as suas funções até a primeira AGO que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos. **Artigo 14.** Dentro dos limites legais, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será atribuída pela Assembleia Geral que o instalar, e os deveres e responsabilidades dos seus membros, se fixados por ela. **Capítulo VI: Exercício Social, Balanço e Resultados: Artigo 15.** O exercício social terá início no primeiro dia do mês de janeiro e término no último dia do mês de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia. **§Único:** A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do lucro líquido de cada exercício social, observado o disposto no Artigo 202 da Lei 6.404/76. **Artigo 16º:** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. **§1º:** Por deliberação da Assembleia Geral poderão também ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado. **§2º:** A Assembleia Geral poderá determinar montante a ser pago ou creditado aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, alterada pela Lei 9.430/96. **§3º:** Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 17.** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral. **§Único:** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos contado da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e revertendo em favor da Companhia. **Capítulo VII: Liquidação: Artigo 18.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, e se entrará pelo encerramento da liquidação. **§Único:** A Diretoria nomeará o liquidante, as formas e diretrizes a seguir e fixará os seus honorários. **Capítulo VIII: Disposições Gerais: Artigo 19.** A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados na forma do artigo 118 da Lei 6.404/76, cabendo à respectiva Administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos, e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos. **Acionistas presentes:** José Hermílio Curado; Lucia Flora Coccopalleri Ferreira Curado; Lisca Ferreira Curado.

Mitra acesso em rede e tecnologia da informação municipal S.A.

CNPJ/MF nº 07.513.623/0001-07 - NIRE 35.300.554.116

Balanço patrimonial - Em 31/12/2020 e 2019 - (Em milhares de reais)

Ativo Circulante	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.935	1.937
Contas a receber de clientes	4	2.348	4.348
Créditos com partes relacionadas	4	5	-
Impostos a recuperar		-	6
Estoques		2	38
Outras contas a receber		43	282
Total do ativo circulante		**6.328**	6.611
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais		-	18
Outras contas a receber		9	-
Imobilizado	5	2.643	1.577
Intangível	6	-	22
Total do ativo não circulante		2.652	1.617
Total do ativo		8.980	8.228
Passivo Circulante	**Nota**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Fornecedores		1.762	340
Débito com partes relacionadas	14	-	-
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos a pagar		-	15
Salários, provisões e encargos sociais a recolher		590	405
Impostos, taxas e contribuições a recolher		776	912
Adiantamento de clientes e contas a pagar		415	-
Total do passivo circulante		3.597	1.673
Passivo não circulante			
Parcelamento de débitos fiscais		1.893	1.511
Provisões	7	676	-
Total do passivo não circulante		2.569	1.511
Total do passivo		6.166	3.184
Patrimônio líquido			
Capital social	8	5.000	1.000
Reservas de lucros		(2.146)	4.044
Total do patrimônio líquido		2.854	5.044
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.980	8.228

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto resultado por quota)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de vendas e serviços		12.190	13.447
Impostos de capital		(518)	(760)
Receita de vendas líquida		11.672	12.687
Custos das mercadorias e serviços		(7.790)	(3.454)
Lucro bruto		3.882	9.233
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas		(4.978)	(5.318)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		121	57
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		(975)	3.974
Receitas financeiras	9	16	38
Despesas financeiras	9	(73)	(129)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(1.032)

Jornal O DIA SP

Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial

CNPJ nº 09.191.330/0001-53

Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31/12/20 e 2019 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais

Ativo/Ativo circulante	Notas	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	160.298	174.996
Contas a receber	6	19.313	20.613
Despesas antecipadas	–	3.180	3.029
Impostos a recuperar	–	2.353	2.678
Adiantamento a fornecedores	8	15.517	18.756
Outras contas a receber	–	177	240
Ativo não circulante		3.034.998	3.820.245
Depósitos judiciais	–	2.964	2.445
Ativos fiscais diferidos	9	262.311	251.156
	–	269.565	258.281
Imobilizado	10	8.404	11.171
Intangível	11	3.257.029	3.550.793
	–	3.265.433	3.561.964
Total do ativo	–	3.725.196	3.861.550

Passivo e patrimônio líquido/Passivo circulante	Notas	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	12	340.595	284.374
Fornecedores e outras contas a pagar	13	51.550	48.184
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	14	9.084	8.012
Obrigações fiscais	14	13.319	18.344
Receitas diferidas	15	3.726.224	3.882.502
Passivo não circulante		3.725.177	3.891.691
Empréstimos e financiamentos	12	3.538.177	3.491.691
Provisão para manutenção	15	32.356	35.231
Provisão para contingência	16	20.421	18.122
Obrigações fiscais	14	44.958	46.956
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	71.288	71.288
Patrimônio líquido	17	(329.138)	(3.659)
Capital social		1.439.261	1.439.261
Prejuízos acumulados		(1.759.434)	(1.427.309)
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.725.196	3.861.550

Demonstrações do resultado

	Notas	2020	2019
Receitas	19	262.865	354.835
Custos dos serviços prestados	19	(231.292)	(320.144)
Resultado bruto		(68.367)	34.462
Despesas gerais e administrativas	19	(33.215)	(38.824)
Outras despesas	20	2.154	74
Resultado do resultado financeiro e impostos		(98.428)	(4.288)
Resultado financeiro	21	(198.738)	(159.973)
Resultado antes dos impostos		(297.166)	(164.261)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	11.155	10.602
Resultado do exercício		(297.166)	(153.659)
Demonstrações do resultado abrangente		(297.166)	(153.659)
Resultado do exercício		(297.166)	(153.659)
Resultado abrangente do exercício		(297.166)	(153.659)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital		Prejuízos	Total do
	Sub-scrito	A integ-ralizar	acumu-lados	patrimônio líquido
Saldos em 01/01/19	1.445.031	(5.770)	1.439.261	1.427.920
Prejuízo do período			(153.649)	(153.649)
Saldos em 31/12/19	1.445.031	(5.770)	1.439.261	1.274.271
Prejuízo do período			(297.166)	(297.166)
Saldos em 31/12/20	1.445.031	(5.770)	1.439.261	(329.138)

Demonstrações do fluxo de caixa

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(231.504)	(351.449)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	132.630	128.927
Provisão para manutenção	(2.875)	2.875
Provisão para contingência	2.299	4.729
Juros sobre empréstimos e financiamentos	178.838	314.302
Ajuste a valor presente	(36.822)	2.250
Impostos diferidos	(11.175)	(9.298)
	30.495	106.336
Contas a receber	1.300	(676)
Impostos a recuperar	325	(1.611)
Despesas antecipadas	(151)	179
Adiantamento a fornecedores	3.239	28.039
Outras contas a receber	63	178
Depósitos judiciais	(109)	(1)
	35.162	132.544
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adição ao imobilizado	(48)	(3.667)
Intangível	(35.517)	(79.224)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(36.699)	(76.921)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	(12.742)	(48)
Pagamento de juros e principal empréstimos	(12.742)	(48)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	(12.742)	(48)
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(14.304)	55.574
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	174.602	119.028
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	160.298	174.602
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(14.304)	55.574

Demonstrações do fluxo de caixa — **2020** — **2019**

Fornecedores e outras contas a pagar	3.366	15.160
Obrigações trabalhistas e sociais	572	907
Obrigações fiscais	(8.633)	(14.082)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(38.431)	(132.734)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	428	(3.667)
Intangível	(38.517)	(79.224)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(38.089)	(76.921)
Pagamento de juros e principal empréstimos	(67.742)	(48)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	(67.742)	(48)
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(68.400)	55.574
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	174.998	119.424
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	106.598	174.998
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(68.400)	55.574

R$ 65.269 (R$43.008 em 31/12/19) como possível e R$ 2.982 (R$16.039 em 31/12/19) como remoto. **17. Patrimônio líquido:** O capital social subscrito e parcialmente integralizado em R$ 1.439.261 (mesmo valor em 31/12/19) está representado por 1.445.030.571 ações, sendo 746.725.695 ações ordinárias e 698.304.876 ações preferenciais (mesmas quantidades em 31/12/19), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas: **Participação** Infra Berlin Empreendimentos S.A.: **96,04**; Toniolo, Busnello S.A.: **3,16**; **Total - 100.** Em 28/06/12, através de ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Contern Construções e Comércio Ltda. e a Elos Investimentos e Participações S.A. capitalizaram a Infra Berlin Empreendimentos S.A. com a totalidade das ações da Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial. Em 28/12/12, através de ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Berlin Empreendimentos S.A. e a Toniolo, Busnello S.A. Tonis, Terraplagens e Pavimentação Ltda. subscreveu e integralizou 3.122.000 novas ações. **Ações ordinárias:** Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm direito a receber dividendos calculados de acordo com o estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação para todos os assuntos de competência acionária. **Ações preferenciais:** As preferências de emissão da Companhia não conferem direito a voto, e participam dos lucros, em qualquer de condições com as ações ordinárias, sem ônus ou benefícios adicionais e sem limitações de prazo, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, conforme o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Dividendos:** A distribuição de dividendos, observadas as disposições do contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de 25% do lucro líquido do ajustado, nos termos do artigo nº 202 da Lei das S.A.

	31/12/2020	31/12/2019
Pedágio em numerário	61.324	60.530
Pedágio por equipamentos eletrônicos	190.840	207.325
Isenções	9.910	10.108
Pedágio em cupons	5.042	6.921
Receita de construção **(a)**	36.064	72.898
Receitas acessórias **(b)**	5.683	7.053
Receitas de receita	(36.064)	(72.898)
Total	**262.800**	**354.836**

(a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICPC 01 que diz que receitas e custos relacionados ao fluxo de caixa futuro de investimento e melhoramentos na infraestrutura da concessão, que não representam entrada de caixa, devem ser reconhecidas margem na receita de construção; **(b)** Receita proveniente de cobranças pela utilização de bens e serviços da Companhia, que não representam entrada de caixa.

18. Gastos por natureza:

	Custos	Despe-das vendas	Despe-sas gerais e admi-nistrativas	Total	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(24.010)	(4.951)	(29.061)	(27.533)	(5.020)	(32.553)
Material para manutenção **(b)**	(79.939)	–	**(79.939)**	(95.260)	–	**(35.260)**
Custo de construção **(a)**	(36.064)	–	**(36.064)**	(72.898)	–	**(72.898)**
Serviços de terceiros	(38.459)	(14.155)	**(52.611)**	(32.072)	(16.196)	**(48.268)**
Materiais/equipamentos	(14.474)	(603)	(15.077)	(16.650)	(768)	**(17.608)**
Poder concessionária **(c)**	(4.055)	–	**(4.055)**	(4.628)	–	**(4.628)**
Outras despesas **(d)**	(128.962)	(3.638)	**(132.620)**	(125.307)	(1.620)	**(128.927)**
Depreciação e amortização	(5.152)	–	(5.152)	(4.723)	–	**(4.723)**
Total	**(331.222)**	**(23.347)**	**(354.569)**	**(379.071)**	**(23.604)**	**(402.675)**

(a) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados; **(b)** Os gastos com materiais de reparos consenuas em trechos das rodovias segundo a premissa de contrato executivo. Os montantes são provisionados com base em relatórios técnicos de engenharia. Os montantes são provisionados com base em relatórios técnicos de engenharia; **(c)** Pagamentos das parcelas variáveis pelo poder concedente da concessão, conforme contrato assinado em ato aditivo vinculado ao contrato e do direito de outorga da concessão ocorrerá a partir do início da operação comercial do empreendimento e final da concessão, será nulo. **20. Outras despesas:** — **31/12/2020** — **31/12/2019**

Receita venda imobilizado	27	80
Custo imobilizado	(25)	(113)
Receitas financeiras		
Ganho na venda de ativo imobilizado	(53)	(102)
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(178.838)	(314.302)
AVP - provisão para manutenção	(2.299)	(4.729)
Juros passivos	(8.675)	(16.611)
Despesas bancárias	(188)	(6.967)
Outras despesas	(2.124)	(118.525)
Resultado financeiro líquido	**(198.738)**	**(459.973)**
Resultado antes do imposto	**(297.166)**	**(153.659)**
Resultado do exercício	**(297.166)**	**(153.659)**

21. Resultado financeiro:

	31/12/2020	31/12/2019
Rendimento de aplicações financeiras	4.438	6.546
Descontos obtidos	69	69
Juros ativos	214	560
AVP - provisão para manutenção	(2.299)	(4.729)
Total	**2.422**	**2.446**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(53)	(102)
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(178.838)	(314.302)
AVP - provisão para manutenção	(2.299)	(4.729)
Juros passivos	(8.675)	(16.611)
Despesas bancárias	(188)	(6.967)
Outras despesas	(2.124)	(118.525)
Total	**(192.177)**	**(461.236)**
Resultado financeiro líquido	**(198.738)**	**(459.973)**

22. Operações de receita: A Companhia adota a política de não operar no mercado de futuros, opções e derivativos, sendo que a Companhia não possui operações de hedge. Para os ativos e passivos financeiros, o valor justo de um ativo financeiro e/ou um passivo financeiro pelo valor justo. **Ativos financeiros:** O valor justo de um ativo financeiro é obtido com contraprestação por prestação de serviços e/ou construção prestados em um contrato de concessão é estimado pelo valor justo de serviços que ainda não foram prestados. Os ativos são baixados quando os fluxos futuros de caixa do contrato de concessão forem recebidos. Os ativos financeiros são classificados como mensurados pelo valor justo. Os ativos financeiros são classificados como mensurados pelo valor justo. Os ativos financeiros são classificados como mensurados pelo valor justo. **Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis são vida útil indefinida e vida útil definida. Os ativos de vida útil indefinida são testados anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil líquido aplicado pelo valor contábil. Não aplicam a Companhia. **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação ao valor recuperável sempre que um evento ou mudança em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso. Ativos intangíveis com vida útil definida são por desvalorização do valor contábil. O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo subjacente e reequilíbrio junto ao poder concedente. Contudo, não existem garantias de manutenção do fluxo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos e externos) de possível desvalorização, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indício de que os custos contábeis para salvaguardar as obrigações do contrato relativas não são econômicos que se espera que sejam recuperáveis ao longo do período contratual. Em 31/12/20, a Companhia efetuou as **não** Recomendação de Ajuste de Ativos Recuperáveis e reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previstos do CPC 25. **Provisões gerais:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e ha uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, por exemplo, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **Provisão de manutenção - Contratos de Concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do período da concessão em que ocorre. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de componentes de imobilizado é reconhecido no valor contábil de um ativo quando o custo de substituição é incorrido e, se forem atendidos os critérios de reconhecimento, os custos de manutenção diária do imobilizado são reconhecidos na demonstração do resultado. **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Companhia avaliou se existe algum indício de que um ativo ou grupo de ativos esteja avaliado quanto a possível redução do valor recuperável, e constatou que não existe indícios de que o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, e constatou que não existe provisão para desvalorização do valor contábil líquido em 31/12/20.

Sociedade Anônima Fechada - CNPJ nº 09.191.330/0001-53

Demonstrações do resultado abrangente — **2020** — **2019**

Receitas	262.865	354.835
Custos dos serviços prestados	(231.292)	(320.144)
Resultado bruto	(68.367)	34.462
Despesas gerais e administrativas	(33.215)	(38.824)
Outras despesas	2.154	74
Resultado do resultado financeiro e impostos	(98.428)	(4.288)
Resultado financeiro	(198.738)	(159.973)
Resultado antes dos impostos	(297.166)	(164.261)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.155	10.602
Resultado do exercício	(297.166)	(153.659)
Demonstrações do resultado abrangente	(297.166)	(153.659)
Resultado do exercício	(231.504)	(351.449)
Resultado abrangente do exercício	(231.504)	(351.449)

Demonstrações do fluxo de caixa — **2020** — **2019**

Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(231.504)	(351.449)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	132.630	128.927
Provisão para manutenção	(2.875)	2.875
Provisão para contingência	2.299	4.729
Juros sobre empréstimos e financiamentos	178.838	314.302
Ajuste a valor presente	(36.822)	2.250
Impostos diferidos	(11.175)	(9.298)
	30.495	106.336
Contas a receber	1.300	(676)
Impostos a recuperar	325	(1.611)
Despesas antecipadas	(151)	179
Adiantamento a fornecedores	3.239	28.039
Outras contas a receber	63	178
Depósitos judiciais	(109)	(1)
	35.162	132.544
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adição ao imobilizado	(48)	(3.667)
Intangível	(35.517)	(79.224)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(36.699)	(76.921)
Pagamento de juros e principal empréstimos	(67.742)	(48)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	(67.742)	(48)
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(68.400)	55.574
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	174.998	119.424
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	106.598	174.998
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(68.400)	55.574

Demonstrações do fluxo de caixa — **2020** — **2019**

Fornecedores e outras contas a pagar	3.366	15.160
Obrigações trabalhistas e sociais	572	907
Obrigações fiscais	(8.633)	(14.082)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(38.431)	(132.734)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	428	(3.667)
Intangível	(38.517)	(79.224)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(38.089)	(76.921)
Pagamento de juros e principal empréstimos	(67.742)	(48)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	(67.742)	(48)
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(68.400)	55.574
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	174.998	119.424
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	106.598	174.998
Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(68.400)	55.574

R$ 65.269 (R$43.008 em 31/12/19) como possível e R$ 2.982 (R$16.039 em 31/12/19) como remoto. **17. Patrimônio líquido:** O capital social subscrito e parcialmente integralizado em R$ 1.439.261 (mesmo valor em 31/12/19) está representado por 1.445.030.571 ações, sendo 746.725.695 ações ordinárias e 698.304.876 ações preferenciais (mesmas quantidades em 31/12/19), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas: **Participação** Infra Berlin Empreendimentos S.A.: **96,04**; Toniolo, Busnello S.A.: **3,16**; **Total - 100.** Em 28/06/12, através de ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Contern Construções e Comércio Ltda. e a Elos Investimentos e Participações S.A. capitalizaram a Infra Berlin Empreendimentos S.A. com a totalidade das ações da Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial. Em 28/12/12, através de ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Berlin Empreendimentos S.A. e a Toniolo, Busnello S.A. Tonis, Terraplagens e Pavimentação Ltda. subscreveu e integralizou 3.122.000 novas ações. **Ações ordinárias:** Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm direito a receber dividendos calculados de acordo com o estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação para todos os assuntos de competência acionária. **Ações preferenciais:** As preferências de emissão da Companhia não conferem direito a voto, e participam dos lucros, em qualquer de condições com as ações ordinárias, sem ônus ou benefícios adicionais e sem limitações de prazo, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, conforme o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Dividendos:** A distribuição de dividendos, observadas as disposições do contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de 25% do lucro líquido do ajustado, nos termos do artigo nº 202 da Lei das S.A.

	31/12/2020	31/12/2019
Pedágio em numerário	61.324	60.530
Pedágio por equipamentos eletrônicos	190.840	207.325
Isenções	9.910	10.108
Pedágio em cupons	5.042	6.921
Receita de construção **(a)**	36.064	72.898
Receitas acessórias **(b)**	5.683	7.053
Receitas de receita	(36.064)	(72.898)
Total	**262.800**	**354.836**

(a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICPC 01 que diz que receitas e custos relacionados ao fluxo de caixa futuro de investimento e melhoramentos na infraestrutura da concessão, que não representam entrada de caixa, devem ser reconhecidas margem na receita de construção; **(b)** Receita proveniente de cobranças pela utilização de bens e serviços da Companhia, que não representam entrada de caixa.

18. Gastos por natureza:

	Custos	Despe-das vendas	Despe-sas gerais e admi-nistrativas	Total	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(24.010)	(4.951)	(29.061)	(27.533)	(5.020)	(32.553)
Material para manutenção **(b)**	(79.939)	–	**(79.939)**	(95.260)	–	**(35.260)**
Custo de construção **(a)**	(36.064)	–	**(36.064)**	(72.898)	–	**(72.898)**
Serviços de terceiros	(38.459)	(14.155)	**(52.611)**	(32.072)	(16.196)	**(48.268)**
Materiais/equipamentos	(14.474)	(603)	(15.077)	(16.650)	(768)	**(17.608)**
Poder concessionária **(c)**	(4.055)	–	**(4.055)**	(4.628)	–	**(4.628)**
Outras despesas **(d)**	(128.962)	(3.638)	**(132.620)**	(125.307)	(1.620)	**(128.927)**
Depreciação e amortização	(5.152)	–	(5.152)	(4.723)	–	**(4.723)**
Total	**(331.222)**	**(23.347)**	**(354.569)**	**(379.071)**	**(23.604)**	**(402.675)**

(a) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados; **(b)** Os gastos com materiais de reparos consenuas em trechos das rodovias segundo a premissa de contrato executivo. Os montantes são provisionados com base em relatórios técnicos de engenharia. Os montantes são provisionados com base em relatórios técnicos de engenharia; **(c)** Pagamentos das parcelas variáveis pelo poder concedente da concessão, conforme contrato assinado em ato aditivo vinculado ao contrato e do direito de outorga da concessão ocorrerá a partir do início da operação comercial do empreendimento e final da concessão, será nulo. **20. Outras despesas:** — **31/12/2020** — **31/12/2019**

Receita venda imobilizado	27	80
Custo imobilizado	(25)	(113)
Receitas financeiras		
Ganho na venda de ativo imobilizado	(53)	(102)
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(178.838)	(314.302)
AVP - provisão para manutenção	(2.299)	(2.299)
Juros passivos	(8.675)	(16.611)
Despesas bancárias	(188)	(6.967)
Outras despesas	(2.124)	(118.525)
Resultado financeiro líquido	**(198.738)**	**(459.973)**
Resultado antes do imposto	**(297.166)**	**(153.659)**
Resultado do exercício	**(297.166)**	**(153.659)**

21. Resultado financeiro:

	31/12/2020	31/12/2019
Rendimento de aplicações financeiras	4.438	6.546
Descontos obtidos	69	69
Juros ativos	214	560
AVP - provisão para manutenção	(2.299)	(4.729)
Total	**2.422**	**2.446**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(53)	(102)
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(178.838)	(314.302)
AVP - provisão para manutenção	(2.299)	(2.299)
Juros passivos	(8.675)	(16.611)
Despesas bancárias	(188)	(6.967)
Outras despesas	(2.124)	(118.525)
Total	**(192.177)**	**(461.236)**
Resultado financeiro líquido	**(198.738)**	**(459.973)**

22. Operações de receita: A Companhia adota a política de não operar no mercado de futuros, opções e derivativos, sendo que a Companhia não possui operações de hedge. Para os ativos e passivos financeiros, o valor justo de um ativo financeiro e/ou um passivo financeiro pelo valor justo. **Ativos financeiros:** O valor justo de um ativo financeiro é obtido com contraprestação por prestação de serviços e/ou construção prestados em um contrato de concessão é estimado pelo valor justo de serviços que ainda não foram prestados. Os ativos são baixados quando os fluxos futuros de caixa do contrato de concessão forem recebidos. Os ativos financeiros são classificados como mensurados pelo valor justo. Os ativos financeiros são classificados como mensurados pelo valor justo. **Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis são vida útil indefinida e vida útil definida. Os ativos de vida útil indefinida são testados anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil líquido aplicado pelo valor contábil. Não aplicam a Companhia. **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação ao valor recuperável sempre que um evento ou mudança em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso. Ativos intangíveis com vida útil definida são por desvalorização do valor contábil. O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo subjacente e reequilíbrio junto ao poder concedente. Contudo, não existem garantias de manutenção do fluxo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos e externos) de possível desvalorização, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indício de que os custos contábeis para salvaguardar as obrigações do contrato relativas não são econômicos que se espera que sejam recuperáveis ao longo do período contratual. Em 31/12/20, a Companhia efetuou as **não** Recomendação de Ajuste de Ativos Recuperáveis e reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previstos do CPC 25. **Provisões gerais:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e ha uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, por exemplo, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **Provisão de manutenção - Contratos de Concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do período da concessão em que ocorre. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de componentes de imobilizado é reconhecido no valor contábil de um ativo quando o custo de substituição é incorrido e, se forem atendidos os critérios de reconhecimento, os custos de manutenção diária do imobilizado são reconhecidos na demonstração do resultado. **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Companhia avaliou se existe algum indício de que um ativo ou grupo de ativos esteja avaliado quanto a possível redução do valor recuperável, e constatou que não existe indícios de que o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, e constatou que não existe provisão para desvalorização do valor contábil líquido em 31/12/20.

Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31/12/20 e 2019 (Em milhares de reais)

Demonstrações do fluxo de caixa

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(231.504)	(351.449)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	132.630	128.927
Provisão para manutenção	(2.875)	2.875
Provisão para contingência	2.299	4.729
Juros sobre empréstimos e financiamentos	178.838	314.302
Ajuste a valor presente	(36.822)	2.250
Impostos diferidos	(11.175)	(9.298)
	30.495	106.336
Contas a receber	1.300	(676)
Impostos a recuperar	325	(1.611)
Despesas antecipadas	(151)	179
Adiantamento a fornecedores	3.239	28.039
Outras contas a receber	63	178
Depósitos judiciais	(109)	(1)
	35.162	132.544

diretamente relacionadas a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura do contrato de concessão, ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização deles atividades. Além das obras e melhorias, dentro do escopo do contrato de concessão, também como veículos utilizados nas atividades operacionais, sistemas de controle de tráfego, equipamentos de segurança e sistemas de controle de arrecadação de pedágio. O direito de exploração da malha rodoviária (direito de outorga da concessão) também é reconhecido como um ativo intangível, a Companhia realizou o pagamento da outorga fixa, referente ao valor fixo da outorga, em 02/07/11. Para o exercício findo em 31/12/21, a Administração não elaborou o estudo de viabilidade econômica e financeira para a ampliação da capacidade do ativo intangível, conforme determinou o CPC 01.

10. Imobilizado: — **31/12/2020** — **31/12/2019**

Repasse BNDES TJLP + 2% a.a.	2.290.005	2.540.298
Capital de giro 10% do CDI	1.247.823	1.040.393
Total	**3.537.828**	**3.580.691**
Circulante	**211.651**	**148.000**
Não circulante	**3.326.177**	**3.432.691**

Abertura dos pagamentos dos empréstimos classificados no não circulante em 31/12/20 dos empréstimos e financiamentos:

Saldos iniciais	**3.432.691**
Variação do fluxo de caixa de financiamento	
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(107.742) (48)
Variação dos saldos não fluxos de caixa de financiamento	
Outras variações	
Juros ativos	178.838 314.302
Saldos finais	**3.747.838 3.746.739**

	31/12/2020	31/12/2019
2020	–	148.000
2021	88.837	196.936
2022	192.482	207.755
2023	203.157	250.051
2024	214.772	263.950
2025	237.673	257.344
2026	2.389.256	2.258.655
2027 (+)	412.651	1.243.000
Total	**3.747.838**	**3.746.739**

A Companhia realizou a contratação de Financiamento mediante Repasse contratado junto o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que é o direito este celebrado a Caixa Econômica Federal e a Companhia Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial, com a interveniência da Caixa Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio Ltda., Heber Participações S.A., Infra Berlin Empreendimentos S.A. Pelo período de carência do Contrato, Terraplagens e Pavimentação Ltda. em 15/03/13, Em 21/12/18 a Companhia celebrou aditivamento ao contrato de financiamento, alterando repasse, que altera o prazo contratual, ampliando o período de carência e amortização para as seguintes datas: **a) Carência:** o prazo de carência será conforme para todos os subcréditos até 15/09/20. **b) Amortização de juros:** exigindo trimestralmente entre 15/09/20 e 15/12/22. **c) Amortização de principal e juros:** o principal do saldo devedor deste contrato será pago conforme o plano de pagamento de 2023 até junho de 2032, referente a todos os subcréditos serão pagos mensalmente em parcelas pelo sistema de amortização constante, acrescidos sobre o saldo devedor. Os montantes de carência de juros, também foram alterados em 21/12/19, alongando o prazo de carência e amortização da dívida para as datas abaixo: **a) Carência:** o prazo de carência será conforme para todos os subcréditos até 15/06/21. **b) Amortização de principal e juros:** o principal do saldo devedor deste contrato será pago conforme o período de setembro de 2033 até dezembro de 2045, referente a todos os subcréditos serão pago mensalmente em parcelas pelo sistema de amortização constante, aplicados sobre o saldo devedor. Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas neste CONTRATO, a Companhia oferecerá em garantia, conforme previsto em aditivos, os seguintes depósitos, sendo constituídas as seguintes garantias: • **Garantias Reais** - alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social, dedidas pela Infra Berlin e Toniolo, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; **b)** cessão fiduciária, pela beneficiária, de todos e quaisquer direitos, ações, bens e valores, de qualquer natureza, decorrentes de eventuais contratos de concessão, respeitado o disposto no artigo 28, da Lei nº 8.987/95, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária; **c)** cessão fiduciária, pela beneficiária, de todos e quaisquer direitos, ações, bens e valores, de qualquer natureza, decorrentes de eventuais contratos de seguro para garantir a cobertura integral de eventuais sobrecustos ou atrasos, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária; **d)** demais receitas inferiores à projetada; • **Seguros** - a beneficiária contratará seguros nas modalidades Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil Geral e Lucros Cessant

CPQ Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 30.799.177/0001-60

Relatório da Administração

As demonstrações financeiras completas e o relatório do auditor independente estão disponíveis em sua íntegra na página da rede mundial de computadores da CPQ Brasil S.A.: www.cpqbrasil.com.br/demonstrativos.htm

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	2020	2019
Circulante	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	1.557	1.543
Contas a receber de clientes	3.509	6.711
Estoques	3.134	3.350
Ativos relacionados a clientes	278	364
Impostos a recuperar	587	709
Despesas antecipadas	799	938
Outras contas a receber	381	1.017
Total do ativo circulante	**10.245**	**14.632**
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Partes relacionadas	21.267	19.024
Ativos relacionados a clientes	359	545
Impostos a recuperar	11	17
Depósitos Judiciais	1.424	1.424
Outras contas receber	2	762
Despesas Antecipadas	999	1.000
Total do ativo não circulante	**24.062**	**21.772**
Imobilizado	8.688	10.908
Intangível	1.589	1.582
Direito De Uso De Ativos	38.738	63.421
	49.015	75.931
	73.077	**97.703**

Passivo e passivo a descoberto	2020	2019
Circulante	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fornecedores	4.524	4.897
Debêntures	692	5.390
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	7.762	7.599
Impostos e contribuições a recolher	2.336	2.778
Tributos parcelados	1.150	901
Férias, encargos e bônus a funcionários	11.956	6.633
Passivo de Arrendamento a pagar	14.133	19.775
Passivos relacionados a clientes	749	745
Outros Passivos	9.482	1.660
Total do passivo circulante	**52.784**	**48.378**
Passivo não circulante		
Debêntures	34.587	34.543
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17.494	7.951
Tributos parcelados	2.721	2.259
Provisão para contingências	1.263	1.204
Passivo de Arrendamento a pagar	27.314	45.187
Passivos relacionados a clientes	5.877	5.877
Impostos Diferidos	265	185
Total do passivo não circulante	**89.221**	**97.881**
Total do Passivo	**142.001**	**146.259**
Patrimônio Líquido		
Capital social	12.839	12.839
Prejuízos acumulados	(71.618)	(46.763)
Total do passivo a descoberto	**(58.779)**	**(33.924)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**83.322**	**112.335**

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2020	2019
Receita de vendas	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita líquida de vendas	50.484	63.294
Custo dos produtos vendidos	(29.031)	(50.242)
Lucro bruto	21.453	12.992
Despesas com vendas	(21.017)	(30.056)
Despesas gerais e administrativas	(15.267)	(18.225)
Outras receitas operacionais	656	1.658
	(35.628)	(46.623)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(14.175)	6.369
Despesas financeiras	(11.194)	(12.207)
Receitas financeiras	695	4.625
Resultado Financeiro	(10.499)	(7.582)
Resultado antes imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(24.674)	(1.213)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(81)	(118)
Imposto de renda e contribuição social diferido		
Prejuízo do exercício	(24.755)	(1.331)

Demonstrações do Resultado Abrangente	2020	2019
Prejuízo do exercício	(24.755)	(1.331)
Outros componentes do resultado abrangente (líquidos de impostos)		
Resultado abrangente do exercício	(24.755)	(1.331)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	12.839	(45.432)	(32.593)
Prejuízo do exercício		(1.331)	(1.331)
Em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	12.839	(46.763)	(33.924)
Prejuízo do exercício		(24.755)	(24.755)
Em 31 de dezembro de 2020	12.839	(71.518)	(58.679)

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2020	2019
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(24.674)	(1.213)
Ajustes		
Depreciação e amortização	19.306	17.894
Perdas para créditos de liquidação duvidosa	252	30
Juros e variações monetárias, líquidos	4.087	10.521
Reversão de outras contingências	59	(400)
Ganho com desconto em liquidação de Debêntures		(3.077)
Amortização da passivos de contrato	(975)	(1.107)
Juros sobre Passivo de arrendamento	3.282	1.921
Férias, encargos e bônus a funcionários	5.323	791
Impostos a recolher	(443)	1.424
Tributos parcelados	711	2.072
Caixa líquido das operações	19.369	38.858
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(2.401)	(6.807)
Caixa líquido das atividades operacionais	**16.968**	**32.451**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Empréstimos para partes relacionadas	(1.793)	(1.500)
Aplicação financeira		791
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(950)	(3.817)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(2.743)**	**(4.566)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(7.959)	(21.594)
Pagamento de arrendamento	(19.127)	(19.246)
Captação de empréstimos e financiamentos	12.875	13.090
Aplicação financeira		791
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(14.211)**	**(27.759)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	14	135
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	1.543	1.408
No fim do período	1.557	1.543
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**14**	**135**

DIRETORIA

Alberto Carneiro Neto — Diretor-Presidente

Creuza Silva Brentel — Controller

CONTADORA

Adriana Raddatz Jónck
CRC SP-288887/O-0

ALPHAVILLE S.A. - *Companhia Aberta* - CNPJ/ME: 16.811.931/0001-00 - NIRE: 35.300.442.296

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os srs. acionistas da Companhia a reunirem-se em AGO ("Assembleia") que será realizada no dia 28.04.2021, às 9h30, horário de Brasília, de forma exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico Microsoft Teams, com a possibilidade de envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso II da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"). A Assembleia terá a seguinte ordem do dia: **(1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhados dos relatórios dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2020; **(2)** examinar, discutir e votar a proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2020 à conta de prejuízos acumulados; e **(3)** fixar a remuneração global dos administradores da Companhia a ser paga no exercício social de 2021. **Informações Gerais:** Os acionistas poderão participar da Assembleia de forma exclusivamente digital, através do sistema eletrônico Microsoft Teams, conforme orientações abaixo, ou mediante o envio de Boletim de Voto a Distância ("Boletim"), em ambos os casos conforme instruções contidas neste edital e no Manual de Participação na Assembleia. Não haverá possibilidade de participação presencial dos acionistas. O Manual de Participação na Assembleia e a Proposta de Administração, bem como os demais documentos previstos em lei e na regulamentação aplicável, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, em São Paulo/SP, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 3º andar, Pinheiros, CEP 05.425-70, na página de Relações Com Investidores (https://www.alphavilleurbanismo.com.br/ri), na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na página da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, nos termos do artigo 126 da Lei da S.A. Os acionistas, além de exibirem documentos hábeis de identificação, deverão apresentar, na hipótese de representação por procuração, instrumento de mandato devidamente formalizado e juntado junto à Companhia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data da realização da Assembleia. **Participação de forma digital, através do sistema eletrônico Microsoft Teams:** Os acionistas, representantes legais ou procuradores ("Participantes") que desejarem participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico deverão enviar o cadastro até o dia 27.04.2021 (inclusive), mediante o envio de e-mail para ri@alphaville.br.com, com o seguinte título: "Cadastro para participação na AGO 2021", juntamente com o envio da documentação necessária, conforme indicado abaixo. Para fins do cadastro, os Acionistas deverão enviar: (i) documento de identificação com foto; (ii) acionistas pessoa física: cópias do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária comprobatória de poderes e de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) acionistas que sejam fundos de investimento: cópias do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor (conforme o caso), além da documentação societária outorgando poderes de representação e de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iv) acionistas estrangeiros: mesma documentação aplicável aos acionistas brasileiros, traduzida para o português por tradutor juramentado, escrito ou originalmente redigido em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Os Participantes deverão consultar o Manual de Participação na Assembleia, que estabelece em maiores detalhes os documentos necessários ao credenciamento prévio, à participação virtual e a forma de recebimento do link de acesso à Assembleia. A solicitação de cadastro para participação na Assembleia através do sistema eletrônico deverá ser recebida pela Companhia impreterivelmente até o dia 27.04.2021. A Assembleia será gravada, nos termos do Artigo 21-C, §1º, inciso III da ICVM 481. A Companhia não se responsabilizará por problemas de conexão ou de ordem técnica, ou outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento do participante. **Boletim de Voto a Distância:** O Acionista que optar por exercer seu direito de voto através do Boletim poderá: (i) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3; e (ii) caso o acionista não possua ações depositadas em instituições de custódia, enviar as instruções de voto para a Companhia, a saber, o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), transmitir as instruções de voto para o Bradesco, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo Bradesco; ou (iii) preencher o Boletim e enviá-lo diretamente à Companhia, de forma digital ou física, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos abaixo. Nos termos do artigo 21-B da ICVM 481, o Boletim, devidamente preenchido e acompanhado da respectiva documentação, será considerado válido apenas se recebido pela Companhia, pelos agentes de custódia ou pelo escriturador de ações da Alphaville em plena ordem, conforme os respectivos procedimentos aplicáveis, até 7 dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 22.04.2021 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador. O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio de envio do Boletim diretamente à Companhia deverá encaminhar o Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado, acompanhado dos documentos listados acima, conforme aplicáveis, de forma exclusivamente digital, ao envio do Boletim e demais documentos por meio eletrônico (ri@alphaville.br.com.br), com o seguinte título: "Boletim de Voto a Distância AGO 2021". Caso o Acionista opte pelo envio do Boletim diretamente à Companhia de forma física, deverá fazê-lo na sede da Companhia, localizada na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8.501, 3º andar, Pinheiros, CEP 05425-070. Não obstante a possibilidade de envio do Boletim e demais documentos por meio eletrônico (ri@alphaville.br.com.br), diante do momento delicado enfrentado com o novo coronavírus (COVID-19), a Companhia solicita aos acionistas que desejarem enviar o Boletim diretamente à Companhia que adotem a forma digital de envio, conforme indicada acima. O Boletim encontra-se disponível na página de Relações com Investidores da Alphaville (www.alphavilleurbanismo.com.br/ri), na página da CVM (www.cvm.gov.br), na página da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e na sede da Companhia. Solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na ICVM 481, bem como as orientações e prazos constantes no Manual de Participação na Assembleia para maiores informações, inclusive com relação às instruções de preenchimento e documentos que deverão acompanhar o Boletim, caso enviado diretamente à Companhia. São Paulo, 29.03.2021.

Ricardo Leonel Scavazza - Presidente do Conselho de Administração

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.

CNPJ/MF nº 30.799.177/0001-60 - NIRE 35.300.518.161

CERTIDÃO

ATA DA AGE DE 03/NOVEMBRO/2020 ÀS 10H - Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **JUCESP** - Certifico o registro sob o nº 478.659/20-9 em 12/11/2020 - Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING II S.A.

CNPJ/MF nº 30.799.177/0001-60 - NIRE 35.300.518.161

CERTIDÃO

ATA DA RCA DE 03/NOVEMBRO/2020 ÀS 11H - Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **JUCESP** - Certifico o registro sob o nº 476.937/20-6 em 11/11/2020 - Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Boviel-Kyowa S.A. Consultoria e Planejamento - Em Liquidação

CNPJ/MF nº 43.519.956/0001-20

Edital de Convocação da AGO/AGE

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO/AGE, a realizar-se no dia 29/04/2021, às 10h00 e, em 2ª convocação, às 12h00, à Estrada da Penha, 1.301, Sala 2 - Jardim Anjo - Arujá/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I) Aprovação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; II) Fixação da remuneração global dos Liquidante de 2021; III) Outros assuntos de interesse da Sociedade. **João Batista Rosa Filho** - SP 170802O0, Tsukasa Arisawa, Liquidante. Aviso aos Acionistas - Acham-se a disposição dos Srs. Acionistas, a Rua Tijuco Preto, 1581, Taituppé, SPSP, os documentos a que se refere o artigo 133, Lei 6.404/76, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2020. Arujá, SP, 17/03/2021. Tsukasa Arisawa, Liquidante.

BAUMER S/A

Companhia Aberta - CNPJ nº 61.374.161/0001-30 - NIRE 35.300.027.213

Aviso aos Acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na Sede Social, os documentos a que refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da lei 10.303/01, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020. Moji Mirim/SP, 29/03/2021.

Transbia Transportes Baldan S/A

CNPJ/MF nº 53.595.540/0001-00 - NIRE 35.300.111.095

Aviso aos Acionistas

Transbia Transportes Baldan S/A, comunica que se acham à disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Tiradentes - 848 - Centro - Matão/SP - CEP: 15.990.185, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020. Matão, 29 de março de 2021.

Walter Baldan Filho
Diretor

(30,31/3,1/4)

BRANAVE S/A - TRANSPORTES FLUVIAIS

C.N.P.J/ME: 93.032.738/0001-11 - N.I.R.E.: 35.300.132.289

CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 10:00 horas na sede social na Avenida Paulista, 460 - 18º Andar, São Paulo, Capital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras e dos Balanços Patrimoniais encerrados em 31.12.2020; b) Fixação dos honorários da Diretoria; c) Outros assuntos do interesse geral. As Demonstrações Financeiras e os Balanços Patrimoniais estão a disposição dos acionistas na sede social. São Paulo, 25 de março de 2021. **RONALDO ANDRES JEFFREY SMITH**

Baldan Implementos Agrícolas S.A.

CNPJ/MF N.º 52.311.347/0001-59 - NIRE 35.300.028.252

Aviso aos Acionistas

Baldan Implementos Agrícolas S/A, comunica que se acham à disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Baldan, nº 1500 - Matão/SP - CEP: 15.990.085, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020. Matão, 29 de março de 2021.

Walter Baldan Filho
Presidente do Conselho de Administração

(30,31/3,1/4)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº **1078350-86.2019.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Jane Franco Martins, na forma da Lei, etc.FAZ SABER, a quem possa interessar, que foi ajuizada pela demanda de dissolução total de sociedade, pelo procedimento comum cível, por RITA GIUSEPPINA BLASIOLI COSTA, brasileira, casada, coordenadora, portadora da cédula de identidade RG nº 55.484.859-0-SSP-SP, CPF nº 274.966.248-04, residente e domiciliada em São Paulo/SP, à rua Bandeira, nº 164, apto 61, CEP: 01303-050, presidente de direto da associação cuja dissolução se pleiteia e ASSOCIAÇÃO COMITÊS SÃO PAULO - COMITÊ DOS ITALIANOS NO EXTERIOR DA CIRCUNSCRIÇÃO CONSULAR DE SÃO PAULO, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 33.253.960/0001-66 e com os seus respectivos estatutos registrados junto ao 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital sob nº 44.164 (8/04/2019), com endereço em São Paulo/SP, à Av. Higienópolis, nº 890, sala 2, CEP: 01238-000, sendo atualmente o FACCIMITO DEGLI ITALIANI ALL'ESTERO" (COMITÉ DOS ITALIANOS NO EXTERIOR) – COMITES, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 94.721.223/0001-06 e com os seus respectivos estatutos registrados junto ao 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital sob nº 222214/94, com endereço em São Paulo/SP, à av. São Luis, nº 50, 3º andar, conjunto 32 A, CEP: 01046-000. Pela mencionada ação, os demandantes, em vista da constituição de nova associação com o mesmo objeto da demandada, e dela sucessora, e de determinação estatutária da demandada, que impede dissolução pela via judicial, requerem a dissolução total e de pleno direito da demandada. O presente edital é para a citação e intimação de todos a quem a referida demanda possa interessar, confrontados os endereços, ausentes, incertos e/ou em lugares incertos e não sabidos, seus herdeiros e/ou sucessores, a fim de que tomem conhecimento integral do aludido processo e de que, no prazo legal, contado após o decurso do presente edital, que se fluirá depois do fluxo do prazo de 15 (quinze) dias posteriores à primeira publicação deste edital, na forma dos arts. 231, inc. IV, e 257, inciso III e IV, do Código de Processo Civil, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pelos demandantes na petição inicial. Para a visualização do processo, basta acessar o sito eletrônico www.tjsp.jus.br, no campo consulta processual digite o número do processo e a senha. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de fevereiro de 2021. [9a,31]

Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. - CNPJ: 02.643.896/0001-52

Demonstrações Contábeis períodos findos em 31/12/2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Prezados Acionistas: A administração da Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A divulga o detalhamento das informações contábeis com o relatório dos auditores independentes, referente ao período findo em 31/12/2020. As informações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Leis das S.A. - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), referidos como BR GAAP e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. O relatório deve ser lido em conjunto com as informações contábeis da Companhia e respectivas notas explicativas. A Companhia está registrada na CVM como companhia aberta, desde 14/08/1989 e desde 01/01/2010 está como categoria B. A Real Ativos Imobiliários Participações Ltda (CNPJ/MF nº 17.381.880/0001-24), empresa do grupo Whore, controlada pela Whore S.A. e a controladora, e detentora das 59.406 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal da Companhia. **Direitos Creditórios e Certificados de Recebíveis Imobiliários:** Os direitos creditórios e os certificados de recebíveis imobiliários

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante		**64.336**	**97.919**
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.540	666
Direitos creditórios	5	62.782	96.362
Créditos fiscais e outros ativos	6	14	-
Não circulante		**136.343**	**142.998**
Direitos creditórios	5	136.343	142.998
Total do ativo		**200.679**	**199.817**
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2020**	**2019**
Circulante		**6.376**	**96.268**
Certificados de recebíveis imobiliários	7	67.947	91.868
Obrigações fiscais e outros	8	518	947
Dividendos a pagar	9/13	6.794	3.452
Não circulante		**131.615**	**139.236**
Certificados de recebíveis imobiliários	7	131.615	139.236
Patrimônio líquido		**3.813**	**4.179**
Capital social	9	59	59
Reserva Legal		12	12
Dividendos adicionais propostos		3.742	4.108
Total do passivo e do patrimônio líquido		**200.678**	**199.817**

Notas explicativas da Administração às Informações Contábeis

1. **Contexto operacional:** A Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. ("Companhia") domiciliada em São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 - Torre D, 24º andar, sala 94, Complexo JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011. Tem como objeto social: a) Securitização de créditos imobiliários oriundos ou relacionados ao Contrato de Comodato Modal ("Contrato de Comodato") firmado em 22/05/1998, com a Volkswagen do Brasil Ltda., **b)** Emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários-CRIs, debêntures ou quaisquer outros títulos de crédito ou valores mobiliários lastreados nos créditos imobiliários e; **c)** Realização de negócios e prestação de serviços relacionados à securitização de créditos imobiliários. **2. Base para elaboração e apresentação das informações contábeis:** As informações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das S.A - Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. As informações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 08/03/2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas informações contábeis. **3. Base de mensuração:** As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional para a preparação e a apresentação das informações contábeis da Companhia, e o Real, apresentadas em Reais mil e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das informações contábeis de acordo com as normas do CPC, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, consequentemente, os resultados reais poderão divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas, bem como as provisões, são revistas de uma maneira contínua. As revisões de suas estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada e em quaisquer períodos futuros afetados. **5. Resumo das principais práticas contábeis:** As práticas contábeis aplicadas estão consistentes a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis. **a. Resultado:** Os resultados são registrados pelo regime de competência. As receitas financeiras abrangem principalmente os juros a variações monetárias sobre os direitos creditórios, sendo reconhecidas integralmente no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras correspondem a juros e variações monetárias sobre os certificados de recebíveis imobiliários (CRIs), **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Nessa rubrica indluímos: saldo em espécie, conta corrente bancária e aplicações financeiras resgatáveis a qualquer prazo e com risco insignificante de alteração de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos. **c. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidação. São acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d. Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas tributárias são compostas por:

Credor	Descrição do Contrato	Vencimento 2º emissão	Saldo em 31/12/2020	Nota	Circulante	Não Circulante
Volkswagen do Brasil	2º emissão	30/05/24	62.782	136.343	169.124	96.362
Total			**62.782**	**136.343**	**169.124**	**96.362**

Renato Muscari Lobo - Procurador — **Luis Fernando Cascaes Davanzel** - Contador CRC 1 SP-257.966/O-1

Demonstrações do Resultado

(Despesas)/receitas operacionais	Nota	2020	2019
Administrativas	10	(469)	(480)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(469)**	**(480)**
Resultado financeiro		**6.103**	**6.668**
Receitas	11	59.634	35.764
Despesas financeiras	11	(53.532)	(29.096)
Resultado antes do IR e Contrib.Social		**5.634**	**6.188**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	8.a	(1.892)	(2.080)
Lucro líquido do exercício		**3.742**	**4.108**
Demonstrações do Resultado Abrangente		**2020**	**2019**
Lucro líquido do exercício		**3.742**	**4.108**
Total do resultado abrangente de exercício		**3.742**	**4.108**

o imposto de renda e a contribuição social, e são reconhecidos nas demonstrações do resultado, com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia juntamente com seus consultores jurídico e assessores especialistas, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações fiscais com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelecem provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. **e. Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não especificados em outros itens específicos Reconhecimento inicial: Os ativos recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, certificados de recebíveis imobiliários e outras dívidas. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para os ativos e passivos não mensurados pelo valor justo através do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo por meio do resultado, demais ativos financeiros que a Companhia possui são os instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros que incluem os instrumentos de dívida e contas a pagar são avaliados ao custo amortizado. **e.1 Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros registrados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação e seja designado, como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo, por meio do resultado, se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas nestes valores de acordo com a gestão de riscos documentada e estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **f. Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo, semelhantes aos ativos financeiros pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **g. Passivos financeiros não derivativos: I. Passivos financeiros registrados ao custo amortizado:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **h. Classificação dos ativos e passivos financeiros:** Os instrumentos financeiros são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. **i. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nos balanços em 31/12/2020, assim como, não realizou operações com derivativos financeiros. O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial refletem as operações realizadas e refletem o valor justo de mercado, pois cada instrumento contém variáveis de juros, riscos de mercado e de crédito, que na inexistência de um mercado ativo

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	2020	2019
Lucro líquido do período	**3.742**	**4.108**
Ajustes por:		
Juros e Variação monetária s/passivo financeiro	53.404	28.993
Juros e Variação monetária sobre ativo	(59.942)	(36.087)
Variação de pagamento operacionais	129	124
Resultado após ajustes	**(2.666)**	**(2.862)**
Aumentos/(Diminuições) nos ativos e passivos operacionais		
Ativos		
(Aumentos)/Reduções-Direitos Creditórios	59.777	57.001
(Aumentos)/Reduções-Créditos fiscais e outros ativos	(12)	2
Passivos		
Aumentos/(Reduções)-Obrigações Fiscais e outros	(428)	637
(Aumentos)/Reduções - Dividendos a pagar/Partes Relacionadas	(586)	(2.193)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**56.085**	**52.585**
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		
Liquidos de certificados recebíveis imobiliários	(91.653)	(52.585)
Juros Pagos de certificados recebíveis imobiliários	(15.419)	(17.467)
Caixa líquido (aplicado) Ativ. Financiamento	**(55.201)**	**(52.637)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**884**	**(52)**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	656	708
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.540	656
(Redução)/aumento líquido caixa e equiv. caixa	**884**	**(52)**

Demonstração do Valor Adicionado

Insumos adquiridos de terceiros	**2020**	**2019**
Serviços prestados terceiros	(277)	(480)
Despesas com viagens e outros	(129)	(124)
Comissões e despesas bancárias	(127)	(103)
Outros custos operacionais	(22)	(30)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(555)**	**(559)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros sobre aplicações financeiras e outros	4	7
Receitas de juros de direitos creditórios e outros	59.942	36.087
Valor adicionado total a distribuir	**59.391**	**35.535**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	2.244	2.434
Remuneração de capitais de terceiros - Juros	53.403	29.096
Lucro líquido de exercício	3.742	4.108
Valor adicionado distribuído	**59.391**	**35.535**

Direitos Creditórios: Valores sejam recompostos, corrigidos monetariamente e/ou acrescidos de juros, de acordo com o disposto em instrumentos diferentes daqueles em que as operações foram originalmente pactuadas. **Fluxo de Recebíveis Imobiliários Performados:** Fluxo de pagamento do resultado: Estão classificadas neste grupo as operações de caixa e de transações com partes relacionadas, decorrentes de atividades mantidas para administração do caixa corrente da Companhia. Os fluxos de recebíveis imobiliários performados são aqueles que, de quais são equivalentes ao custo atualizado e aproximam-se dos valores esperados de realização. **6. Empréstimos e recebíveis:** Os demais ativos financ

"Reformas ministeriais são comuns nos governos", diz Pacheco

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse que a saída conjunta dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica faz parte de uma "reforma ministerial". Essa saída ocorreu na terça-feira (30), um dia após o general Fernando Azevedo e Silva deixar o comando do Ministério da Defesa. Na oportunidade, as chefias de outras cinco pastas também foram trocadas.

"As reformas ministeriais são comuns nos governos e não podemos tratar de forma excepcional. Dessa forma, atingiu seis posições, uma delas Ministério da Defesa", disse Pacheco. Segundo ele, a saída dos comandantes é "uma questão afeita ao Ministério da Defesa, às Forças Armadas", disse, em entrevista coletiva, na tarde de terça-feira (30).

Pacheco comentou ainda que precisava confiar nas intenções do presidente Jair Bolsonaro. "Minha obrigação como presidente do Senado é acreditar e confiar que se trata de uma troca ministerial, uma reforma ministerial dentro dos limites da prerrogativa do presidente da República em fazer substituições".

Por fim, afirmou que as Forças Armadas têm o compromisso constitucional de garantir a paz. "É esse o compromisso das Forças Armadas, de defesa da Constituição, do Estado Democrático de Direito. Temos plena e absoluta confiança nisso. Nesse amadurecimento civilizatório do Brasil". A pasta da Defesa passará para as mãos do também general Braga Netto, que estava à frente da Casa Civil.

Vacinação de professores e policiais

Pacheco também falou sobre a reunião do comitê de combate à pandemia, prevista para ocorrer nesta quarta-feira (31). O presidente do Senado adiantou que vai propor a vacinação prioritária de professores e agentes de segurança pública.

"Os professores precisam ser vacinados porque precisamos de uma previsão de retomada do ensino no Brasil, para que voltemos o mais brevemente possível à normalidade, com a garantia da segurança e saúde dessas pessoas". A respeito da segurança pública, Pacheco defenderá a vacinação de policiais militares, civis, penais, guardas municipais e também militares das Forças Armadas.

"Esse contingente precisa ser vacinado. É o contingente que garante a nossa institucionalidade, a nossa segurança pública, e precisa ter segurança para sua atuação. Além de serem agentes em contato direto com público e precisarem ser preservados, tanto a si próprios como para evitar a contaminação de terceiros". (Agencia Brasil)

Comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica deixam cargos

O Ministério da Defesa anunciou na terça-feira (30) a saída dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. A mudança ocorre um dia após Fernando Azevedo e Silva ter deixado o cargo de ministro da Defesa, assumido então por Braga Netto, que chefiava a Casa Civil.

A nota do ministério não informa o motivo das saídas nem os nomes de quem ocupará os comandos das três Forças Armadas. Segundo a pasta, a decisão foi tomada durante reunião realizada na terça-feira (30), com a presença de Fernando Azevedo e Silva, Braga Netto e dos três comandantes substituídos – Edson Pujol (Exército), Ilques Barbosa (Marinha) e Antônio Carlos Moretti Bermudez (Aeronáutica).

Na segunda-feira (29), ao anunciar que deixaria o cargo de ministro da Defesa, Azevedo e Silva agradeceu ao presidente Jair Bolsonaro a oportunidade de "servir ao país", integrando o governo por mais de dois anos. "Nesse período, preservei as Forças Armadas como instituições de Estado", afirmou, destacando que deixa o posto com a certeza de ter cumprido sua "missão".

Azevedo e Silva também disse ter dedicado total lealdade ao presidente, e agradeceu aos comandantes das Forças Armadas (Aeronáutica, Exército e Marinha), bem como às respectivas tropas, "que nunca mediram esforços para atender às necessidades e emergências da população brasileira". (Agencia Brasil)

Bolsonaro sanciona, com vetos, a Lei do Governo Digital

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, com vetos, a lei que estabelece regras para prestação digital de serviços públicos, o chamado Governo Digital. A medida foi publicada na terça-feira (30) no Diário Oficial da União e tem o objetivo de aumentar a eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão.

A lei prevê a disponibilização de uma plataforma única para acesso às informações e aos serviços públicos, possibilitando ao cidadão demandar e acessar documentos sem necessidade de solicitação presencial, respeitados os parâmetros de autenticidade, de integridade e de segurança adequados. Entretanto, permanece a possibilidade de atendimento presencial, de acordo com as características, a relevância e o público-alvo do serviço.

Órgãos públicos poderão emitir em meio digital atestados, certidões, diplomas ou outros documentos comprobatórios com validade legal, assinados eletronicamente. O usuário poderá optar também por receber qualquer comunicação, notificação ou intimação por meio eletrônico.

Para se identificar nos bancos de dados dos serviços públicos, o cidadão deverá fornecer apenas o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). O Governo Digital engloba serviços de órgãos do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista que prestem serviço público também estão incluídas. A lei prevê a sua aplicação também por estados, municípios e Distrito Federal, quando não houver uma lei própria.

A nova lei também trata sobre a transparência, segurança dos dados e acessibilidade aos cidadãos, bem como apoio técnico aos entes federados e promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação no setor público.

A medida entra em vigor em 90 dias para a União, 120 dias para os estados e o Distrito Federal e 180 dias para os municípios.

Vetos

Bolsonaro vetou oito dispositivos do texto aprovado pelo Congresso em fevereiro. Em mensagem encaminhada aos parlamentares, o presidente argumenta que os vetos foram aplicados por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, por exemplo, porque as medidas já são definidas em outras normas, necessitam de outro tratamento jurídico, por meio de lei específica, ou provocam desvio de finalidade.

Um dos dispositivos vetados, o Parágrafo 5º do Artigo 28, diz que o estabelecimento do CPF ou CNPJ como número suficiente de identificação fica sujeito a diretrizes a serem elaboradas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como a relatório de impacto à proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Para o governo, entretanto, essa condição, "além de desarrazoada, fere o interesse público, pois subordina a uma manifestação da ANPD o usufruto, pelos cidadãos, de serviços públicos digitais; impõe a retirada imediata de todos os serviços digitais já disponíveis na plataforma gov.br [portal de serviços do governo federal] e documentos hoje existentes e que sustentam os serviços públicos digitais".

"Ademais, o veto desse dispositivo não impede a ANPD de exercer a sua missão institucional de zelar pela proteção dos dados pessoais e editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como sobre relatórios de impacto à proteção de dados pessoais para os casos em que o tratamento representar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais", diz a mensagem.

O Artigo 46, também vetado por Bolsonaro, determina que os experimentos, as ideias, as ferramentas, os softwares, os resultados e os métodos inovadores, desenvolvidos nos laboratórios de inovação financiados por entes públicos, serão de uso e domínio livre e público, compartilhados por meio de licenças livres não restritivas. O governo entendeu, entretanto, que o uso da expressão "domínio público" e a referência ao software livre colocam em questão o direito de propriedade, "com tendência a desestimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico".

"Deste modo, a sanção do dispositivo poderia impossibilitar que os experimentos, as ideias, as ferramentas, os softwares, os resultados e os métodos inovadores desenvolvidos pelos laboratórios de inovação dos institutos e universidades públicas possam ser usados como forma de captação de recursos e impediria o estabelecimento e desenvolvimento de parcerias e contratos entre essas instituições públicas e a iniciativa privada, relacionados ao desenvolvimento e à inovação tecnológica", justificou o governo na imposição do veto.

As manifestações sobre os oito dispositivos vetados também foram publicadas no Diário Oficial da União.

Os vetos serão analisados pelos parlamentares, que poderão mantê-los ou derrubá-los em sessão do Congresso Nacional. (Agencia Brasil)

Anvisa concede certificados às farmacêuticas da Janssem e Sputnik V

Duas empresas que produzem vacinas contra covid-19, a Janssen-Cilag Farmacêutica e a Inovat Indústria Farmacêutica/ União Química, responsável pela produção da Sputnik V obtiveram certificação de boas práticas de fabricação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na terça-feira (30). A certificação é o documento necessário para obtenção do registro de medicamentos biológicos. Ela garante que as empresas cumprem com as boas práticas necessárias para assegurar a qualidade, eficácia e segurança dos medicamentos.

No caso da Janssem, a gerência geral de inspeção e fiscalização sanitária da agência concluiu a análise das informações enviadas para as três novas empresas incluídas em sua cadeia global de fabricação. Essas empresas participam das etapas do insumo farmacêutico ativo biológico, bem como da formulação e envase da vacina desenvolvida pela Janssen-Cilag. Em nota, a Anvisa informa que finalizou as análises de todas as fábricas citadas no pedido de autorização para uso emergencial, protocolado em 24 de março de 2021. "Todas as empresas envolvidas estão devidamente certificadas", ressaltou a agência em nota.

O processo de certificação da empresa Inovat Indústria Farmacêutica, do grupo União Química, localizada em Guarulhos, ocorreu para a verificação da condições técnico operacionais da empresa, no período de 8 a 12 de março de 2021, devido às modificações na área fabril efetuadas para adequar o processo de fabricação da Vacina Sputnik V. A Inovat é a fábrica indicada pela União Química para realizar as operações de formulação, esterilização e envase da vacina (processo asséptico), com o insumo farmacêutico ativo que deve ser fabricado nas instalações da Bthek, em Brasília (DF).

Segundo a Anvisa, no caso da Bthek, a União Química permanece em processo para a transferência tecnológica e instalação dos equipamentos necessários para a fabricação do insumo da vacina e ainda não requisitou a inspeção para início das atividades. "A inspeção será realizada assim que a fábrica informar que concluiu a transferência de tecnologia e qualificação das instalações", ressaltou a agência.

Certificado negado

Na terça-feira (30) a Anvisa informou que negou a certificação da fábrica da empresa - Bharat Biotech International, responsável pela fabricação do Insumo Farmacêutico Ativo Biológico, da Vacina Covaxin e pela formulação e envase da vacina. A inspeção nas instalações da fábrica da empresa localizada na Índia, foi feita do dia 1º a 5 de março de 2021.

"A empresa poderá finalizar todos os estudos, validações e processos a propostos em seu plano de ação para posteriormente requisitar à Anvisa uma nova certificação. Neste momento, deverão ser apresentados os estudos e alterações propostas concluídos e efetivados na rotina fabril, o que permitiria a avaliação da Anvisa e, mediante resultados satisfatórios, a concessão da certificação da empresa", explicou agência. (Agencia Brasil)

Campanha Vacina Parente incentiva imunização de indígenas

A pandemia tem sido palco de muitas informações desencontradas e notícias falsas sobre a covid-19 e a eficácia das vacinas. Entre as populações indígenas não é diferente. A chegada de conteúdos falsos (fake news) tem atrapalhado o engajamento para a vacinação e, desde o início da vacinação, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) iniciou a campanha Vacina Parente! para incentivar que todos se mobilizem para tomar o imunizante.

A pandemia matou mais de 1.020 índios, população comprovadamente mais vulnerável a doenças respiratórias. A vacinação é a principal medida para impedir que mais pessoas sejam vitimadas. Em vídeo institucional que tem circulado, vários indígenas encorajam os parentes a serem vacinados. Vanda Ortega, do povo Witoto, primeira indígena a ser vacinada no Amazonas, e a liderança Nicélio Rodrigues, do povo Jiahui, incentivam os indígenas a serem imunizados.

Nesta semana, a ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves, publicou um vídeo em que pede ajuda para que todas as instituições envolvidas com as populações tradicionais incentivem a vacinação.

Até agora, pelos números da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), cerca de 295 mil indígenas receberam pelo menos a primeira dose. Há também outra realidade: a dos indígenas que querem ser vacinados e não são autorizados porque estão fora das aldeias ou de áreas demarcadas. Toda a população de índios do Piauí, por exemplo, não conseguiu receber a dose do imunizante, porque no estado não há terras homologadas.

No entanto, há decisão do Supremo Tribunal Federal estabelecendo que todos os povos indígenas, mesmo os que moram nas cidades ou que não estão em áreas demarcadas, devem ser vacinados. A determinação é do dia 16 de março, proferida pelo ministro Luís Roberto Barroso.

Procurada, a Sesai ainda não informou se iniciou a vacinação em populações que estão fora das terras indígenas. (Agencia Brasil)

Medida agiliza distribuição de medicamentos do kit intubação

Uma medida aprovada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) deve dar mais celeridade à definição de preços dos medicamentos para o tratamento da covid-19. A Resolução CTE-CMED nº 4, de 25 de março de 2021, cria um procedimento temporário e excepcional que, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), reduz drasticamente o tempo de distribuição dos medicamentos do chamado kit intubação aos hospitais públicos e privados do país.

Para comercializar o medicamento para o tratamento da covid-19, basta que a empresa apresente o Documento Informativo de Preço à CMED. "Durante o período de vigência da resolução, serão estabelecidos preços provisórios para esses medicamentos. O preço será calculado pela média aritmética das apresentações dos medicamentos com o mesmo princípio ativo e mesma concentração disponíveis no mercado, na mesma forma farmacêutica", informou a Anvisa.

A norma terá vigência de 120 dias e se aplica aos processos de definição de preço em curso. A medida pode ser prorrogada, enquanto reconhecida pelo Ministério da Saúde a emergência de saúde pública relacionada ao novo coronavírus (Sars-CoV-2).

Cálculo dos preços

Caso os medicamentos já possuam apresentações em conformidade no Sistema de Acompanhamento do Mercado de Medicamentos (Sammed), serão estabelecidos preços provisórios não superiores à média de medicamentos, com igual concentração e mesma forma farmacêutica, já comercializadas pela própria empresa.

Caso não existam apresentações com igual concentração, a média de preço deverá ser calculada com base em todas as apresentações do medicamento já comercializadas pela própria empresa, na mesma forma farmacêutica, seguindo o critério da proporcionalidade direta da concentração de princípio. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos